

Universidade Federal de Juiz de Fora

Pós-Graduação em Serviço Social

Mestrado em Serviço Social

Carmen Gomes Macedo

**UMA REFLEXÃO ACERCA DA PRÁXIS POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS  
ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB**

Juiz de Fora

2015

Carmen Gomes Macedo

**UMA REFLEXÃO ACERCA DA PRÁTICA POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS  
ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Bezerra.

Juiz de Fora  
2015

Carmen Gomes Macedo

**UMA REFLEXÃO ACERCA DA PRÁTICA POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS  
ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 11/09/2015

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Cristina Simões Bezerra (Orientadora)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Rodrigo Salles Pereira dos Santos  
Universidade Federal Fluminense

---

Profa. Dra. Ednéia Alves de Oliveira  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que tanto enriqueceu a minha formação e que constantemente renova em mim a vontade de lutar por uma nova sociedade.

## AGRADECIMENTOS

Constante, uma professora, amiga e eterna orientadora, me lembra da importância de, ao finalizar um trabalho como este, saber direcionar os agradecimentos àqueles que contribuíram concretamente no processo: “devemos agradecer aos trabalhadores que mantêm a universidade pública e gratuita”. De fato, sem a luta dos trabalhadores não teria acesso à universidade pública, e sem a contribuição que lhes é extorquida através dos impostos, eu não teria concluído o mestrado nesta universidade, por isso deixo aqui os meus sinceros agradecimentos à classe trabalhadora, que lutou e permitiu que eu chegasse à universidade e que concluísse o Mestrado em Serviço Social.

Ao MAB e seus militantes, pelo conhecimento que me foi proporcionado; vocês foram parte fundamental desse trabalho, a vocês o meu muito obrigada. Um agradecimento especial aos militantes, que quando ainda na graduação me receberam em suas casas, me ajudaram a localizar mais atingidos para participarem da pesquisa e me acolheram com muito respeito e carinho. Agradeço também de forma especial à Secretaria Regional do MAB de Ponte Nova, que fez todos os encaminhamentos necessários, acompanhou cada um dos os passos da pesquisa e também pela confiança depositada ao longo desses anos de formação. Espero que com os meus estudos eu consiga contribuir com o Movimento.

Faço agora um agradecimento muito especial à mulher que não apenas me gerou, mas que dá tudo de si para que eu consiga realizar todos os meus sonhos, mesmo sem entender a importância que eles tenham para mim. A mulher que todo dia quando acordo e ligo o computador pergunta se ainda não acabei a dissertação e se vou acabar naquele dia. Bem, o dia tão esperado por ela chegou, acabou a agonia, a tensão, a ansiedade, sentimentos esses que foram vividos e compartilhados por nós duas, porque ela é o típico exemplo da Mãe que sofre com seu filho. Mãe, obrigada por confiar em meu potencial, pela preocupação diária, pelas rezas e por estar sempre ao meu lado. Saiba que o único motivo de ter concluído esse trabalho é você.

Agradeço aos meus irmãos, que também me dão força e incentivo a cada passo dado, à Júlia por me trazer alegria.

Agradeço ao Patrick, que durante esse longo processo de pesquisa foi namorado, noivo e muito em breve marido, mas com certeza será sempre meu eterno amor. Obrigada pelas palavras de conforto, por me apoiar quando quis desistir, e ao mesmo tempo me convencer de que continuar era a melhor opção. Obrigada por entender a minha ausência nesse momento tão especial de nossas vidas.

Aos mestres, que sempre serão minha inspiração e que me motivaram a fazer mestrado. Viviane e André, tenho por vocês um imenso respeito e carinho, obrigada pela formação que me proporcionaram. Ednéia, me faltam palavras para agradecer tudo o que você já me ensinou, com você descobri o que é pesquisa; obrigada pela confiança que você sempre depositou em mim, pelo respeito, pelo conhecimento transmitido. Você foi minha professora, te tenho como amiga, mas será minha eterna orientadora.

Agradeço aos colegas de mestrado, que dividiram a sala de aula comigo e que fizeram mais, me acolheram. Aninha, obrigada por ter me recebido em sua casa, mesmo sem me conhecer, quando eu ainda não tinha onde ficar. Aline, Paula, Juliana e Marcos, obrigada por me apresentarem os bares de Juiz de Fora e por me proporcionarem altas risadas. Ludson, você é um dos presentes que ganhei nesse processo. Obrigada pela amizade que construímos, pela força e apoio que você me dá constantemente.

Agradeço aos meus amigos, que estão sempre ao meu lado, que me incentivam e tornam o fardo mais leve, quem tem amigos tem tudo, ainda bem que eu tenho vocês.

Agradeço ao Curso de Serviço Social da UFOP, no qual me graduei e tive a honra de ser a primeira ex-aluna a voltar como professora. Obrigada aos colegas docentes, pelo aprendizado cotidiano que me é ofertado e agradeço aos alunos pelo respeito e incentivo para seguir na carreira de docente, vocês me influenciaram positivamente nesse processo.

À banca, agradeço a disponibilidade pela participação e pelas considerações feitas. À Cristina, minha orientadora, agradeço por me acompanhar durante esse processo e pelo conhecimento transmitido.

Por último, agradeço a todas as minhas forças protetoras, que também são meus psicólogos, mestres e amigos, vocês foram essenciais nessa etapa final. Obrigada por me ensinarem mais sobre a vida, por aumentarem a minha fé e por estarem sempre ao meu lado. Deus, obrigada por permitir que eu chegasse até aqui e por colocar todas essas pessoas e amigos no meu caminho.

## O NOSSO SONHO

*O sonho voa latente nesse clima de 'verão'  
Aquele 'farelo de pão' conquistado com a luta  
Aumenta cada vez mais a fome de liberdade  
Por que não o pão inteiro:  
Amassado  
Fermentado  
Na festa dos camaradas na tomada do poder?*

*O sonho é de rebeldia semeado em nossa história  
Memória viva da luta da classe trabalhadora  
Ditadura Militar  
Sobe o muro da barragem:  
Expropriados  
Afogados  
A coragem se levanta num grito de resistência*

*O sonho se alimenta de nossa indignação  
A antiga privatização ganha novos apelidos  
O atingido sente retroceder o seu direito  
E a crise sorradeira da gula do capital  
Engole a água e a terra pra fazer mercadoria.*

*O sonho ganha energia operária e camponesa  
Quem produz toda a riqueza constrói a sua unidade  
Uma aliança ampla: do tamanho da cumplicidade  
Pois empreitada tão grande é obra de muitas mãos.*

*O sonho é convicção ciente dos desafios:  
Implementar nossa estratégia em todo o nosso Brasil  
Ser exemplar no compromisso com o trabalho de base  
Suar bem a camisa pela nossa autonomia  
Promover a formação como instrumento de luta.*

*O ar se enche de sonho com cheiro de tempo novo  
De abraçar esse povo com os olhos da utopia  
O lobo se enfurece  
Treme o centro do poder  
Mas o novo vai nascer:  
Com a energia da gente  
Com a nossa soberania  
Com a luta seguindo em frente com controle social.*

Antônio Claret (Militante do MAB)

## RESUMO

O estudo, que neste espaço se propõe ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, se refere a uma discussão que tangencia questões relativas à análise da práxis política, a partir da realidade singular de um sujeito social específico: o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Seu propósito é auxiliar a produção de saber no campo dos movimentos sociais numa perspectiva crítica, elaborando reflexões, e que percepcionem as potencialidades transformadoras desses sujeitos, tomados como agentes políticos importantes para instauração de novas estruturas societárias. O objeto da pesquisa aqui apresentada fica delineado como o conjunto de determinações que erigem o MAB como um dos sujeitos coletivos cuja ação contribui com os esforços coletivos voltados para a emancipação política das classes trabalhadoras e para a formação de uma sociedade livre. Tendo como objetivo tentar apreender possíveis elementos constituintes da sua práxis política que possam balizar os enfrentamentos coletivos.

**Palavras-chave:** MAB, Práxis Política, Sujeitos Sociais.



## **ABSTRACT**

The study in this space proposes the Graduate Program in Social Work at the Federal University of Juiz de Fora refers to a discussion that touches issues related to the analysis of political praxis, from the singular reality of a specific social subject: the Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Its purpose is to support the production of knowledge in the field of social movements in a critical perspective, elaborating reflections and demonstrating the transformative potential of these subjects, taken as important political actors to establishment of new corporate structures. The object of the research presented here is designed as a set of determinations which bring the MAB as a collective subject whose action contributes to the collective efforts toward the political emancipation of the working classes and the formation of a free society. With the objective of trying to seize possible constituent elements of its political praxis that can mark out the collective confrontations.

**Keywords:** MAB, Praxis political, Social affairs.

## LISTA DE SIGLAS

MAB: Movimento Atingidos por Barragem  
FHC: Fernando Henrique Cardoso  
PCH: Pequena Central Elétrica  
UHE: Usina Hidrelétrica  
CAPs: Caixas de Aposentadoria e Pensão  
ANL: Aliança Nacional Libertadora  
PCB: Partido Comunista Brasileiro  
IAPs: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais  
CGT: Comando Geral dos Trabalhadores  
CUT: Central Única dos Trabalhadores  
FGTS: Fundo de Garantia por tempo de Serviço  
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
CPT: Comissão Pastoral da Terra  
CEBs: Comunidades Eclesiais de Base  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
NMS: Novos Movimentos Sociais  
PT: Partido dos Trabalhadores  
FMI: Fundo Monetário Internacional  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
CPT: Comissão da Pastoral da Terra  
*WCD: World Commission on Dams*  
CDDPH: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana  
CHESP: Companhia Hidroelétrica São Patrício  
AABF: Associação dos Atingidos pela Barragem de Fumaça  
AMABAF: Associação dos Moradores Atingidos pela Barragem de Fumaça  
FEAN: Fundação Estadual do Meio Ambiente  
CIF: Câmeras Especializadas de Atividades Especiais de Infra-Estrutura  
COPAM: Conselho Estadual de Política Ambiental  
L.O: Licença de Operação

SEMAD: Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Minas Gerais,  
CFCLS: Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina  
LP: Licença Prévia  
LI: Licença e Instalação  
PCA: Plano de Controle Ambiental  
EIA: Estudo de Impacto Ambiental  
RIMA: Relatório de Impacto Ambiental  
NACAB: Núcleo de Acessória a Comunidades Atingidas por Barragens  
PACAB: Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens  
UFV: Universidade Feral de Viçosa  
ONG: Organização Não Governamental  
PACAB: Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens  
ACOMABAGEM: Associação Comunitária dos Agricultores Familiares Atingidos pelas Barragens de Granada e Emboque  
CRAB: Comissão Regional dos Atingidos por Barragens  
CAHTU: Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí.  
CRABI: Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu.  
RS: Rio Grande do Sul  
SC: Santa Catarina  
PR: Paraná  
SP: São Paulo  
MT: Mato Grosso  
MG: Minas Gerais  
BA: Bahia  
PE: Pernambuco  
PB: Paraíba  
CE: Ceará  
PI: Piauí  
GO: Goiás  
TO: Tocantins  
MA: Maranhão  
PA: Pará  
RO: Roraima  
MPA: Movimento de Pequenos Agricultores

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1. PRÁXIS POLÍTICA E FORMAÇÃO DO ESTADO NA SOCIEDADE DE CLASSES</b> .....	<b>19</b>
1.1 <b>Introdução aos Elementos da Filosofia Política: a sociedade de classes, a práxis política e o Estado</b> .....	<b>23</b>
1.2 <b>Práxis Política, Estado, Classes Sociais e o debate de Emancipação Humana e Política no Capitalismo à luz do Marxismo</b> .....	<b>42</b>
1.3 <b>Organização clássica da classe trabalhadora: Partidos e Sindicatos.</b> .....	<b>50</b>
<b>2. FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E O MODELO ENERGÉTICO NACIONAL</b> .....	<b>58</b>
2.1 <b>Formação sócio-histórica brasileira: a questão agrária e a dependência em foco</b> .....	<b>58</b>
2.1.1 <b>Período Colonial e Oligarquia</b> .....	<b>59</b>
2.1.2 <b>Modernização conservadora: da Era Vargas a Collor</b> .....	<b>66</b>
2.1.3 <b>Finaceirização: de FHC a Dilma</b> .....	<b>78</b>
2.2 <b>Empreendimentos de Usinas Hidrelétricas no Brasil</b> .....	<b>85</b>
<b>3. O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB E A SUA PRÁXIS POLÍTICA</b> .....	<b>93</b>
3.1 <b>História, impactos e resistência dos Atingidos da PCH de Fumaça e da UHE de Emboque</b> .....	<b>93</b>
3.1.1 <b>PCH de Fumaça</b> .....	<b>95</b>
3.1.2 <b>PCH de Cachoeira do Emboque</b> .....	<b>108</b>
3.2 <b>Práxis Política do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.</b> .....	<b>117</b>
3.2.1 <b>Métodos e técnicas adotados para a pesquisa</b> .....	<b>118</b>
3.2.2 <b>Analisando a práxis política do MAB</b> .....	<b>119</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>148</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>152</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo que se apresenta ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora se refere a uma discussão que tangencia as questões relativas à análise marxista da problemática acerca dos desafios da práxis política, abordados a partir da realidade de um sujeito social específico: o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Nosso propósito é auxiliar a produção de saber no campo dos movimentos sociais, elaborando reflexões que favoreçam a percepção das potencialidades transformadoras desses sujeitos, tomados como agentes políticos de grande valor.

Um grande desafio para isso é a compreensão, dentro da tradição marxista, dos elementos essenciais da política. Podemos elencar (de maneira extremamente simplificada e reduzida) ao menos três visões diferentes sobre tal esfera dentro dessa corrente do pensamento social. Na primeira, a politicidade seria vista como uma prática social limitada, uma força dedicada, única e exclusivamente, ao reforço das estruturas sociais desiguais. Noutros termos: a política seria uma instância de controle das classes dominadas, um conjunto de dispositivos de mediação das tensões coletivas, cuja função é, tão somente, apoiar a dominação e exploração econômica.

Tal leitura mecanicista defende a quebra imediata das estruturas políticas, conclamando todo campo progressista às lutas revolucionárias (limitadas a ações de força, voltadas apenas a negação da ordem instituída). A política, nessa ótica, é então reduzida a uma negatividade absoluta, as conquistas de direitos sociais pelos setores subalternizados da população nada mais seriam do que ilusões ou concessões dos grupos dominantes para desarticular as lutas coletivas por outra ordem societária. A mobilização das classes trabalhadoras no campo político teria, em última análise, um caráter contraproducente: dividiria o proletariado e geraria alianças com os setores dominantes, enfraquecendo a identidade de classe e desviando o foco daquele que deveria ser o alvo único e principal dos grupos populares: a revolução.

É relativamente fácil assinalar os limites desse tipo de visão: o maniqueísmo no trato do processo social, a simplificação da análise da realidade (sempre restringida a poucos atores, questões e desdobramentos), contrária todo esforço reflexivo do próprio Marx, que na sua maturidade teórica atentou (sem descuidar das questões fundamentais) para a multiplicidade de classes, interesses, identidades e problemas que permeiam a vida coletiva.

Para tal visão, ademais, trata-se de não reconhecer a validade da luta por direitos e conquistas sociais dentro da ordem burguesa, negando as necessidades cotidianas das classes trabalhadoras, bem como o acúmulo de forças e experiências que tais lutas podem gerar.

Ao contrário disso, Marx ressaltou a importância das conquistas e lutas políticas dos trabalhadores, as vitórias da economia política do trabalho são vistas por ele como ganhos civilizatórios, passos relevantes em direção a transformações sociais mais extensas e profundas. Não por acaso (ao tratar das vitórias dos trabalhadores ingleses pela redução da jornada de trabalho no século XIX) ele pontua que:

Após uma luta de 30 anos, travada com notável perseverança, o operariado [...] aproveitando uma ruptura momentânea entre os latifundiários e capitalistas, conseguiu que fosse aprovada a lei da jornada de dez horas. Os imensos benefícios físicos, morais e intelectuais que daí decorreram para os operários das fábricas, expostos semestralmente nos relatórios dos Inspetores das fábricas, são agora amplamente admitidos. A maioria dos governos do Continente teve que aceitar, em formas mais ou menos modificadas a lei inglesa do trabalho, e o próprio Parlamento Inglês tem anualmente que ampliar a esfera de ação desta lei. Mas além de seu significado prático, havia outros aspectos que realçavam o maravilhoso triunfo que foi essa medida para os operários. Através de seus mais conhecidos sábios tais como o Dr. Ure, professor Sênior e outros filósofos do mesmo tope, a burguesia predissera e provara plenamente que qualquer restrição legal às jornadas de trabalho deveria arruinar a indústria inglesa, que, como um vampiro, só podia viver sugando sangue, inclusive o sangue das crianças. Nos tempos antigos, o assassinio de uma criança constituía um rito misterioso da religião de Moloch, mas era praticado apenas em ocasiões muito solenes, talvez uma vez por ano, e Moloch não demonstrava nenhuma preferência exclusiva pelos filhos dos pobres. Essa luta sobre a restrição legal da jornada de trabalho lavrava com tanto mais ardor quanto, além da avareza amedrontada, afetava de fato a grande luta entre o domínio cego das leis da oferta e da procura, conteúdo da economia política burguesa, e a produção social controlada pela previsão social, conteúdo da economia política da classe operária. Consequentemente, a lei da jornada de dez horas não foi apenas um grande êxito prático; foi a vitória de um princípio; pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbia ante a economia política da classe operária.

Para além do reducionismo mecanicista, o qual, pelo que vimos, não coaduna com as proposições marxianas, outros pesquisadores realizaram uma extensa e profunda leitura de Marx e Engels, procurando explicitar aquilo que seria uma crítica das possibilidades da politicidade dentro das lutas por transformações sociais radicais. Não está em questão, para tais autores, a importância da política e das conquistas populares obtidas através dela. O caráter estratégico e positivo dos ganhos sociais auferidos por meio do Estado, a partir da cidadania política, bem como a complexidade da estrutura de classes e grupos coletivos, com suas inúmeras articulações na luta pelo poder político, por eles é sempre lembrada e ressaltada.

O que se apresenta para o debate, de fato, é assinalar a determinação ontológica da política, ponderando seu caráter contingente e sua função social, em última instância tida como irresoluta. Nesse prisma, a politicidade é encarada como um modelo particular e contingente de regulação social, modelo típico das coletividades, fissuradas e marcadas por antagonismos de classe.

Chasin, por exemplo, recupera a assertiva marxiana, desenvolvida a partir da “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, que aponta a cisão entre a vida pública e privada do homem moderno. Nas sociedades antigas e no mundo medieval, a vida pública (e o Estado) era uma expressão orgânica quase imediata da vida privada. Tanto é assim que, na maioria dos casos, os Estados antigos e medievais eram, antes de tudo, Estados dinásticos: o líder da dinastia (o chefe patriarcal do clã) era ao mesmo tempo um líder de Estado, detendo o controle dos meios políticos de direção social. A divisão de classe, os privilégios, as exclusões e desigualdades se manifestavam, assim, diretamente na estrutura do Estado, que, explicitamente, ratificava as distinções sociais existentes.

Ao contrário disso, nos Estados modernos a política se erigiria a partir de uma dualidade: de um lado haveria uma espécie de homem virtual, tido como cidadão politicamente estatuído, com direitos e deveres iguais aos de todos os seus pares, e, de outro, o homem real, com suas mazelas, contradições e desigualdades, as quais seriam o alvo da ação corretiva do Estado, sobretudo por meio de sua intervenção social e policial. Chasin então assinala que a politicidade não é uma instância onde as contradições do homem real podem ser resolvidas. Para ele, a forma política é, em verdade, uma estrutura que estabelece um igualitarismo formal, possível apenas através das desigualdades materiais, de tal maneira que se as contradições objetivas da vida social forem superadas, a própria política perderia sua razão de ser.

A essência do político, de acordo com Chasin, é estruturar um modo de direção social capaz de governar os riscos de reprodução das sociedades de classe, contornado seus conflitos por meio soluções e estatutos, em última análise, abstratos. Tais riscos têm origem na organização da divisão social do trabalho - que estabelece o antagonismo real entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam da riqueza e do poder social. Assim, quanto mais a política se desenvolve, mais o seu estatuto formal se coloca, maior se torna a cisão entre o homem real, ou seja, o cidadão político, e o homem real, aquele com seus privilégios e desvantagens sociais objetivas, colocadas, principalmente por meio das disputas de classe em torno do domínio da produção social.

O limite da Politicidade, segundo tal leitura de Max, seriam as conquistas destravadas a partir emancipação política, o estágio de maturação do formalismo do Estado, desencadeado pela ascensão e desenvolvimento do modo de produção capitalista, assunto a ser tratado detalhadamente mais à frente. A ordem burguesa eleva, dessa forma, a política ao máximo, permitindo o afloramento de seu universalismo abstrato, na medida de sua funcionalidade a reprodução das estruturas sociais postas. A emancipação política representa o desenvolvimento humano possível no quadro das contradições da sociedade do capital, iniciada quando esta forma societária promove a dissolução das amarras políticas do mundo feudal. Do ponto de vista ontológico, a emancipação política, para Chasin, é àquela que se processa com esse componente virtual, sendo, portanto, incapaz de superar as questões mais cruciais do desenvolvimento humano-societário.

Grosso modo, a resolução factual dos problemas do mundo burguês só seria possível por meio da emancipação humana, que, através do desmonte da ordem política, colocado pelo remodelamento das relações sociais de produção e das forças produtivas, abriria a oportunidade para o enfrentamento concreto de inúmeros dilemas humanos presentes na modernidade (também desenvolveremos melhor essa temática ao longo do texto).

Apesar de tais colocações e de sua grande pertinência, apontamos e defendemos uma terceira forma de avaliar a politicidade dentro da tradição marxista, sugerindo a existência de uma positividade dessa esfera, ainda que restrita. Podemos encontrar nos escritos de Marx e Engels, como veremos nos próximos capítulos, a politicidade observada como um domínio decisivo, mesmo que não primário, para os processos de transformação social ligados à superação da sociedade de classes. Nessa ótica, a política se colocaria como um instrumento estratégico de acúmulo de forças dos sujeitos coletivos progressistas, um instrumento essencial para auxiliar a promoção de rupturas que contribuam para alçar as classes trabalhadoras ao poder.

Como assinala Coutinho (2011, 1995), enquanto um dos instrumentos de transformação da realidade, nem o único e nem o principal - que seria o próprio desenvolvimento das forças produtivas, a política, numa perspectiva de mudança societária, é um meio, e não o fim da luta social. Como meio ela se presta a uma finalidade superior, que transcende o seu próprio escopo, fato que não invalida suas possibilidades. Por isso a positividade do político não residiria no seu estatuto, mas nas qualidades que apresenta para os enfrentamentos sociais dos grupos subalternos, os quais se materializariam de forma mais contundente na luta pela efetivação plena da democracia.



Não se trata, pois, de negar os limites inerentes à política, mas de sublinhar o seu papel na mudança social, sobretudo na formação das subjetividades adequadas ao surgimento de uma sociedade mais avançada, baseada no pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

Por tal via, abre-se o espaço para que percebamos as potencialidades dos movimentos políticos dos grupos sociais subalternos para transformações. Tais sujeitos, por meio de suas reivindicações cotidianas, poderiam contribuir para construção de arranjos coletivos mais avançados, mesmo que suas ações tenham, como linha de corte a esfera pública, pensada em termos políticos. Com tal concepção, inclusive, temos a oportunidade para elaborar o objeto da presente pesquisa, tomando como referência o conjunto de determinações que erigem o MAB como um dos sujeitos coletivos, cuja ação fortalece os esforços voltados para a emancipação das classes trabalhadoras, por meio da construção de uma sociedade livre.

Este campo de dilemas há muito nos inquieta, pois o que se pretende analisar e conhecer de forma mais profunda é a práxis política desse sujeito coletivo, a partir de seus principais dilemas e avanços. Tal interesse perpassa nossa trajetória acadêmica no curso de Serviço Social, voltada para o estudo dos Movimentos Sociais, com o objetivo de compreender a dinâmica capitalista e sua relação com o processo de luta dos agentes coletivos das classes e grupos subalternos.

Ao desenvolvermos, como bolsista de iniciação científica, a pesquisa “A formação ideopolítica dos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens: emancipação humana ou emancipação política?”<sup>1</sup> – cujo objetivo constituiu em analisar o MAB e a sua formação política para enfrentar os ataques das grandes empresas na região –, pudemos aprofundar mais sobre o tema e constatar que seus militantes ainda experimentam um constante desrespeito por parte das empresas da região e do poder público que, mesmo diante de diversas manifestações e reivindicações, ignoram as dificuldades inerentes às condições de vida dos trabalhadores atingidos por barragens, constrangimentos esses que impõem sérias restrições e dificuldades à sua organização e prática política.

Este primeiro processo de iniciação científica nos permitiu aproximar dos dilemas vivenciados pelos militantes do movimento e observar suas estratégias de luta e resistência

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa analisou a formação ideopolítica dos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) da região de Ponte Nova, Minas Gerais. Nosso objetivo foi investigar de que forma os militantes deste movimento compreendem o seu protagonismo na transformação da ordem social e se a luta de classes proposta pelo MAB está inserida numa perspectiva de emancipação política ou emancipação humana. A pesquisa aconteceu no período de Agosto de 2011 a Agosto de 2012 e fez parte do PIB/UFOP e contou com o fomento de bolsa da Universidade Federal de Ouro Preto e teve como orientadora a Prof. Dr<sup>a</sup> Ednéia Alves de Oliveira.

diante do atual estágio de acumulação capitalista com sua necessidade de explorar mais riquezas, provocando a destruição do meio ambiente e também dos seres sociais.

Durante a realização do trabalho, entrevistamos os grupos de base atingidos pela Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Fumaça, e também os grupos de base atingidos da PCH Emboque, pertencente à empresa Brookfield, na cidade de Raul Soares. No decorrer da pesquisa, os militantes ligados à coordenação regional do MAB e os militantes dos grupos de base solicitaram que desenvolvêssemos um estudo sobre o processo de expropriação da terra e de expulsão dos trabalhadores, enfatizando de que forma as grandes empresas da região têm, constantemente em parceria com o poder público local, usurpado os seus direitos sociais. Atendendo à proposta, realizamos nosso trabalho de conclusão de curso com o estudo intitulado “Os impactos da instalação da PCH de Fumaça na região de Mariana e a resistência do MAB.”<sup>2</sup> Essa pesquisa teve como objetivo conhecer os impactos causados pela PCH e como o MAB se organizou e resistiu diante das constantes violações de direitos. E, a partir desse estudo, mais uma vez nos inquietamos a respeito da luta política e da organização da classe.

Expostas essas questões, pretendemos nessa pesquisa aprofundar os estudos junto a este movimento social e, assim, buscar apreender possíveis elementos constituintes da sua práxis política que possam balizar os enfrentamentos coletivos.

Visando atingir este objetivo foi realizada uma pesquisa teórica e bibliográfica, a fim de construir os elementos e as categorias necessários à análise específica das seguintes interlocuções teórico-metodológicas, quer seja: o modo de produção capitalista e a organização das classes sociais, passando pelo debate de emancipação humana e emancipação política; práxis política e a formação do Estado na sociedade de classes; a formação social e histórica brasileira, com enfoque específico nos estudos sobre a questão agrária e a construção das hidrelétricas no Brasil e, por fim, a especificidade da ação política do MAB.

Nessa formulação as atividades desenvolvidas pelo MAB se colocariam como um campo privilegiado para a análise da relação entre práxis política e a emancipação. Em outras palavras, esse movimento social poderia se converter, por tal via, numa das ferramentas de busca por uma nova sociedade. Assim, a sua práxis comportaria, elementos que o tornariam um agente social apto a contribuir para uma dinâmica emancipatória radical.

---

<sup>2</sup> Trabalho de Conclusão de Curso - Serviço Social UFOP, realizado no ano de 2012 e 2013.

Para a pesquisa teórica, principalmente no que diz respeito ao trato das classes sociais e da práxis política, foram usados autores como Marx, Engels, Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau e Hegel.

No segundo capítulo optamos por falar sobre a formação sócio-histórica brasileira e o fizemos já destacando a questão agrária e o processo de construção de Hidrelétricas no Brasil, para, desta forma, priorizar o contexto histórico e social do MAB e entender a conjuntura que fez com que ele surgisse como movimento social. Para isso, utilizamos autores como Fernandes, Ianni, e Prado Jr, Yamamoto, Behring e Couto.

Para nos apropriarmos das especificidades do MAB, realizamos uma pesquisa, utilizando o material divulgado pelo próprio movimento, assim como artigos, dissertações e teses sobre o assunto. Nesse momento de pesquisa documental, foram analisados identificadores como a formação sócio-histórica do MAB, seus objetivos e a direção ideológica da formação política efetivada pelo movimento.

No que diz respeito à pesquisa empírica, utilizamos os dados de estudos anteriores como as pesquisas “A formação ideopolítica dos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens: emancipação humana ou emancipação política?” e “Os impactos da instalação da PCH de Fumaça na região de Mariana e a resistência do MAB.” Nesta fase da pesquisa, analisamos os elementos que dizem respeito à socialização política gerada pelo MAB entre os seus militantes e a sua formação política, bem como suas reivindicações sociais imediatas e sua práxis política.

Esperamos que esse trabalho contribua de forma concreta para um conhecimento mais aprofundado do MAB e suas particularidades enquanto movimento social. Além disso esperamos também que este estudo desperte o entendimento da importância da organização da classe trabalhadora e da sua luta política para a construção de uma nova sociedade. Expostos esses apontamentos iniciais seguimos com a investigação acerca da práxis política do MAB.

## 1. PRÁXIS POLÍTICA E FORMAÇÃO DO ESTADO NA SOCIEDADE DE CLASSES

Para Marx e Engels (2009, p. 67), “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. Com essa afirmação fundamental, temos o objetivo de apresentar, neste capítulo, os lineamentos básicos do processo de constituição da práxis política e da formação do Estado nas sociedades de classes. Assim como a apropriação da política na organização da classe trabalhadora.

Partindo do pressuposto de que a politicidade se dá na interação entre os seres sociais, sob uma forma de existência determinada, começaremos com o que neles é fundamental e ontológico, o trabalho.

A atividade laborativa humana difere das ações de outros animais, visto seu caráter teleológico, dado pela prévia ideação do produto e do processo de trabalho. Ao transformar a matéria natural, o homem também transforma a si mesmo, estabelecendo novas relações com a natureza e com outros homens, ao mesmo tempo em que conforma as suas próprias necessidades.

Por isso,

ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1985, p. 298).

Os elementos que compõem o processo de trabalho são a atividade orientada a um fim (o labor), o objeto a ser trabalhado (matéria prima) e os meios de trabalho (os instrumentos). Ao considerar todo este processo, Marx diz que o meio e objeto de trabalho aparecem como meios de produção, e o trabalho aparece como trabalho produtivo. O processo de trabalho extingue-se com a finalização do produto, que se torna peculiar por conter um valor de uso, uma utilidade. Para Marx, não é o produto do trabalho, mas sim a forma de produzir que diferencia as épocas econômicas, ou seja, o modo de produção indica as condições sociais em que se realiza o trabalho.

Tal determinação, enquanto força motriz de ordem primária (que não dispensa a reciprocidade das forças secundárias), condiciona todo o processo social, estabelecendo o substrato fático, sobre o qual as representações humanas se erguem. O desenvolvimento das forças ideais é dependente da satisfação das necessidades objetivas que permeiam a vida dos

homens, se conformando a partir dos pressupostos colocados por tais bases. Não por acaso Marx afirma que a partir da estrutura material do processo social se ergue uma superestrutura ideal, jurídica e política, isto é, uma nova dimensão das relações humanas, estatuídas enquanto nível propriamente social da realidade. Em outras palavras, os fundamentos objetivos do mundo social forjam o ambiente no qual as formas superestruturais caminham, colocando, para estas, limites e possibilidades numa relação de determinação reflexiva. Considerando este fato, podemos dizer que a práxis política, enquanto um complexo superestrutural, está geneticamente relacionada ao modo de produção e reprodução da vida humana.

Esclareçamos melhor. Marx e Engels (2009) definem o trabalho como o primeiro ato histórico, ação por meio da qual os homens satisfazem e criam as suas necessidades, produzindo sua vida material, o que permite o desenvolvimento da sua vida sócio subjetiva. É a consecução dessa posição teleológica primária, portanto, que abre espaço para o surgimento de outras posições teleológicas, as de ordem secundária, que enriquecem o acervo de necessidades humanas com um espectro de determinações, agora dotadas de outra legalidade que não a do trabalho. Aí se encontra a práxis política, como veremos adiante.

Importante esclarecer que a atividade laborativa começa a se estruturar de maneira mais complexa desde as formas sociais mais elementares, quando “os homens que dia a dia renovam a sua própria vida começam a fazer outros homens a reproduzir a relação entre homem e mulher, pais e filhos, a família” (MARX, ENGELS, 2009, p. 42). Essa relação social familiar, que no início era única, cria novas demandas e requisições sócio-humanas que, por vezes, irão gerar novas relações sociais.

Deste modo, a produção da vida aparece como relação natural e social, que toma uma forma superior na cooperação entre vários indivíduos, não importando de que modo e com que fim. Tal cooperação, para Marx (1985) consiste na “forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1985, p.442). Saliente-se que a articulação das forças “individuais”, numa força social global, aumenta a capacidade e o rendimento dos sujeitos durante o trabalho, propiciando resultados inalcançáveis no labor individual, resultados estes que não derivam de uma contingência, mas são necessários à produção e reprodução da espécie humana, indispensáveis à resolução das suas questões práticas essenciais, o que para Marx significa que o homem é, antes de tudo, um animal social.

A questão é que existe uma mudança qualitativa no trabalho, de caráter diretamente social. Essa nova determinação fica expressa na necessidade de uma direção social, que vai estabelecer a interdependência entre os sujeitos e as atividades empregadas. Tal direção se materializa numa personalidade individual ou num grupo, seja ele uma parcela da comunidade ou a comunidade como um todo, que se responsabiliza pela sintonia da cooperação durante o ato produtivo.

Segundo Marx e Engels (2009, p. 43),

daqui resulta que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo de cooperação, ou fase social, e esse modo da cooperação é ele próprio uma “força produtiva”; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona a situação da sociedade, e portanto a “história da humanidade tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca.

A consciência social surge nesse contexto como uma resultante da objetividade da vida humana. No início ela se marca por ser uma consciência acerca do ambiente, uma conexão limitada com outras pessoas e que, aos poucos, faz o homem se tornar consciente de si, erigindo uma consciência da natureza, com um poder alienado. A partir da multiplicação das necessidades e do aumento da população, a consciência se desenvolve, cria-se também a divisão do trabalho, que no início era a repartição da atividade humana, por exemplo, no ato sexual, posteriormente à divisão do trabalho, perante a disposição natural como a força física.

Na verdade, a divisão do trabalho se realiza realmente quando surge uma divisão do trabalho material e espiritual. Lukács (2004) afirma que ela faz surgir uma nova forma de posição teleológica, pois agora a prática social pode se realizar segundo um modo pré-determinado e não apenas de maneira espontânea, como uma resposta às necessidades imediatas.

Na sociedade de classes a divisão do trabalho consagra a apropriação desigual dos produtos do trabalho, sobretudo do excedente produtivo, que é monopolizado por aqueles que dirigem o corpo social. Desse modo, ela engendra uma contradição no seio dos interesses particulares dos indivíduos, que se reúnem organicamente segundo sua origem de classe, projetando o interesse comunitário numa organização “autônoma”, o Estado, que aparece como uma entidade separada dos sujeitos e do todo, uma comunidade ideal, que expressaria a verdadeira natureza do humano.

Todavia, essa imagem é, na verdade, uma quimera, que oculta as conexões entre a politicidade e os conflitos de classe. “Daqui resulta que todas as lutas no seio do Estado, a luta

entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc. etc., não são mais do que as formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si” (MARX e ENGELS, 2009, p. 47).

De acordo com Engels (1984, p. 191),

o Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da ideia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

No “*Manifesto do Partido Comunista*”, Marx e Engels (2008, p. 8) afirmam que “a história de toda sociedade até agora tem sido a história da luta de classes [...]”, conflagração está presente em todas as épocas sociais, marcadas até aqui pela dominação e pela exploração. Neste sentido, pretendemos mostrar como as questões subjacentes a esta afirmação do *Manifesto* foram tratadas pelo pensamento filosófico clássico, quando de sua abordagem da práxis política.

Para explicitar essa questão é preciso trazer à tona alguns elementos decisivos, presentes nalguns clássicos que abordaram a política de forma privilegiada. Nos escritos de Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau e Hegel já encontramos a distinção entre ricos e pobres, nobreza e servos, possuidores de honra e glória e os vituperados, com propriedade e os sem propriedade.

O pensamento sobre a práxis política, de Aristóteles a Hegel evidencia a contradição de classes, ora como natural, ora como necessária, ou ainda como escolha dos indivíduos e incumbe ao Estado o dever de legitimar a relação entre os desiguais, favorecendo a manutenção dos setores dominantes no poder.

Em virtude disso, analisaremos, sucinta e não exaustivamente, a concepção de práxis política presente em cada um dos estudiosos suprarreferidos, buscando mostrar a forma como estes vislumbram a natureza do Estado, as contradições sociais fundamentais e sua ligação com a politicidade, enquanto complexo social, o que exige nossa remissão direta aos seus textos.

Até o momento procuramos introduzir a questão da práxis política, o qual exigiu uma discussão sobre o trabalho, a fim de entender a constituição do ser social e onde se encontra a politicidade enquanto instância da totalidade social, intuito que ao explicitar a o vínculo da política com o Estado e com o problema das classes sociais nos subsidiária, criando fundamentos para a reflexão do nosso objeto de estudo, qual seja, a práxis política do MAB.

Pretende-se demonstrar que até mesmo o debate tradicional da Filosofia Política expressas as lutas de classe, posto que nesse campo o Estado, já é vislumbrado (implícita ou explicitamente) como uma maneira de promover a perpetuação das estruturas sociais desiguais, estatuídas pelo confronto entre forças coletivas antagônicas.

### **1.1 Introdução aos Elementos da Filosofia Política: a sociedade de classes, a práxis política e o Estado<sup>3</sup>**

Nossa breve abordagem acerca da política no pensamento social parte de algumas problematizações fundamentadas nos trabalhos essenciais dos estudiosos antes citados, investigações selecionadas por sua importância para o debate proposto por esta pesquisa, que destaca os estudos que, no conjunto da obra dos pensadores tratados, mais se referem à politicidade.

Assim, na análise de Aristóteles, tratamos da “*Política*”, pela qual o filósofo macedônio buscou desvelar a essência da politicidade, vista como a ciência prática por excelência, que procura no conhecimento dos homens, um meio para a ação, com o objetivo de alcançar o bem exposto pelo interesse comum de todos, ou seja, a Justiça.

Sem contemplar importantes fases e épocas históricas, cabe-nos tecer algumas breves considerações sobre Maquiavel, em “*O Príncipe*”. É de conhecimento geral que o referido texto se conforma como um verdadeiro manual, destinado a ensinar os soberanos a dominar, exercendo a arte da política. Sua qualidade principal é determinar com clareza a natureza do fenômeno político, ligado ao controle e à dominação social: política como instrumento de afirmação dos sujeitos dotados de *virtú*, aqueles que em nome da honra e da glória,

---

<sup>3</sup> Parte deste item foi publicado no artigo: “A práxis política e a formação do Estado na sociedade de classes” (2015); em parceria com a autora Ednéia Alves Oliveira, que concedeu autorização de sua utilização neste trabalho.



estabelecem a dominação social necessária à consecução dos seus designios e, nesse processo, promovem o desenvolvimento da coletividade.

Prosseguindo, passaremos ao estudo de alguns dos principais representantes do contratualismo, no pensamento político ocidental, vertente teórica composta por um conjunto multifacetado de abordagens que vislumbram a gênese da sociedade a partir de um pacto tácito ou explícito, realizado por aqueles que integram a comunidade política, com a finalidade, consciente ou inconsciente, de erigir os termos da existência social.

Seguindo uma linha cronológica ascendente, nossa exposição parte das ideias de Hobbes, prosseguindo com Locke, a partir da discussão de os “*Dois Tratados Sobre o Governo*”, se estendendo até o radicalismo democrático de Rousseau n’*O contrato Social*.

Por fim, lidaremos com as ideias de Hegel, mais especificamente sua abstração da politicidade desenvolvida em os “*Princípios da Filosofia do Direito*”.

Para Aristóteles, a vida do homem é resultado do meio no qual está inserido. Um ambiente social bem estruturado é a chave para formação de sujeitos “inclinados ao bem”, aptos a desenvolver suas potencialidades sociais. A política como a arte de construção da sociedade voltada para o bem aparece, então, como o caminho para os homens de boa índole. Daí que Aristóteles a chame de “ciência toda poderosa”, com precedência até mesmo sobre à ética. Note-se que, para ele, a política não supõe a elisão da desigualdade ou da dominação, esta última vista como algo natural, tal como as relações entre alma e corpo, a razão e os desejos, onde

[...] a alma domina o corpo com a prepotência de um senhor, e a inteligência domina os desejos com a autoridade de um estadista ou rei; estes exemplos evidenciam que para o corpo é natural e conveniente ser governado pela alma, e para a parte emocional ser governada pela inteligência – a parte dotada de razão, enquanto para as duas partes estar em igualdade ou em posições contrárias é nocivo em todos os casos (ARISTÓTELES, 1985, p.1254b).

Tal pensador assevera que o homem já nasce marcado para mandar ou obedecer e que essas são condições inevitáveis e convenientes. A natureza fez os escravos fortes para as atividades servis e os seus senhores, incapazes de exercer essas ações, mais aptos para a cidadania, na *polis*. Esses últimos são agentes racionais, sujeitos livres que buscam alcançar um bem melhor. Autoridade política só é possível entre eles, dado que são, por natureza, animais políticos, possuem o potencial efetivo para o desenvolvimento das suas qualidades morais. Já os escravos não eram considerados sujeitos, mas apenas instrumentos para o trabalho, assim, não podiam ser reconhecidos como atores públicos, protagonistas das lutas

sociais e econômicas. Por isso, a contradição de classes, em Aristóteles, aparece apenas na cidade, a partir das disputas entre os seus membros politicamente reconhecidos.

Em Hobbes, a análise da politicidade começa pela caracterização da natureza humana, inclinada para o mal e para o egoísmo. A vontade de poder, para usar uma expressão Nietzsche, é a potência básica que impele o indivíduo. É, ainda, a força máxima da transformação social, cuja expressão mais elevada se encontraria na política. Essa qualidade seria comum a todos os homens e os faria iguais, a tendência das individualidades para o mal se dá pelo fato dos sujeitos almejarem as mesmas coisas e possuírem as mesmas necessidades, inexistindo alguma forma de cooperação que os ligue naturalmente, o que faz com que os objetos que desejam e precisam sejam sempre conquistados pelos mais fortes.

Ocorre que essa situação é intrinsecamente perigosa. Nela, os homens são levados por uma força comum a se protegerem do perigo. Não sendo contra a razão defender-se, a luta entre todos é tida como correta, uma parte do Direito Natural, que, na concepção de Hobbes (1993), significa “[...] a liberdade que o indivíduo tem para usar suas capacidades naturais segundo a reta razão [...]”.

Tendo o homem o direito de proteger-se, possui também, conseqüentemente, o direito de utilizar meios para isso. A natureza deu a todos todas as coisas. Porém, essa é uma situação de permanente conflito, pois é como se o direito de um anulasse o direito do outro, numa disputa infinita que prejudica e empobrece a todos.

Esse conjunto de questões faz com que o estado de natureza seja um ordenamento racional. Sua força está contida nos condutos lógicos que guiam a sobrevivência dos sujeitos. Não obstante isso, a legalidade dessa condição é autodestrutiva, o egoísmo humano por ela perpetrado, estrutura um cenário trágico e desorganizado, onde os indivíduos estão destituídos das vantagens da convivência comum, o que faz do homem “[...] um o lobo para o homem” (HOBBS, 1993, p. 275).

Segundo Hobbes, existe apenas uma saída para tal situação, os sujeitos devem renunciar ao estado de natureza, abdicar da sua igualdade e liberdade totais, obedecendo a uma autoridade superior, que, motivada pela riqueza e pela glória, assume a tarefa de estabelecer a paz, por intermédio da fundação da ordem social, impondo limites à ação de todos.

O término do estado de natureza é, por essas razões, um fato óbvio e lógico, um mandamento da “reta razão”, elemento indispensável à evolução dos indivíduos.

Em outras palavras,

uma das leis naturais derivadas da lei fundamental é a seguinte: O direito de todos os homens a todas as coisas não deve ser mantido, mas é preciso transferir ou desistir de certos direitos. Se cada qual retivesse o seu direito a todas as coisas, se seguiria necessariamente que uns teriam o direito de ataque e outros o de defesa. Como todo homem, por necessidade natural, tenta defender o corpo e as coisas necessárias à proteção do corpo, resultaria, então, a guerra. Age, portanto, contra as razões da paz, ou contra uma lei de natureza, aquele que não desiste de seu direito a todas as coisas (HOBBS, 1993, p. 59).

Diferentemente de Hobbes, Locke acredita que o Estado de Natureza não é o Estado de Guerra. No entanto, engendra os elementos objetivos necessários a tal condição. O Estado de Natureza seria o estado de perfeita liberdade, onde os homens regulam suas ações, trata-se também um estado de igualdade, donde deriva a justiça e a caridade.

Para Locke, neste Estado, impera a lei da natureza, que consiste na razão de nenhum homem prejudicar outro na vida, na saúde, na liberdade e nas posses. Já no Estado de Natureza, a propriedade aparece como direito natural. Se algum homem transgredir essa lei natural deverá ser punido e, se um homem tem o direito de punir, todos tem o mesmo direito, sendo dessa forma que um homem obtém poder sobre o outro. O Estado de Guerra nasce aí, pois não há um juiz ou leis, assim, todos possuem o poder executivo da lei natural.

Dessa forma, o Estado e a vida política são instrumentos de pacificação e desenvolvimento da realidade social, uma invenção da comunidade societária (e não uma força transcendente assentada no poder dinástico), realizados os objetivos do Estado, este devia se recolher, favorecendo a livre iniciativa dos sujeitos e grupos sociais, força última do crescimento e evolução dos homens.

Logo no início do seu livro, Rousseau se coloca contra o governo monárquico, dizendo que um povo que obedece ao Senhor quando é obrigado a fazê-lo bem, mas age melhor ainda quando recupera a sua liberdade. E completa dizendo que a ordem social é um direito sagrado e é a base para os outros direitos. Explica, ainda, que a ordem social não é natural e está fundamentada em convenções. No entanto, o autor aponta a família como a primeira e única sociedade natural. Dessa forma, para Rousseau, o Estado de Natureza é um estado solidário e pacífico, e o Estado de Guerra é criado pela relação de coisas, ou seja, propriedade.

A diferença de Hegel com os outros pensadores já começa pela separação da sociedade civil do Estado Político. A sociedade civil vista por Hegel é a esfera das relações econômicas e administrativas, onde o indivíduo assegura a sua liberdade e satisfaz suas necessidades, por exemplo, através do trabalho. É, também, o espaço onde o indivíduo irá

fazer a defesa da sua propriedade privada, assim como seus interesses privados. A sociedade civil em Hegel (1997) possui três momentos: o primeiro diz respeito ao sistema das carências, que é a mediação da carência e a satisfação dos indivíduos pelo trabalho. O segundo momento é a defesa da propriedade pela justiça. E, por último, a precaução contra resíduos de contingência destes sistemas e a defesa dos interesses particulares como algo de administração e pela corporação.

O Estado em Hegel é a instância universalizadora responsável por articular os interesses particulares da sociedade civil, representando os interesses universais e públicos, superando as contradições dos interesses individuais presentes na sociedade civil. No entanto, cabe ao Estado garantir o bem público, mas, ao mesmo tempo, preservar a sociedade civil, inclusive a propriedade privada. Não é necessário o contrato opondo o Estado de Natureza e o Estado Civil, pois o Estado Político é algo distinto da sociedade civil e eles coexistem, o que é diferente de substituir o Estado de Natureza. Podemos dizer que Hegel atribui uma soberania ao Estado, sendo este algo superior, capaz de garantir o interesse universal. Mas, para isso, o autor diz que é preciso que ele seja encarnado por governantes da força da Razão. Em resumo, para Hegel (1997, p. 149) a definição de Sociedade Civil e Estado consiste na

[...] associação de membros, que são indivíduos independentes, numa universalidade formal, por meio das carências, por meio da constituição jurídica como instrumento de segurança da pessoa e da propriedade e por meio de uma regulamentação exterior para satisfazer as exigências particulares e coletivas. Este Estado exterior converge e reúne-se na Constituição do Estado, que é o fim e a realidade em ato da substância universal e da vida pública nela consagrada.

Tendo apresentado sobre o Estado de Natureza para cada autor, iremos, a seguir, desenvolver a teoria de cada um em relação ao tipo de Estado e politicidade defendida por eles.

Aristóteles defende a democracia como forma de Estado. Para ele, a *polis* se forma pela composição contraditória entre o interesse geral e particular, sendo, por isso, um lugar de todos. Ela é plural, integrada por diferentes, mas estes, enquanto seus membros, são iguais. Os cidadãos formam a cidade e são eles que têm o direito de administrar a justiça e exercer as funções públicas. Logo, estrangeiros e escravos não são considerados cidadãos e não podem participar da política. “Cidadão de modo geral é uma pessoa que participa das funções de governo e é governado; [...] é uma pessoa dotada de capacidade e vontade de ser governada e governar com vistas a uma vida conforme o mérito de cada um” (ARISTÓTELES, 1985, p.1283b).

Para este pensador, os agentes políticos da cidade são divididos em três classes: os ricos, a classe média e os pobres. A classe menos propensa a fugir ao exercício de suas funções públicas é a do meio, uma vez que os interesses dos ricos e pobres são contrários. Sendo assim, a classe mediana é a opção mais racional para a formação do governo e harmonização dos grupos antagônicos, garantindo a estabilidade e convivência de todos na cidade.

O governo formado com elementos da classe média fica mais próximo do povo que o governo de poucos formado pela classe dos ricos, e é a forma mais segura entre os tipos de constituição. Expostas essas questões, fica claro que a politicidade em Aristóteles visa o universal – compreendido como a totalidade da comunidade política, ou seja, a *polis* – e encontra-se nessa determinação a importância da legalidade, da jurisdição, entendida no seu pensamento como princípio ordenador da vida da cidade. A principal esfera da política é o legislativo, pois a lei governa todos os cidadãos.

A democracia, para Aristóteles (1985, p. 1318a.) é um governo em que

[...] todos sejam iguais segundo o princípio da maioria puramente numérica; com efeito, a igualdade implica em que os pobres não tenham uma participação no governo maior que a dos ricos, e em que a supremacia não seja exercida somente por eles, mas todos governem igualmente, pois somente assim se poderá dizer que há igualdade e liberdade na cidade.

Maquiavel, no primeiro capítulo de “O Príncipe”, inicia pela enumeração das formas básicas de Estado, pontuando que todos os que existiram ou existem podem ser classificados ou como repúblicas, ou como principados. Os principados são hereditários, os seus governantes pertencem à mesma linhagem (ao menos que se trate de um reino fundado ou conquistado recentemente). Para ele, os reinos têm duas formas de governo, a primeira se caracteriza pelo príncipe e seus assistentes, responsáveis por ajudá-lo na administração, na qualidade de ministros. Nesse Estado, o monarca tem maior autoridade, pois ninguém é tido como superior e, sendo assim, seria mais difícil apoderar-se dele, devido às dificuldades impostas pelas pessoas que cercam o governante. No entanto, depois de conquistado seria mais fácil mantê-lo, pois, com a família do antigo príncipe aniquilada e sem forças para levantar um exército, desapareceria todo o perigo.

A segunda forma de governo é aquela em que um príncipe e vários barões administram a coisa pública. Tais sujeitos ocupam essa posição pela antiguidade da sua linhagem, sendo que cada indivíduo particular tem súditos e territórios próprios, onde são reconhecidos como senhores. A sua ligação se dá pelo costume e pelos seus laços de afeição.

Neste caso, a invasão é mais fácil devido a uma possível aliança com algum barão. No entanto, é mais difícil manter o principado após a conquista, pois, mesmo aniquilando a família do príncipe local, permanecerão os nobres que estarão prontos para liderar novas revoluções, que fariam com que o novo senhor perdesse o domínio sobre o Estado.

Maquiavel diz que, para o indivíduo tornar-se príncipe pressupõe-se que este tenha grande valor, ou seja, a *virtú*, ou boa sorte, quer seja a fortuna. Os que alcançam a honraria do governo pelo seu valor conquistam o Estado com dificuldade, mas o mantêm mais facilmente. O autor lembra que é difícil e perigoso executar e manejar uma instituição com novas ordens de coisas, pois, tomando essa iniciativa, fará inimigos entre os que se beneficiavam da ordem antiga.

Para ele, os inovadores devem impor-se coercitivamente, “porque, além do que já foi dito, a natureza dos povos é lábil: é fácil persuadi-los de uma coisa, mas é difícil que mantenham sua opinião. Por isso, convém ordenar tudo de modo que, quando não mais acreditarem se lhes possa fazer crer pela força” (MAQUIAVEL, 2001, p. 51). Em Maquiavel, o uso do arbítrio se refere à violência direta, aplicada pelo exército, lembrando que, em sua opinião (como detalharemos adiante), a força militar e a política são coisas de uma mesma ordem e natureza.

Quando, pelos favores da fortuna, o príncipe obtém esse título, ele costuma empregar pouco trabalho. Todavia, garante sua nova posição com muito custo, pois, há uma completa dependência tanto da sorte, como dos que tornaram possível a sua ascensão ao poder. Além disso, os Estados que crescem com rapidez não têm raízes sólidas, o que pode causar a sua queda na primeira tempestade. Daí que os governantes agraciados pelo destino só possam se manter no poder se tiverem grande engenho, desenvolvendo rapidamente as aptidões para comandar. É interessante ressaltar que este fato que representa uma situação de extrema raridade.

Maquiavel (2001) apresenta, ainda, outras duas maneiras de se chegar ao poder, além do merecimento e da fortuna. A primeira se daria mediante um ato criminoso, a segunda se estabeleceria através do favor dos concidadãos. Em relação ao ato criminoso, o filósofo italiano diz que, após sua realização, o governante deve proceder à realização de ações de misericórdia e às benfeitorias, com vistas a conquistar os seus súditos, remediando sua condição diante de Deus e dos homens.

Já quando o cidadão se torna soberano através do favor dos seus pares, se consolida o chamado governo civil. Para alcançar o posto máximo nessa forma de Estado, o governante

não depende nem do valor nem da sorte, mas da astúcia afortunada. O cidadão pode chegar ao poder ou com o apoio da aristocracia ou da opinião popular. Os grupos sociais divergentes se organizam em facções, encontradas em todas as cidades, cujo nascimento vem “[...] do desejo do povo de se subtrair à opressão dos poderosos, e da tendência destes últimos para dirigir e oprimir o povo” (MAQUIAVEL, 2001, p. 68). A contradição entre os interesses faz com que o Estado flutue, ao menos, entre três formas: governo absoluto, a liberdade ou a desordem. Evidentemente, a melhor opção para o autor é o governo absoluto.

Para Maquiavel há um tipo de Estado que não precisa nem de sorte nem de mérito para se manter, uma vez que é sustentado por antigos costumes religiosos, esse é o Estado Eclesiástico. Tais costumes são tão fortes que permitem que o soberano fique no poder independente da sua conduta. “Só esses príncipes podem ter Estados sem defendê-los e súditos sem governá-los; e seus Estados, mesmo sem ser defendidos, não lhes são tomados” (MAQUIAVEL, 2001, p. 76).

Para Hobbes, por outro lado, a melhor opção na instauração da politicidade é o governo absolutista, levando em consideração a sua comparação com outros tipos de Estado.

[...] a monarquia das mencionadas espécies de Cidade, *democracia*, *aristocracia*, *monarquia*, é a melhor pela comparação das comodidades e incomodidades [ou seja, aspectos mais positivos ou menos positivos] de cada uma. Pomos de lado certos argumentos que, embora mostrem a *monarquia* como a mais recomendável, são, contudo, omitidos porque não recorrem a razões mas a exemplos e testemunhos. Eis alguns deles: que o *uníversono* é governado por *um* só Deus; que os antigos preferiam o estado *monárquico* aos demais, atribuindo o governo dos deuses a Júpiter *só*; que no começo da organização das nações a vontade dos Príncipes servia de lei; que a autoridade paterna, instituída por Deus na criação, era *monárquica*; que os demais tipos de governo, mais tarde, resultaram da conglutinação, por artifício dos homens, dos escombros da *monarquia*, arruinada pelas sedições; que o povo de Deus esteve sob a jurisdição dos reis. (HOBBS, 1993, p.140-141).

Locke, diferentemente de Hobbes e também Maquiavel, é contra o poder absolutista considerando esse governo incompatível com o Estado Civil. O autor ainda defende a instauração dos poderes legislativo e executivo, acreditando que eles garantem uma sociedade política e justa, impedindo os desmandos do soberano.

Mas embora todo homem que entrou em uma sociedade civil e se tornou membro de qualquer corpo político tenha renunciado, com isso, a seu poder de punir os delitos contra a lei da natureza segundo seu juízo particular, ele, juntamente com o julgamento dos delitos que colocou nas mãos do legislativo em todos os casos em que possa apelar para o magistrado, também cedeu ao corpo político, sempre que seja ele convocado para tal. Julgamentos estes que na verdade são seus próprios, tendo sido pronunciados por ele mesmo ou por seu representante. Temos aqui a origem dos poderes legislativo e executivo da sociedade civil, que julgam, segundo

leis vigentes, em que medida devem ser punidos os delitos cometidos no seio do corpo político. [...] Portanto, sempre que qualquer número de homens estiver unido numa sociedade de modo que cada um renuncie ao poder executivo da lei da natureza e o coloque nas mãos do público, então, e somente então, haverá uma sociedade política ou civil. E tal ocorre sempre que qualquer número de homens no estado de natureza entra em sociedade para formar um povo, um corpo político sob um único governo supremo, ou então quando qualquer um se junta e se incorpora a qualquer governo já formado. (LOCKE, 1998, p. 459-460).

Rousseau, se colocando contra a monarquia e a escravidão, diz que nenhum homem tem autoridade natural sobre outro, e que a força não produz nenhum direito, e que as convenções são as formas legítimas de se formar autoridade. Para ele, quando o povo se aliena a um monarca está se vendendo em troca da tranquilidade civil e, segundo o autor, não há benefício nenhum nisso, pois tal tranquilidade é uma das suas misérias. “Enfim, é inútil e contraditório a convenção que estipula de um lado, uma autoridade absoluta, e, de outro, uma obediência sem limites” (Rousseau, 1999, p.15). Isso porque, para o autor, renunciar à liberdade é renunciar aos direitos da humanidade.

Para Rousseau, quando os homens chegam ao ponto em que os obstáculos gerados pelos interesses particulares ameaçam a sua existência, eles fazem um pacto em que se une e dirige as forças existentes em comum acordo. Para isso, o indivíduo deve alienar-se por inteiro, doando-se à comunidade, sendo, assim, a condição igual para todos. “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral; e recebemos, coletivamente, cada membro como parte indivisível do todo” (ROUSSEAU, 1999, p.22). Dessa forma, a alienação de cada indivíduo, em que cada um se compromete com o todo, torna-se necessária para a formação do povo, que passará do Estado de Natureza para o Estado Civil, sendo que o Estado é formado pela vontade geral racional.

Reduzamos todo esse balanço a termos de fácil comparação. O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto deseja e pode alcançar; o que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. Para que não haja engano a respeito dessas compensações, importa distinguir entre a liberdade natural, que tem por limites apenas as forças do indivíduo, e a liberdade civil, que é limitada pela vontade geral, e ainda entre a posse, que não passa do efeito da força ou do direito do primeiro ocupante, e a propriedade, que só pode fundar-se num título positivo. (ROUSSEAU, 1999, p.26).

A vontade geral que dirige o Estado governa buscando sempre o bem comum e não pode alienar-se. O autor esclarece as diferenças entre a vontade de todos e a vontade geral, sendo a primeira a soma das vontades particulares, e esta última representa os interesses comuns. “Digo, pois, que a soberania, sendo apenas o exercício da vontade geral, nunca pode



alienar-se, e que o soberano, não passando de um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo; pode transmitir-se o poder - não, porém, a vontade” (ROUSSEAU, 1999, p.33).

O pacto social em Rousseau tem como um dos seus princípios estabelecer a igualdade entre os cidadãos, onde todos se comprometam sob as mesmas condições e tenham os mesmos direitos. Por isso, todo ato do governo, ou seja, todo ato da vontade geral deve favorecer igualmente a todos sem distinção. Sendo assim, para o filósofo, um ato de soberania não é uma convenção do superior para o inferior, mas uma convenção do corpo com cada um dos seus membros, sendo ela legítima, equitativa, útil e sólida. “Convenção legítima porque tem como base o contrato social, equitativa porque comum a todos, útil porque não pode ter outro objeto senão o bem geral, e sólida porque tem por garantia a força pública e o poder supremo” (ROUSSEAU, 1999, p.42).

Primeiramente, em Rousseau, pode-se perceber uma ilusão em relação à liberdade e à transferência de toda responsabilidade para o cidadão, quando o autor diz que, enquanto os súditos forem submetidos ao contrato do governo democrático, eles não obedecerão a ninguém a não ser a si próprios.

Em relação a Hegel, este, como dito anteriormente, já faz sua análise na sociedade capitalista e relaciona as contradições de classe a esse modo de produção. No entanto, ao se referir à riqueza, mesmo condicionando-a ao capital, o autor também a condiciona ao indivíduo, dizendo que os dons corporais e espirituais são por natureza desiguais. Desta maneira, Hegel define três classes sociais distintas: substancial ou imediata, reflexiva ou formal e classe universal.

A classe substancial é aquela em que a riqueza consiste no trabalho direto no solo de onde se retiram produtos naturais, solo este que é propriedade privada. A classe formal é a industrial, que transforma o produto natural através do trabalho, seu meio de subsistência. Para Hegel, o que essa classe produz e consome se deve a sua própria atividade, ou seja, o trabalho. Ele divide o trabalho em várias categorias: aquele para atender às carências individuais concretas; o trabalho por encomenda, que é o artesanal; o trabalho da indústria; e a atividade de troca de produtos particulares uns pelos outros, principalmente a troca feita por dinheiro, o que caracteriza o comércio. A última classe referida é a classe universal, que é aquela que se ocupa com os interesses gerais da vida em sociedade. Os indivíduos pertencentes a essa classe devem ser dispensados do trabalho e devem se manter por uma fortuna privada ou por indenização que solicita do Estado.

Até o momento estamos buscando demonstrar que a práxis política e o Estado estão intimamente ligados à contradição de classe, que, por sua vez, tem sua gênese na divisão social do trabalho e na propriedade privada. Vimos a questão da propriedade privada e principalmente do trabalho, em Hegel, porém, justificada pelas circunstâncias e aptidões desiguais, conseqüentemente o problema da contradição de classes acaba sendo transferido para o indivíduo, sua subjetividade e o seu livre arbítrio.

Como particularidade que se objetiva para si mesma, a classe divide-se, pois, em suas espécies segundo uma regra conceitual. Mas a repartição dos indivíduos nas classes, ainda que sofra a influência da natureza, do nascimento e das circunstâncias, essencial e soberanamente depende da opinião subjetiva e da vontade particular que numa tal esfera, numa tal classe obtém o seu direito, o seu mérito e a sua honra, de tal modo que, quanto se produz nessa esfera por interior necessidade, só se produz por intermédio do livre-arbítrio, e para a consciência subjetiva tem a forma de uma obra da vontade. (HEGEL, 1997, p.182).

Além de apresentar a forma de Estado idealizado por cada um, alguns destes autores irão apresentar a importância das leis. Para Aristóteles, boas leis são elaboradas pelo legislador, que faz um estudo da alma dos homens, buscando alcançar os seus objetivos. Aristóteles usa o termo constituição, porém, de uma maneira obscura, provavelmente o autor se refere às normas e funções dos governantes. Segundo ele, aqueles que dirigem o Estado devem agir segundo a constituição, as leis, numa relação de identidade, parecem ser o mesmo que o governo e ambos devem ter em vista o bem comum, já que se tratam do poder supremo da cidade. A constituição irá articular a cidade em relação às diversas tarefas do poder público, por isso, ela

[...] é a ordenação das funções de governo nas cidades quanto à maneira de sua distribuição, e à definição do poder supremo nas mesmas e do objetivo de cada comunidade; as leis, porém, distinguem-se dos princípios da constituição, e regulam a forma do exercício do poder pelos altos funcionários e a maneira deles impedirem que elas sejam descumpridas. (ARISTÓTELES, 1985, p.1289a).

Há diversas formas de participação dos cidadãos nas decisões políticas: pode-se chamar os membros da *polis* para deliberar alternadamente sobre as suas questões; pode-se reuni-los num corpo único para escolher os funcionários que tomarão as decisões coletivas; ou, ainda, podem-se escolher funcionários, delegando a estes a missão de administrar a cidade, e deixando ao escrutínio público direto apenas a fiscalização do governo e a deliberação sobre a guerra e as alianças com outras cidades.

A última maneira de participação apresentada por Aristóteles consiste na deliberação direta e “total” dos cidadãos nos problemas da cidade. Saliente-se que, para ele, a participação de todos os grupos políticos legítimos deve ser respeitada, pois, as revoluções começam quando uma das classes não se vê contemplada na constituição, sendo provocadas por esse desejo de igualdade pela participação no poder. Para o autor, não existem constituições perfeitas, mas existem as possíveis e, por isso, a democracia é a melhor maneira de se evitar as revoluções.

Maquiavel assevera que não importa o tipo de Estado, a principal base para sua sustentação sempre são boas leis e bons exércitos. Para ele, não podem haver regras adequadas sem bons soldados que garantam o seu cumprimento. Reside nisso, inclusive, o fundamento maior da práxis política.

De acordo com Maquiavel o príncipe não deve ter outro objetivo ou pensamento que não seja a guerra, a organização e a disciplina das tropas, sendo esta, a única arte que se espera de quem comanda. Tal fato faz com que o senhor deva sempre estar preparado para o combate, praticando exercícios bélicos, que aperfeiçoem a sua destreza e a de seus soldados, incluído, nisso, o estudo das ações dos grandes homens durante os conflitos armados. Ele descreve como um príncipe deve conduzir seus súditos e aliados e sua primeira recomendação é a de que o príncipe, para se manter como tal, deve agir sem bondade, podendo fazer uso do bem ou não, a depender de cada caso.

Para Maquiavel, cada príncipe possui qualidades que lhe valem elogios ou vitupérios. De acordo com suas palavras, é mais sábio ser chamado de miserável do que liberal, uma vez que a liberalidade pode causar o desprezo e ódio dos súditos. Entre ser amado e ser temido, Maquiavel considera que é desejável possuir as duas qualidades simultaneamente. No entanto, o mais importante é se fazer temer, mesmo não ganhando o amor dos súditos, mas deve-se evitar o seu ódio, sendo que a ausência do ódio pode coexistir com o temor, “[...] pois o amor é mantido por vínculos de gratidão que se rompem quando deixam de ser necessários, já que os homens são egoístas; mas o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca falha” (MAQUIAVEL, 2001, p. 99).

Já que para Maquiavel os homens são maus, não é necessário que os príncipes ajam com boa fé, dado que podem se prejudicar com essas atitudes. Destarte, ele ressalta que é preciso saber disfarçar e dissimular muito bem a orientação da sua conduta, evitando que as paixões dos súditos se inclinem a outras pessoas, pois, os homens são pouco argutos e se

deixam dominar pelas necessidades imediatas. Quem quiser enganá-los, muitas vezes conseguirá fazê-lo facilmente.

Não é necessário que um príncipe tenha de fato todas as qualidades acima enumeradas, mas é muito necessário que aparente ter todas. Ousaria mesmo afirmar que possuí-las todas, e sempre as observar, chega a ser nocivo, mas aparentar possuí-las todas é útil. Assim, é bom ser e parecer misericordioso, leal, humanitário, sincero e religioso; mas é preciso ter a capacidade de se converter aos atributos opostos, em caso de necessidade. (MAQUIAVEL, 2001, p. 104).

Maquiavel afirma que não importam os meios utilizados pelo príncipe para conquistar e manter o poder, porque eles serão sempre tidos como honrosos e elogiados por todos, “pois o vulgo atenta sempre para as aparências e os resultados; o mundo se compõe só de pessoas do vulgo e de umas poucas que, não sendo vulgares, ficam sem oportunidade quando a multidão se reúne em torno do soberano” (MAQUIAVEL, 2001, p. 104-105).

O filósofo de Florença reforça a importância do príncipe não ser odiado por nenhuma das classes. Para isso, ele deve respeitar o patrimônio e a honra dos súditos, deve criar parlamentos, que são intuições neutras que não estão diretamente subordinadas ao rei. Daí se extrai que, para Maquiavel, uma regra geral é que atribui-se ao príncipe delegar tarefas como julgamentos e concessão de favores a outras pessoas, pois, assim, ele estará valorizando os grandes e evitando o ódio do povo.

Maquiavel também fala da importância de armar os súditos quando se conquista um reino, porque os braços armados pertencerão ao monarca. Como não é possível aparelhar a todos, o tratamento diferenciado fará com que os que receberam as armas se sintam privilegiados, dispensando ao príncipe o seu apreço.

No que concerne às tarefas que um príncipe deve empreender para ser estimado, Maquiavel frisa a realização de grandes empreendimentos, a utilização de exemplos de grandeza na administração, a declaração objetiva de quem são amigos ou inimigos nos tempos de guerra, o ato de entreter o povo com festas e espetáculos, de mostrar apreço pelas virtudes, entre outras atitudes.

Sendo os ministros importantes no governo de um príncipe, a relação daqueles com o soberano deve ser de confiança e fidelidade. Para isso, o governante deve honrar seus ministros, fazer-lhes favores, concedendo-lhes cargos e condecorações. Assim, o ministro não terá desejo de ter mais riquezas e, devido às funções que exerce, temerá mudanças no poder. “A primeira impressão que se tem de um governante e da sua inteligência, é dada pelos homens que o cercam” (MAQUIAVEL, 2001, p.129).

Em relação aos conselheiros, Maquiavel diz que o príncipe deve escolher homens sábios, dando-lhes liberdade para falar a verdade, mas só o que lhes for perguntado. Fora os conselheiros, o príncipe não escutará ninguém mais, pois, se escutar os aduladores, agirá precipitadamente ou mudará de posição várias vezes devido as diversas opiniões. “Conclui-se, portanto, que os conselheiros sábios, de onde quer que venham nascem necessariamente da prudência do príncipe; e que esta não nasce dos bons conselhos recebidos” (MAQUIAVEL, 2001, p.133). Para Maquiavel, um príncipe perde o poder por sua própria indolência, em virtude dos seus erros na formação da força armada, pela fragilidade das suas relações com o povo.

Hobbes, ainda no início de sua reflexão, define vinte leis naturais que devem ser seguidas por todos os homens. Dentre elas, a primeira, e fundamental, é buscar a paz, e, quando não for possível alcançá-la, se preparar para a guerra. Segundo ele, as leis da natureza são imutáveis e eternas, e, portanto, o que elas proíbem nunca será lícito e o que ordenam nunca será ilícito. Os homens que fazem o esforço constante em observar essas leis podem ser chamados de justos.

A justiça, de acordo com tais ideias, se divide em duas espécies: a comutativa, que se refere aos atos praticados entre contratantes como troca, venda, empréstimo, alocação e a justiça distributiva, aquela que avalia o merecimento de cada um, avaliando pelo mérito aqueles que são dignos de receber mais e os que são dignos de receber menos.

Hobbes destaca, especialmente, a sua oitava lei natural, segundo a qual todo homem é igual perante aqueles da sua espécie. A violação dessa lei recebe o nome de soberba. Ao afirmar isso, faz uma crítica ao pensamento de Aristóteles, para quem os homens são feitos para mandar ou para servir.

[...] por natureza os homens são iguais entre si, e por isso toda desigualdade que reina agora, por exemplo quanto à riqueza, poder, nobreza, linhagem, etc., teve origem na lei civil. Sabemos que Aristóteles estabelece no Livro Primeiro da política, como fundamento de toda a ciência política, que uns homens são feitos pela natureza para comandar, outros para servir, como se se devessem distinguir o senhor e o servo não em razão do consenso dos homens, mas devido a uma capacidade, ou a uma espécie de conhecimento ou ignorância natural neles existente. (HOBBS, 1993, p.74-75).

A nona lei, que possui grande relação com a oitava, afirma que qualquer direito que algum homem reclamar para si deverá ser concedido todos os outros. Assim, se reconhece a igualdade e quando não se obedece esta lei, os infratores recebem o nome de imoderados.

Entretanto, é claro, para nós, que Hobbes não desvendou leis naturais imanentes à vida humana e às suas formas sociais. Suas ponderações, na verdade, correspondem à universalização dos preceitos da sociabilidade do seu tempo, se constituindo numa antecipação da sociedade burguesa por meio do contrato, para usarmos uma ideia marxista.

Na sociedade anunciada por Rousseau, onde os sujeitos obedecem apenas a si mesmos, existem leis que são gerais, que podem conceder privilégios a alguns e criar diversas classes de cidadãos. Mas sempre o fazendo de maneira que não seja nomeadamente, pois essa nomeação não está no âmbito do poder legislativo. Portanto, essas leis instituem também a contradição de classes.

Quando afirmo que o objeto das leis é sempre geral, entendo que a lei considera os súditos coletivamente e as ações como abstratas, nunca um homem como indivíduo nem uma ação particular. Assim, a lei pode perfeitamente estatuir que haverá privilégios, mas não pode concedê-los nomeadamente a ninguém. Pode criar diversas classes de cidadãos, e até especificar as qualidades que darão direito a essas classes, porém não pode nomear os que nela serão admitidos. Pode estabelecer um governo real e uma sucessão hereditária, mas não pode eleger um rei nem nomear uma família real; numa palavra, toda função que se refere a um objeto individual não está no âmbito do poder legislativo. (ROUSSEAU, 1999, p.47).

Nas considerações feitas até o momento, foi possível perceber, ainda que de maneira pouco aprofundada, o posicionamento dos autores não no que se refere diretamente às classes sociais, mas uma discussão sobre igualdade. Neste momento, iremos apresentar de forma mais cuidadosa a discussão que estes fazem sobre a igualdade.

Aristóteles afirma que a igualdade implica na maioria numérica. No entanto, o número de pessoas pertencente à classe formada por pobres é maior do que os das demais classes. Por isso, é preciso encontrar meios legítimos para impedir que os pobres tenham um poder político superior, especialmente aos dos ricos, sendo esse equilíbrio entre as classes o sinônimo da igualdade. Para ele, “enquanto a oligarquia se caracteriza pela nobreza, riqueza e educação, as qualificações populares são o contrário destas, ou seja, origem humilde, pobreza e atividades vulgares” (ARISTÓTELES, 1985, p.1318a).

De acordo com Aristóteles, a fragilidade da democracia é o excesso de pobreza, por isso, o governo deve evitar que os pobres sejam extremamente pobres, ou seja, deve-se atender parcialmente às suas demandas para garantir a manutenção da cidade, mesmo com classes antagônicas.

Já Maquiavel dá a sua primeira lição voltada ao tratamento das classes subordinadas, dizendo que nessa situação só existem duas opções, “[...] é preciso tratar bem os homens ou então aniquila-los” (MAQUIAVEL, 2001, p. 36).

Em relação à classe dominante, Maquiavel enuncia um outro ensinamento, que revela que uma das principais ocupações do governante é liderar e defender os vizinhos menos poderosos da Província, para que os territórios não sejam invadidos por estranhos tão poderosos quanto ele. Para ele, “a regra geral é a de que, quando um estrangeiro poderoso penetra numa província, todos os habitantes menos poderosos o apoiam, movidos pela inveja dos que tinham poder maior do que o seu” (MAQUIAVEL, 2001, p. 37).

No entanto, deve-se evitar que esses governantes menos poderosos adquiram poder e autoridade em demasia, e “[...] uma regra geral que nunca ou quase nunca falha – quem cria o poder de outrem se arruína, pois esse poder se origina ou na astúcia ou na força, e ambas são suspeitas a quem se torna poderoso” (MAQUIAVEL, 2001, p. 42).

Quando aborda a conquista do poder no Governo Civil, Maquiavel, mais uma vez, trabalha o problema das classes. Ele afirma que é mais simples para quem chega ao comando do Estado manter-se com o apoio do povo, pois, é impossível satisfazer a nobreza sendo justo e sem causar prejuízo aos outros. Assim, é mais fácil atender às massas, já que o povo tem objetivos menores e honestos, sendo-lhe suficiente não sofrer a opressão. O importante é ter ciência de que “[...] é necessário que o príncipe tenha o favor do povo, senão, não encontrará seu apoio na adversidade” (MAQUIAVEL, 2001, p. 71).

O pensador também ressalta que o príncipe nunca pode estar seguro frente à hostilidade de um povo, mas pode precaver-se contra a hostilidade dos poderosos, sendo que o mais grave que um povo hostil pode fazer é abandonar o príncipe, mas dos nobres deve-se esperar, além da deserção, a oposição ativa.

Maquiavel classifica os nobres em duas categorias: os que compartilham da sorte do soberano e não são vorazes, esses devem ser tratados com respeito e estima, e os que não compartilham da sua sorte, seja por covardia ou por falha natural de caráter. Nesse tocante, há que se aduzir que os fracos devem ser utilizados como bons conselheiros, pois, honrarão o soberano na prosperidade e na adversidade, enquanto os que têm objetivos ambiciosos e pensam mais em si do que no soberano devem ser considerados inimigos secretos, pois, na adversidade irão contribuir para a ruína do príncipe.

Vimos anteriormente que, para Hobbes, é a igualdade que leva ao Estado de Guerra, e, além do mais, quando os homens fazem o contrato para a instauração do Estado Civil

transferem seus direitos para o Estado, que irá defendê-los da guerra. O Governante, uma vez instituído, só tem direitos e não pode, em momento algum, ser contestado por aqueles que o instituíram.

Conforme Hobbes, os cidadãos não possuem direitos, mas obrigações, visto sua condição de súditos, homens que abriram mão de sua liberdade individual e se submeteram ao poder governamental por medo da violência. Daí que no Estado Civil de Hobbes não há igualdade e nem direitos. A desigualdade e a coerção que constrange os indivíduos é algo necessário e racional.

[...] como já mostramos [...] o estado de igualdade é estado de guerra, e que por isso a desigualdade foi introduzida por consenso de todos, tal desigualdade, em que mais possui o indivíduo a quem mais nós damos voluntariamente, não pode mais ser considerada coisa iníqua. (HOBBS, 1993, p.141).

A partir de Locke, para falar da contradição de classe, iremos abordar uma categoria que é cara a esse autor, a propriedade privada. Locke, assim como Hobbes, acredita que o poder político é necessário para garantir a paz. No entanto, se difere Hobbes quanto ao contrato de submissão, pois, para ele, o Estado de Natureza seria de liberdade e paz. Para Locke, os seres criados por Deus são livres, sendo a liberdade um direito natural, assim como a propriedade privada. O Estado deve garantir os direitos naturais como a vida, a propriedade, a liberdade e também o direito de punir e essa práxis política estabelece uma maneira nova de aliar os interesses comuns aos interesses individuais. Uma vez que o Estado falhasse em sua função, contrariando os direitos naturais, caberia aos cidadãos acabar com esse governo e formar um Estado que estivesse a serviço da liberdade, ressaltando que a liberdade do homem, que vive em sociedade, para Locke, é o homem estar submetido ao poder e às leis de um corpo político formado pelo consentimento de todos.

Locke irá dizer que a propriedade privada se dá através do trabalho com a natureza, ele afirma que o trabalho que o indivíduo teve para retirar o produto da natureza, onde era comum a todos, é que fixou sua propriedade sobre este produto. Contudo, Locke diz que há um limite da propriedade privada, pois ninguém deve apropriar-se das provisões naturais de maneira a causar prejuízo a outros e destaca a terra como principal questão da propriedade, uma vez que ele mesmo era contra os cercamentos que estavam acontecendo na Inglaterra. Os cercamentos consistiam em uma “lei” em que os senhores fundiários poderiam expropriar, ou melhor, expulsar e roubar a terra comunal do povo e torná-la propriedade privada, esse processo



contribuía para liberar os trabalhadores rurais para serem proletariado nas indústrias que estavam se formando.

Em relação à desigualdade, Locke a entende como um processo de consentimento voluntário e tácito entre os homens, quando esses passaram a usar o dinheiro, que é um bem durável, para fazer trocas entre as propriedades privadas, pois agora era possível acumular.

[...] vê-se claramente que os homens concordam com a posse desigual e desproporcional da terra, tendo encontrado, por um consentimento tácito e voluntário, um modo pelo qual alguém pode possuir com justiça mais terra que aquela cujos produtos possa usar, recebendo em troca do excedente ouro e prata que podem ser guardados sem prejuízo de quem quer que seja, uma vez que tais metais não se deterioram nem apodrecem nas mãos de quem os possui. Essa partilha das coisas em uma desigualdade de propriedade particulares foi propiciada pelos homens fora dos limites da sociedade e sem um pacto, apenas atribuindo um valor ao ouro e à prata e concordando tacitamente com o uso do dinheiro. Pois, nos governos, as leis regulamentam o direito de propriedade, e a posse da terra é determinada por legislações positivas. (LOCKE, 1998, 428).

Para Rousseau, a legislação é que deve sempre tender a manter a igualdade, igualdade que, para o autor, não deve ser entendida medindo os graus de riqueza e poder. Igualdade em relação ao poder é exercer a virtude das classes e das leis, e no que diz respeito a riqueza, basta que nenhum homem seja rico demais a ponto de comprar o outro, e que ninguém seja pobre demais a ponto de vender-se.

A respeito da igualdade, não se deve entender por essa palavra que os graus de poder e riqueza sejam absolutamente os mesmos, mas sim que, quanto ao poder, ela esteja acima de qualquer violência e nunca se exerça senão em virtude da classe e das leis, e, quanto à riqueza, que nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar o outro, e nenhum assaz pobre para ser obrigado a vender-se. O que supõe, da parte dos grandes, moderação de bens e de crédito, e, da parte dos pequenos, moderação de avareza e de cobiça. Essa igualdade, dizem, é uma quimera especulativa que não pode existir na prática. Mas, se o abuso é inevitável, segue-se que não se deva pelo menos regulamentá-lo? É exatamente porque a força das coisas tende sempre a destruir a igualdade que a força da legislação deve sempre propender a mantê-la. (ROUSSEAU, 1999, p.62-63).

Já Hegel justifica a existência de classes sociais, afirmando a sua racionalidade, ou seja, são entes que existem para si mesmos. Duas determinações conformam a existência dos sujeitos como classes: a primeira diz respeito às circunstâncias e, a segunda refere-se à sua inclinação subjetiva, que condiciona o seu desempenho no ambiente social, por meio da livre satisfação particular das suas necessidades. O que Hegel faz, dessa forma, é construir mais uma justificativa para as desigualdades sociais, elas são resultado da vontade dos sujeitos, já que essa é a determinação principal da sua condição de classe.

Sendo assim, podemos fazer as seguintes considerações sobre cada autor:

Em Aristóteles, a politicidade passa a ser delineada, segundo suas próprias palavras, como o “meio termo”, isto é, a acomodação dos problemas e tensões é compreendida por ele como a resposta máxima para as questões coletivas. É a escolha mais racional, ao invés da opção pelos extremos, que avalizam lutas por mudanças radicais, seja para os ricos, seja para os pobres. Assim, a práxis política em Aristóteles é a dimensão da ação social, que garante a manutenção dos esquemas coletivos baseados em classes antagônicas e nas contradições imanentes a oposição dos seus interesses.

Maquiavel termina seu livro clamando por um novo monarca italiano, que seja capaz de unificar os vários reinos, introduzindo no país uma nova forma de governo que honrasse e beneficiasse o povo. Para ele, esse novo governante, cujo protótipo máximo era Cesar Bórgia, se trataria de um verdadeiro libertador. Como podemos perceber, Maquiavel descreveu com detalhes como um príncipe deve agir para manter sua dominação, ou melhor, ele demonstrou como deve ser operado o Poder Estatal e, por conseguinte, a práxis política que tem por alvo propiciar aos seus protagonistas a riqueza e a glória.

Podemos dizer que, em Hobbes, a práxis política se coloca como o conjunto racional e pactuado de atividades, acordos e estruturas, dados na gênese e operacionalização do Estado, cuja função é garantir a sobrevivência humana por meio da sociabilidade, sempre compreendida como um constructo político desigual e dividido em classes.

Já Locke diz que, ao utilizarem uma moeda de troca, os homens estavam concordando com o fato da acumulação que gera a desigualdade. No entanto, o autor não descreveu como foi esse processo, apenas afirmou que foi voluntário e tácito. Acreditamos que tenha sido esse mesmo consentimento voluntário e tácito que, anos depois, fez com que a classe proletária fosse dominada pela burguesia. Concluindo, para Locke, a desigualdade está legitimada pelo consentimento geral e o Estado deve cumprir a sua função de defender o direito à propriedade privada.

Rousseau, em outros escritos, analisa que foi através da propriedade privada que o homem passou a sociabilizar-se, essa mudança que o corrompeu, pois a propriedade privada se configura, segundo o autor, como a primeira desigualdade que surgiu foi entre ricos e pobres. Os ricos criaram sistemas (podemos exemplificar esses sistemas com os contratos sociais defendidos por Hobbes e Locke), que davam legitimidade a sua propriedade, continuando na mesma situação aquele que era pobre. Isso fica exemplificado em uma passagem da obra "Discursos sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre homens",

escrita em 1755, que mostra que o primeiro homem que cercou um terreno, disse que era seu e encontrou pessoas que acreditassem, foi o fundador da sociedade civil. Rousseau propõe um novo contrato social, porém, em seu contrato, a propriedade privada continua a existir, logo a desigualdade e as contradições de classe também.

Hegel por sua vez, faz a separação da sociedade civil e do Estado Político. A sociedade civil é o espaço onde acontecem as relações e atividades econômicas, onde os indivíduos atendem às suas necessidades através do trabalho, onde também se encontram as regulamentações jurídico-administrativas, pelas quais os indivíduos asseguram o direito à propriedade privada e a sua liberdade. Já o Estado propriamente político é aquele que expressa os interesses universais e públicos. Para Hegel cabe ao Estado garantir o bem público, preservando os fundamentos da sociedade civil, por exemplo a propriedade privada.

Uma vez apresentado, mesmo que de forma pouca aprofundada, o que esses pensadores clássicos entendiam sobre práxis política, foi possível notar, que mesmo nas sociedades que antecedem o sistema capitalista, a práxis política tem sido apropriada pela classe dominante como forma de reprodução ideológica de sua dominação, tanto pela coerção quanto pelo consenso. O que percebemos é que esses autores se apropriam das formas de Estado regulador, aprimorando e adaptando-o à sua realidade

## **1.2 Práxis Política, Estado, Classes Sociais e o debate de Emancipação Humana e Política no Capitalismo à luz do Marxismo**

Com essa abordagem introdutória sobre como os pensadores clássicos tratam a práxis política, poderemos agora aprofundar o debate sobre o Estado como um produto histórico, resultado das lutas entre as classes, sendo a classe dominante detentora do poder, aquela que pensa e idealiza esse Estado de acordo com os seus interesses de reprodução. Desse modo, mesmo o Estado tendo sido criado, aparentemente, para controlar as contradições entre as classes, na verdade ele está controlando a produção social da vida de acordo com os interesses da classe dominante. Assim, “[...] na medida, portanto, em que dominam como classe determinam todo o conteúdo de uma época histórica, [...] entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo” (MARX, ENGELS, 2009, p. 67).

De tal modo pode-se dizer que a práxis política surge como um meio de legitimar as contradições geradas, mais especificamente, pela divisão social do trabalho e a propriedade privada. O Estado não existe para conciliar as classes antagônicas, pois conciliá-las é impossível. Lenin explica que o Estado em Marx é um órgão de dominação de classe, “um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (LENIN, 2010, p.27).

Analisaremos aqui um momento específico da práxis política e da atuação do Estado, quer seja o do modo de produção capitalista ao qual somos subordinados. No capitalismo, as classes fundamentais em contradição são as burguesas, que detém como propriedade privada os meios de produção, e a classe trabalhadora, que possui apenas a força de trabalho para garantir sua subsistência.

Cabe ressaltar que na análise que será feita partiremos da concepção de classe a elaborada por Marx. No entanto, atualmente, há vários autores que questionam essa concepção, considerando-a inadequada para o estudo do mundo atual, pois este é percebido demasiadamente complexo e heterogêneo para encaixar-se na análise proposta por Marx. Neste sentido, será realizada uma exposição da concepção marxista da análise de classe, visando demonstrar que ela continua atual, mesmo que reconheçamos que a sociedade contemporânea é bastante diversa daquela em que Marx viveu. Antes de iniciar a discussão é importante destacar que nos escritos de Marx e Engels o conceito de classe social não foi aprofundado de forma sistemática, logo não encontraremos uma definição fechada de classes sociais, assim como também não encontraremos sobre práxis política. Deste modo, as reflexões aqui apresentadas são realizadas a partir das análises de estudos feitos principalmente por Marx e Engels, pelas quais buscamos apresentar essas categorias, através de vários elementos.

As classes sofrem mudanças de acordo com o momento histórico e com o modo de produção, isso porque as classes e suas relações sociais são determinadas pelo modo de produção e pelo período histórico. Sendo assim, em Marx, o ponto de partida de uma análise de classe seria o exame do processo produtivo, principalmente no que diz respeito à divisão social do trabalho, levando em consideração os trabalhadores manuais, não manuais, de produção, de circulação de comercialização, e também, as relações de propriedade que são os meios de produção, da força de trabalho. Dessa maneira, as classes se definem de acordo com o papel desenvolvido no processo produtivo. Acreditamos ser necessário apresentar a

estrutura do sistema capitalista, para uma melhor compreensão das categorias centrais que pretendemos estudar.

É importante começar destacando que a sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. Marx (2010) irá dizer que o produtor direto só se tornou um livre vendedor da sua força de trabalho depois que deixou de ser servo e estar vinculado à gleba. Sendo assim, os produtores transformados em trabalhadores assalariados, por um lado, parecem ter recebido a libertação de serem servos, mas, por outro, eles só conseguem vender sua força de trabalho depois que todos os meios de produção e as garantias de sua existência, que eram oferecidas pelo feudalismo, serem expropriadas pelos burgueses. A alavanca para a acumulação primitiva capitalista foi a arrancada violenta de grandes massas humanas dos meios de subsistência, sendo lançados ao mercado de trabalho como trabalhadores livres. E é a expropriação da base fundiária do produtor rural e do camponês que forma a base desse processo.

Aqui está, portanto, a diferença essencial entre todas as sociedades pré-capitalistas e as capitalistas. Não tem nada a ver com o fato de a produção ser urbana ou rural e tem tudo a ver com as relações de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na agricultura ou na indústria. Somente no capitalismo, a forma dominante de apropriação do excedente está baseada na expropriação dos produtores diretos, cujo trabalho excedente é apropriado exclusivamente por meios puramente econômicos. Devido ao fato de que os produtores diretos numa sociedade capitalista plenamente desenvolvida se encontram na situação de expropriados, e devido também ao fato de que o único modo de terem acesso aos meios de produção, para atenderem aos requisitos da sua própria reprodução, e até mesmo para proverem os meios do seu próprio trabalho, é a venda da sua força de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem se apropriar da mais-valia produzida pelos trabalhadores sem necessidade de recorrer à coerção direta.(WOOD, 2000, p.6).

No século XV a servidão já havia desaparecido e a grande maioria da população era formada de camponeses livres. Os trabalhadores assalariados na agricultura eram camponeses que, quando não estavam trabalhando para a sua própria subsistência, trabalhavam para os grandes proprietários. Em toda a Europa, a produção feudal era caracterizada pela partilha do solo e pelo maior número de súditos, e era nesse número que o poder do senhor era baseado.

No final do século XV e início do XVI, uma massa de trabalhadores livres foi lançada no mercado de trabalho devido à dissolução dos séquitos feudais. Mas este não foi o único motivo, deve-se também ao fato que o senhor feudal expulsou um grande número de camponeses da base fundiária, sobre a qual possuíam o mesmo título jurídico feudal que ele, e à usurpação de sua terra comunal. O primeiro impulso foi na Inglaterra, devido ao

florescimento da manufatura flamenga e de lã e a nobreza feudal conviveu com grandes guerras feudais. A Nova Era inicia-se com a Revolução Gloriosa.

Para Marx (2010, p. 58),

a Glorious Revolution (Revolução Gloriosa) trouxe, com Guilherme III de Orange, extratores de mais-valia fundiários e capitalistas ao poder. Inauguraram a nova era praticando o roubo do domínio do Estado, até então realizado em proporções apenas modesta, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexada a propriedades privadas. Tudo isso ocorreu sem nenhuma observância da etiqueta legal. [...] Além disso a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabava de sair da casca do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas. A burguesia inglesa agiu assim, em defesa de seus interesses, tão acertadamente quanto os burgueses suecos que, ao contrário, junto com o seu baluarte econômico, o campesinato, apoiaram os reis na recuperação violenta das terras da Coroa em mãos da oligarquia (desde 1604, mais tarde sob Carlos X e Carlos XI).

Marx (2010) afirma que o progresso do século XVIII consistia no fato da própria lei se tornar veículo de roubo das terras do povo. A lei referida era a de cercamento da terra comunal (*Enclosure*). Ela consistia no direito dos senhores fundiários expropriarem a terra do povo e torná-la propriedade privada, o que contribuía para liberar os trabalhadores rurais para serem proletariado nas indústrias.

“Enclosure” continuou sendo uma fonte de conflito na Inglaterra da Época Moderna, fosse feita para a criação de carneiros, fosse para a crescente e lucrativa agricultura de arado. Revoltas por causa dos cercamentos marcaram os séculos XVI e XVII, e os cercamentos apareceram como a maior reclamação durante a Guerra Civil Inglesa. Nas fases iniciais essa prática foi às vezes obstaculizada pelo Estado monárquico, quando mais não fosse por ser uma ameaça à ordem pública. Mas uma vez que as classes agrárias conseguiram moldar o Estado aos seus interesses – sucesso praticamente garantido depois da chamada Revolução Gloriosa de 1688 – não houve mais interferência estatal, e um novo tipo de cercamento apareceu no século XVIII, os chamados cercamentos do Parlamento. Nada testemunha com maior clareza o triunfo do capitalismo agrário. (WOOD, 2000, p.16).

Wood (2000) diz que, na sociedade capitalista, tudo é uma mercadoria produzida para o mercado. Para ela, “o surgimento do mercado como um determinante da reprodução social pressupôs a sua penetração na produção do ingrediente básico mais necessário, o alimento.” (WOOD, 2000, p.6).

Esse processo foi fundamental para o desenvolvimento do sistema capitalista, os trabalhadores expulsos do campo, devido os cercamentos, foram trabalhar nas indústrias nascentes e, segundo Kautsky (1968), o camponês que ficou no campo caíra, agora, sob a dependência do mercado. Sendo assim, quanto mais o lavrador tinha dependência do

mercado, mais teria necessidade do dinheiro, precisando produzir ainda mais para vender. Porém, para isso tinha necessidade da terra, contudo ele não podia aumentar a extensão de sua terra para atender às suas necessidades e as de sua família. Todavia, quando a família era numerosa, a saída encontrada para atender às suas necessidades era diminuí-la, mandando seus membros para o trabalho nas granjas ou nas indústrias e, assim, se tornavam proletários.

Os capitalistas, ao comprar a força de trabalho, fazem com que os trabalhadores produzam o que é chamado de trabalho excedente, que é um trabalho não pago pelos capitalistas. É dessa exploração que é retirada a mais-valia e ela se torna fundamental, logo, não existe capitalismo sem a exploração do trabalho. A lei geral desta acumulação implica a acumulação de riqueza de um lado e, ao mesmo tempo, a extrema pobreza de outro.

A lei da produção capitalista, que serve de base à pretensa lei natural da população, reduz-se simplesmente ao seguinte: a relação entre capital, acumulação e salários é apenas a relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar. Não é de modo nenhum uma relação entre duas grandezas independentes entre si, de um lado a magnitude do capital, do outro o número dos trabalhadores; em última análise, é apenas a relação entre trabalho não pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora (MARX, 1996, p. 721).

A partir dessa análise, Marx e Engels (2009) definem três classes fundamentais no capitalismo: a burguesia, que detém os meios de produção; o proletariado e os latifundiários donos da renda da terra. Marx considerou que esses tipos de propriedade caracterizam as três grandes classes da era moderna, fundadas no regime capitalista de produção. No entanto, conforme a terra transforma-se em meio de produção, apropriada pelo capitalista, essas duas classes, proprietários de terras e de capital, tendem a fundir-se numa só. A relação existente entre elas é de domínio, onde o trabalho deixa de atender às necessidades básicas do ser social, para atender a um único objetivo, a acumulação de capital.

Partindo da definição de Marx e Engels, por burguesia, entende-se a classe que detém os meios de produção que empregam o trabalho assalariado, ou seja, a classe dos capitalistas modernos. Proletariado são aqueles privados do meio de produção e obrigados a vender a sua força de trabalho, os trabalhadores assalariados. Por isso, há uma tendência a essa polarização em duas classes e, para Marx, as diversas classes tendem a se aglutinar em torno dessas duas fundamentais. Marx e Engels afirmam isso no “Manifesto do Partido Comunista”, no entanto, em outros escritos como “Dezoito Brumário” e “Luta de Classes na França”, são mantidas essas duas classes fundamentais, no entanto, Marx aponta frações de outras classes.

Sendo assim, a burguesia deve ser compreendida de forma mais ampla, fazendo parte dessa classe os proprietários de terras, proprietários dos meios de produção, dos meios de consumo (capital comercial, com a renda do lucro) e as instituições de intermediação financeira, cuja renda é composta pelos juros. E, no outro polo, compreende-se como proletários ou trabalhadores todos os assalariados modernos, que são obrigados a vender sua força de trabalho.

Como se sabe, a burguesia não tomou o poder e se tornou classe dominante do dia para a noite, foram várias etapas de desenvolvimento do modo de produção e circulação, que também foram acompanhadas pelo processo político, onde a burguesia conquistou o poder do Estado, como explica Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista:

Cada uma dessas etapas do desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. Segmento social oprimido sob a dominação dos senhores feudais; organizado na associação armada autogerida na comuna; aqui república urbana independente, ali terceiro estado sujeito aos impostos na monarquia; ou, mais tarde, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta; no geral, principal fundamento da grande monarquia – como o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo. (MARX e ENGELS, 2008, p.11-12)

Ao falar sobre emancipação política e emancipação humana no texto “Sobre a Questão Judaica”, Marx diz que a revolução burguesa proporcionou também uma revolução política, pois destruiu as antigas relações políticas existentes no feudalismo. Dessa forma, a emancipação política se deu na revolução burguesa.

Desse modo, a revolução política *superou o caráter político da sociedade burguesa*. Ela decompôs a sociedade burguesa em seus componentes mais simples, ou seja, nos *indivíduos*, por um lado, e, por outro, nos elementos *materiais e espirituais* que compõem o teor vital, a situação burguesa desses indivíduos. Ela desencadeou o espírito político que estava como que fragmentado, decomposto, disperso nos diversos becos sem saída da sociedade feudal; ela o congregou a partir dessa dispersão, depurou-o da sua mistura com a vida burguesa e o constituiu como a esfera do sistema comunitário, da questão *universal* do povo com independência ideal em relação àqueles elementos *particulares* da vida burguesa. A atividade vital específica e a situação vital específica foram reduzidas a uma importância apenas individual. Elas não mais constituíam a relação universal do indivíduo com a totalidade do Estado. A questão pública como tal se tornou, antes, a questão universal de cada indivíduo e a função política se tornou uma função universal. (MARX, 2010, p.51-52).



Marx (2010, p. 38-39) também ressalta que essa emancipação política contém limites no que diz respeito à liberdade do homem, uma vez que o Estado se torna livre sem que o homem seja livre:

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um Estado livre [Freistaat, república] sem que o homem seja um homem livre.

Para ele, o Estado é um meio do homem se libertar de maneira parcial, pois é um desvio e o homem passa a se reconhecer apenas através desse desvio, que é o Estado. Logo o homem fica condicionado ao Estado:

Disso decorre que o homem se liberta de uma limitação, valendo-se do meio chamado Estado, ou seja, ele se liberta politicamente, colocando-se em contradição consigo mesmo, alteando-se acima dessa limitação de maneira abstrata e limitada, ou seja, de maneira parcial. Decorre, ademais, que o homem, ao se libertar politicamente, liberta-se através de um desvio, isto é, de um meio, ainda que se trate de um meio necessário. (MARX, 2010, p.39).

Isso demonstra que o ser social fica aprisionado nas relações capitalistas, já que, na emancipação política, não acontece a supressão da propriedade privada, pelo contrário, é a propriedade privada dos meios de produção que mantém essa sociedade e suas contradições, e é nela que o Estado se faz Estado.

No entanto, a anulação política da propriedade privada não só não leva à anulação da propriedade privada, mas até mesmo a pressupõe. O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral, atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral, e tornem efetiva a sua essência particular. Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele. (MARX, 2010, p.39-40).

Para Marx, toda emancipação reduz o mundo humano e as relações existentes ao próprio homem. Por um lado, a emancipação política reduziu o homem a membro da sociedade burguesa, ou seja, um indivíduo egoísta e isolado e, por outro, o reduz a cidadão, a pessoa moral. “Esse homem, o membro da sociedade burguesa, passa a ser a base, o

pressuposto do Estado político. Este o reconhece como tal nos direitos humanos.” (MARX,2010, p. 52).

Esse reconhecimento do ser social nos direitos tem como consequência uma confusão em que se passa a atribuir à práxis política, logo ao Estado que está no governo, a responsabilidade pelas mazelas sociais, pelo pauperismo, enfim, pela contradição entre as classes. Sendo que, como já foi dito, essa contradição entre as classes decorre do modo de produção, que tem uma determinada divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção.

Na medida em que a burguesia inglesa admite que o pauperismo é culpa da política, o *whig* encara o *tory* e o *tory* o *whig* como a causa do pauperismo. De acordo com o *whig*, as fontes principais do pauperismo são o monopólio exercido pelo latifúndio e a legislação que proíbe a importação de cereal. De acordo com o *tory*, o mal está todo concentrado no liberalismo, na concorrência, no sistema fabril levado ao extremo. Nenhum dos partidos vê a razão na política em si; ao contrário, cada um a vê somente na política do partido contrário; nenhum dos dois partidos sequer sonha com uma reforma da sociedade. (MARX,2010, p. 30. Grifos do autor).

O Estado, na sociedade capitalista, é tido como um meio de organização dessa sociedade e, se algo está errado, é justificado pela má administração do Estado. Por isso, é comum aos partidos políticos atacarem o seu adversário como o culpado. Assim, cria-se a ideia de que o mal não está no Estado, mas em um determinado tipo de Estado, que deve ser substituído por outro.

Ao responsabilizar o Estado pela existência de problemas, ou nas palavras de Marx, de anomalias sociais, se situa essas anomalias em campos onde o Estado não pode, não deve atuar, onde não cabe a sua responsabilização. Por exemplo, no âmbito das leis da natureza, que não tem como o Estado intervir, ou na vida privada, que não depende do Estado.

Marx irá dizer que os Estados sempre buscam as causas das falhas na administração e, por isso, nas medidas de administração, pois ela é a atividade organizadora do Estado. Ele está baseado na contradição entre a finalidade da boa vontade da administração, por um lado, e, do outro, em seus meios e capacidades. Por estar baseado nessa contradição não pode suprimi-la.

Em consequência, a administração deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor. Sim, frente às consequências decorrentes da natureza associal dessa vida burguesa, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa espoliação recíproca dos diversos círculos burgueses, frente a essas consequências a lei natural da administração é a impotência. (MARX, 2010, p. 39)

Marx ainda ressalta que, quanto mais político for o Estado de um país, menos este Estado estará inclinado a buscar as razões das anomalias sociais no seu próprio princípio e, por isso, menos irá compreender o seu princípio universal. “O entendimento *político* é entendimento político justamente porque pensa dentro dos limites da política. Quanto mais aguçado, quanto mais ativo ele for, tanto menos capaz será de compreender mazelas sociais” (MARX, 2010, p. 41).

Sendo assim, segundo Marx, cabe à classe trabalhadora não apenas compreender as mazelas sociais, mas também erradicá-las da sociedade e conquistar a emancipação humana. E isto só se dará com a supressão da propriedade privada. Mas, é preciso que os trabalhadores se organizem em classe e lutem para alcançarem seus objetivos. “Toda luta de classes, é contudo, uma luta política” (MARX, 2008, p. 24).

A revolução como tal - a derrubada do poder constituído e a dissolução das relações antigas - é um ato político. No entanto, sem revolução o socialismo não poderá se concretizar. Ele necessita desse ato político, já que necessita recorrer à destruição e à dissolução. Porém, quando tem início a sua atividade organizadora, quando se manifesta o seu próprio fim, quando se manifesta a sua alma, o socialismo se desfaz do seu invólucro político. (MARX, 2010, p. 52).

Em outras palavras, Marx está dizendo que é necessário que a classe trabalhadora se organize para uma luta política, organização esta que se dará no partido político e por ações políticas, porém, com a dissolução das antigas relações sociais, o socialismo (e não mais a classe trabalhadora pois, já não existirá classe) irá se desfazer dessa embalagem política, necessária para se fazer a revolução.

A seguir apresentaremos as duas formas clássicas de organização da classe trabalhadora com o objetivo de entender como ela se apropria da práxis política para alcançar os seus objetivos.

### **1.3 Organização clássica da classe trabalhadora: Partidos e Sindicatos.**

Visando o melhor entendimento do nosso objeto de estudo, entendemos que se deve, neste momento, discorrer, mesmo brevemente, sobre a organização e a luta da classe trabalhadora.

OLIVEIRA (2010) nos diz que, ainda no início do processo de industrialização, já era evidente o processo de acumulação através da exploração do trabalho. Essa exploração fica ainda mais evidente com a urbanização, quando os trabalhadores passam a reconhecer que as demandas por melhorias são coletivas, ficando os antagonismos entre as classes fundamentais mais explícitos. Frente a isso, para responder à crescente exploração do trabalho e às péssimas condições de vida, a classe trabalhadora vem se organizando, sobretudo nos países mais desenvolvidos, através de partidos, sindicatos e movimentos sociais, na tentativa de melhorar suas condições de vida e de trabalho, como também se organizam diante de várias lutas políticas e econômicas, que vão desde a garantia de direito até a luta por um novo modo de sociabilidade.

A intensificação das forças produtivas implicou na expulsão de grandes contingentes de trabalhadores, lançados ao desemprego, provocando ações violentas da classe trabalhadora para destruírem as máquinas, como no movimento do Ludismo, identificando a tecnologia e as máquinas como os inimigos. Outros movimentos aconteceram e, com a conquista da livre associação, surgiram as *trade-unions* que passaram a negociar o tempo de trabalho e os salários, além pressionarem através das greves. Há de ser destacado também o movimento *cartista*, que além da reivindicação econômica, reivindicava o direito ao voto e a uma carta constitucional que garantisse direitos trabalhistas.

A emergência desses movimentos tinha como pleito imediato a diminuição da jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, entre outras solicitações. Somente em meados do século XIX, os trabalhadores começaram a se aproximar dos ideais revolucionários de Marx e Engels, resultando numa perspectiva que superava a visão imediatista. Essa aproximação teve como resultado os movimentos de 1848, que também ficou conhecida como a *Primavera dos Povos*<sup>4</sup>.

Contudo, as medidas repressivas do Estado tentaram conter as lutas populares e impedir a organização dos trabalhadores, criando leis que proibiam a associação sindical e partidária e o direito de greve. Tais leis, entretanto, não lograram o êxito desejado, pois os trabalhadores continuaram se mobilizando, utilizando como instrumento as contínuas greves. Estas, por sua vez, impediam o processo produtivo nas fábricas, obrigando o Estado a adotar medidas para regulamentar o trabalho, criando leis trabalhistas e algumas políticas sociais, minimizando os conflitos e garantindo o processo produtivo. É neste contexto que a Europa

---

<sup>4</sup> Conjunto de manifestações do operariado que teve início na França e se estendeu pela Europa no ano de 1848.

começa, já no início do século XX, a implementar o seguro desemprego, a previdência social, a lei de férias, a jornada de trabalho de 40 horas semanais e outras medidas.

Cabe dizer que o espectro interpretativo marxista, visão com o qual trabalhamos, ressalta a conexão de todos os fenômenos coletivos modernos com a lógica interna da sociedade capitalista. Há que se dizer que a questão social – o conjunto de desigualdades e dilemas que nasce da contradição entre a apropriação privada da riqueza social e a socialização da produção – se conformou enquanto tal pelas lutas da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2009). Foi a vivência da condição proletária, aliada à socialização política da classe trabalhadora, realizada por suas organizações, quer sejam os sindicatos e partidos, e pelo espectro teórico-ideológico progressista, como o marxismo, o anarquismo, etc., no século XIX, que tornou possível a constituição da questão social como um problema público, passível de disputa política. O que se quer enfatizar é a relevância da dimensão política da questão social, na medida em que sua própria formação depende dos conflitos entre os atores sociais que a protagonizam.

Netto (2009) irá dizer que a questão social foi a designação dada para o pauperismo absoluto sofrido pela classe trabalhadora no final do século XVIII, resultado da instauração do capitalismo ainda no seu estágio industrial-concorrencial, quando, pela primeira vez, a pobreza crescia na mesma proporção em que a capacidade social de produzir riquezas aumentava.

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente teria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a situação: da primeira década até metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real de uma inversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”. (NETTO, 2009, p. 154).

Assim, a contradição elementar entre socialização da produção e apropriação privada da riqueza coletiva só se torna, de fato, uma questão, isto é, um campo de embate, no momento em que aqueles que sofrem seus efeitos a problematizam, colocando-se como sujeitos coletivos conscientes, que exigem direitos, reconhecimento e que prospectam um novo ordenamento societário. Nessa ótica, a questão social se conforma como uma problemática eminentemente histórica, cujas particularidades dependem das características do

cenário social, da natureza das interações e da correlação de forças entre as classes e grupos em cada etapa do capitalismo.

Com o avanço do capitalismo e o aprofundamento das expressões da questão social, formadas por esse sistema, a classe trabalhadora também avançou na sua formação e organização e, neste contexto, apresentam-se como duas organizações clássicas o sindicato e o partido político.

Historicamente, os sindicatos nascem nessa conjuntura, quando os trabalhadores, competindo entre si no mercado e expostos aos desejos capitalistas de redução constante dos custos de produção, estavam no auge da primeira revolução industrial, completamente desprotegidos e fragilizados. Foram, por isso, atingidos pela pobreza sem disporem de meios de defesa, pois os antigos laços de solidariedade feudal já haviam sido desfeitos e praticamente não existiam mais formas consistentes de apoio coletivo, fosse por meio de outras redes de solidariedade primárias, ou por meio do Estado (à exceção de soluções meramente coercitivas como as *workhouses*).

A única alternativa realmente eficaz foi a junção dos esforços do operariado para fazer frente aos interesses capitalistas, levando para a esfera pública a luta contra a dominação de classe.

Há que se lembrar, que tanto Marx como Engels identificam ao menos duas grandes limitações da atividade sindical: i) os sindicatos são instrumentos economicamente eficientes, que podem obstar a queda dos salários reais da classe operária, mas não podem elevá-los além do seu nível de mercado e ii) o poder defensivo dos sindicatos tende a ser corroído pela concentração de capital e pelas crises econômicas.

Mesmo diante desses fatores, a importância dos sindicatos e organizações congêneres para a classe trabalhadora é enorme, dado que elas lidam com demandas inadiáveis do proletariado, como a alimentação, a redução da jornada de trabalho, a supressão do trabalho infantil, a luta contra os acidentes em fábricas, etc.

Assim, tais instituições se colocam, em primeiro lugar, como um mecanismo de defesa da própria vida do operariado. Os trabalhadores, conforme Engels (2008), têm a necessidade imperativa de se organizarem através de mecanismos fortes, com a agenda clara e lideranças vigorosas.

Ao contrário da burguesia, que possui muitos recursos, existe em um número restrito e é capaz de usar com muito mais facilidade a lei para garantir a consecução dos seus

interesses, o operariado só consegue se defender mediante uma ampla mobilização coletiva e sua força está no conjunto, na vastidão das massas que potencialmente pode coordenar.

Desse modo, a vida sindical é um indicativo da natureza revolucionária da classe trabalhadora, um passo para uma orientação política mais assertiva, em que tal classe pode, não apenas reconhecer o escopo dos seus interesses, mas também superá-los, apresentando-se como defensora dos interesses universais de toda sociedade. Entretanto não se deve confundir essas qualidades dos sindicatos com a sua essência.

Tais dispositivos são uma forma de associação que pertence ao mundo capitalista, isto é, eles operam sob os vetores e parâmetros da ordem burguesa. Sua finalidade não é transcender essa estrutura coletiva, mas atuar dentro dela para garantir melhores condições de vida à classe trabalhadora.

Em outras palavras, a natureza ou o caráter ontológico da organização sindical não é a revolução, mas a reforma social e a politicidade é o seu limite intrínseco, de maneira que mecanismos políticos desse tipo só são possíveis e necessários em uma sociedade onde impera o antagonismo de classe e os seus conflitos.

O paradoxo dessa condição é que, apesar dos sindicatos serem instituições típicas da sociedade do capital, eles são, ao mesmo tempo, um dispositivo que serve aos interesses das classes trabalhadoras, a única força social, de acordo com Marx e Engels, capaz de instaurar uma ordem coletiva sem a existência das classes, e, portanto, eles podem ser utilizados por essa mesma força para objetivos mais complexos e elevados, que se liguem à necessidade maior do proletariado de superação da sociedade de classe.

Nessa ótica, podemos dizer que a possibilidade que os sindicatos têm de ir além de suas funções estruturais está posta em ao menos duas determinações: primeiro, na capacidade dessas instituições alargarem suas agendas se unindo a outras lutas coletivas, sobretudo aquelas desencadeadas pelos partidos políticos revolucionários e organizações operárias internacionais, com vistas não apenas a tornar a vida do trabalhador mais justa e fácil, mas a superar a ordem do capital, fundamento último da exploração de classe nesse sistema social. Segundo, estabelecer condições para que a classe trabalhadora se politize, contribuindo para que ela transite da condição de classe em si, para a condição de classe para si.

Essa segunda determinação merece maiores esclarecimentos. Conforme Marx, é no processo de luta contra a opressão burguesa que a classe trabalhadora descobre e apreende seu caráter revolucionário.

Por esse prisma, os sindicatos podem favorecer o amadurecimento de tal processo, por serem instrumentos de socialização política, através do qual os trabalhadores enfrentam unidos os grupos dominantes, defendendo-se, não apenas individualmente, mas coletivamente.

Importa notar que, em diversos trechos de suas obras, Marx e Engels frisaram a necessidade de articulação dos sindicatos com as organizações partidárias e suprapartidárias do operariado.

Haveria, na percepção dos clássicos, uma nítida necessidade de confluência entre essas esferas, cabendo à organização partidária a tarefa de dirigir a classe trabalhadora e os seus aliados estratégicos no objetivo da transformação radical da sociedade.

Já em relação aos partidos, no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels descrevem como deveria ser a organização da classe trabalhadora no partido político e o processo da tomada do poder político. À primeira vista pode até parecer uma receita a ser seguida, no entanto, temos que lembrar que o movimento é dinâmico, e o Manifesto do Partido Comunista era uma cartilha explicativa, cuja intenção dos autores era demonstrar qual o caminho a se seguir, de forma que os operários pudessem compreender. O caminho descrito pelos autores seria aquele que, através da luta a classe trabalhadora se tornaria a classe dominante, ou seja, conquistando a democracia. Posteriormente, com o poder político, o proletariado vai, aos poucos, retirando a concentração dos meios de produção da burguesia e os concentrando no Estado, fazendo, assim, com que desapareça a contradição entre as classes. Diante disso, o poder público perderá seu caráter político, pois não haverá mais dominação.

O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para dominar outra. Se, em sua luta contra a burguesia, o proletariado necessariamente se constitui em classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e, como tal, suprime violentamente as velhas relações de produção, então, junto com elas, suprime os antagonismos de classe e as classes em geral e, com isso, abole sua própria dominação de classe. No lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos. (MARX e ENGELS, 2008, p.11-12).

Ao falar do objetivo do Partido Comunista, Marx assegura que este não se difere do objetivo dos demais partidos da classe trabalhadora, sendo ele “a constituição do proletariado em classe, a derrubada do domínio da burguesia, a conquista do poder político pelo proletariado” (MARX e ENGELS, 2008, p.11-31) e a teoria do partido comunista é a supressão da propriedade privada.



Nesse sentido, Lênin caracteriza o partido como uma organização revolucionária, pois vai além, por exemplo, da luta econômica da classe trabalhadora nos sindicatos. E, por isso, ele tem uma organização diferenciada das outras organizações dos trabalhadores.

A luta política da social-democracia é muito mais ampla e mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência), a organização de um partido social-democrata revolucionário deve inevitavelmente constituir um gênero diferente da organização dos operários para a luta econômica. A organização dos operários deve ser em primeiro lugar, o mais ampla possível; em terceiro lugar, deve ser o menos clandestina possível (aqui e mais adiante refiro-me, bem entendido apenas a Rússia autocrática). Ao contrário, a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobre tudo, homens cuja profissão seja a atividade revolucionária (por isso, falo de uma organização de revolucionários pensando nos revolucionários social-democratas). Diante dessa característica geral dos membros de tal organização, deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais, que vale, ainda mais, para a distinção das diversas profissões de uns e de outros. Necessariamente tal organização não deve ser muito extensa e é preciso que seja mais clandestina possível. (LENIN, 2010, p.181)

É importante ressaltar que Lênin fazia essa diferenciação do partido em relação aos outros movimentos da classe trabalhadora como, por exemplo, o sindicato, por considerar o partido a organização que poderia fazer a revolução, no entanto, o autor considerava a luta imediata desses outros movimentos de extrema importância, já que esses movimentos faziam também denúncias a partir de fatos marcantes e essas denúncias eram essenciais na concepção de Lênin para educar a atividade revolucionária das massas.

[...] A consciência política e a atividade revolucionária das massas não podem ser educadas se não com base nessas denúncias. Por isso, essa atividade constitui uma das mais importantes funções de toda a social-democracia internacional, porque mesmo a liberdade política não elimina de modo algum essas denúncias; apenas desloca um pouco a esfera a que são dirigidas. [...] a consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem, com base nos fatos e acontecimentos políticos concretos e atuais, a observar cada uma das classes sociais, em todas as manifestações da sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar na prática a análise materialista e a apreciação materialista de todos os aspectos da atividade da vida de todas as classes, camadas e grupos da população. (LENIN, 2010, p.134-135),

Rosa Luxemburgo, em seu livro “Reforma ou Revolução”, se posiciona de maneira clara e diz que o partido da classe trabalhadora deve ter como objetivo a revolução e não as reformas, Luxemburgo não acredita que as reformas levarão à emancipação humana pois, através delas, não acontecerá a supressão da propriedade privada e os meios de produção continuarão sob o domínio de uma única classe.

Não é o proletariado obrigado por lei alguma a submeter-se ao jugo do capital e sim pela miséria, pela falta de meios de produção. Mas, nos quadros da sociedade burguesa, não haverá no mundo lei que lhe possa proporcionar esses meios de produção, porque não foi a lei, e sim o desenvolvimento econômico que lhes arrancou. [...] Em suma, todas as relações fundamentais da dominação da classe capitalista não são possíveis de transformação pelas reformas legais na base da sociedade burguesa, porque não foram introduzidas por leis burguesas, e nem receberam a forma de tais leis. (LUXEMBURGO, 2010, p.102).

A autora, ao falar do poder político, afirma que este sempre foi o objetivo das classes ascendentes desde que existe sociedade de classes. Para ela, a conquista do poder político pelo partido político da classe trabalhadora é de extrema importância para que seja feita a revolução.

Gramsci, por sua vez, explicita o partido político como o instrumento pelo qual o trabalhador passa a ser o guia que levará consigo toda a massa popular em busca da liberdade.

O partido comunista é o instrumento e a forma histórica do processo de libertação interior por meio do qual o operário passa de executor a iniciador; de massa que é converte-se em chefe e guia; de braço converte-se em cérebro e vontade; na formação do partido comunista é possível localizar o germe da liberdade que terá o seu desenvolvimento e a sua expansão plena depois de o Estado operário ter organizado as condições materiais necessárias. O escravo ou artesão do mundo clássico “conhecia-se a si mesmo”, realizava a sua libertação fazendo parte de uma comunidade cristã, onde concretamente sentia que era igual, que era irmão, visto que era filho do mesmo pai; o mesmo realiza o operário fazendo parte do Partido Comunista, onde colabora a “descobrir e a inventar” modos de vida originais, pensa, prevê, tem uma responsabilidade, onde sente que constitui uma vanguarda que corre adiante arrastando consigo toda a massa popular. (GRAMSCI, 2010, p.52-53).

Para ele, os partidos políticos são o reflexo das classes sociais e se renovam de acordo com a contradição e a luta de classes. Essa organização, que é o partido comunista, é uma forma particular da revolução proletária, e “o Partido Comunista, ainda como uma mera organização, revelou-se como a forma particular da revolução proletária” (GRAMSCI, 2010, p.53).

No decorrer desse capítulo, tivemos a oportunidade de analisar elementos que contribuirão para a análise da práxis política do MAB. Primeiro, situamos a política no debate marxista, abordando um pouco sobre o que esta é e como surge. Posteriormente, verificamos a abordagem da práxis política feita por autores clássicos e observamos como esta vem sendo apropriada pela classe dominante desde antes do sistema capitalista. Finalizamos este capítulo com o debate marxista da política no capitalismo e a apropriação que a classe dominante faz dela através do Estado e como a classe trabalhadora se organiza, utilizando-se da práxis política como um instrumento fundamental para a construção de uma nova ordem societária.

## **2. FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E O MODELO ENERGÉTICO NACIONAL**

Levando em consideração que o nosso sujeito pesquisado nesse estudo é o MAB, um movimento social originário do campo, que descende do processo de desenvolvimento hidrelétrico brasileiro, trataremos agora do problema da modernização capitalista nacional e suas conexões com a questão agrária e com a construção das estruturas energéticas no país.

### **2.1 Formação sócio-histórica brasileira: a questão agrária e a dependência em foco.**

O Brasil, desde sua fundação como colônia, convive com uma enorme concentração de terras, controladas pelas elites nacionais. Das sesmarias, passando pelo período imperial, pela proclamação da república, até a contemporaneidade, persiste uma realidade – o latifúndio, que torna o campo um ambiente dominado por poucos e cuja utilização está voltada para a produção agrícola massiva de mercadorias destinados à exportação.

Não se trata unicamente de uma concentração de terras desocupadas e vazias, ou mesmo apenas semi-ocupadas. É a concentração em poucas mãos, de terras habitadas onde se multiplicam muitas vezes as mãos ativas que as lavram; onde se localiza e comprime a totalidade da população rural brasileira. É em suma uma concentração de terras e propriedades que significa também concentração de domínio sobre recursos econômicos que constituem a única fonte de subsistência daquela população. (PRADO JR, 1979, p.34).

A determinações que condicionam o campo no país, via de regra, sempre o demarcaram como o lugar do atraso, isto é, como uma esfera onde incidem, com mais amplitude, as características do tradicionalismo e da dependência brasileira. O campo, como veremos à frente, é o lócus das relações patrimonialistas, o âmbito onde foi gestada a mediação do favor, o ponto máximo da inserção subordinada da economia nacional nos círculos globais do capitalismo, bem como da debilidade da política brasileira (pense-se, por exemplo, nos coronéis).

Para entender, embora não exaustivamente, essa conformação particular das relações agrárias, assim como as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, resgataremos brevemente a formação sócio-histórica do Brasil.

### 2.1.1 Período Colonial e Oligarquia

A distribuição injusta de terras no Brasil é uma questão histórica. Essa distribuição já começa de forma desigual com o regime sesmarial, no qual só podia ser sesmeiro o homem livre, puro de sangue e puro de fé. No entanto, nesse regime a terra era retirada do proprietário caso este não cumprisse com o dever de usá-la. Uma vez não cumprido tal dever, o rei retornava ao domínio da terra e a distribuía novamente para que lhe fizessem o uso apropriado.

Antes da colonização do Brasil havia aproximadamente cinco milhões de pessoas distribuídas em várias tribos e viviam basicamente sob o modo de produção comunista primitiva. Em 1500 os Europeus chegaram ao Brasil e impuseram um novo modo de produção, através do trabalho escravo e da plantation.

Os colonizadores tentaram escravizar o maior número possível de nativos, no entanto, uma grande parte se revoltou e lutou, porém foram massacrados. Como estratégia, os colonizadores mataram os homens adultos e deixavam as mulheres vivas para a reprodução.

Gorender (2011) irá dizer que, nesse período, o que existia no Brasil era o sistema de plantação da plantation, chamado também de plantagem. Esse sistema se baseava na produção de matérias primas estrangeiras, através da monocultura, visando à exportação para o mercado mundial. Outras características desse sistema era o trabalho desenvolvido em equipes sob um único comando, o cultivo agrícola e o beneficiamento, que aconteciam no mesmo estabelecimento, e conseqüentemente a divisão do trabalho.

Foi ela a forma de organização dominante no escravismo colonial. Dela o trabalho escravo irradiou a outros setores da produção e se difundiu na generalidade da vida social. As unidades produtoras não plantacionistas se modelaram conforme a plantagem e todas as formas econômicas, inclusive as não-escravistas, giraram em torno da economia de plantagem. Juntamente com a escravidão, a plantagem constitui categoria fundamental do modo de produção escravista colonial. (GORENDER, 2011, p.147).

Com esse sistema, começou a circular nas colônias o capital comercial, mas o monopólio da terra prevalecia.

O monopólio feudal e colonial é a forma particular, específica, por que assumiu no Brasil a propriedade do principal e mais importante dos meios de produção na agricultura, isto é, a propriedade de terra. O fato de ser terra o meio de produção fundamental na agricultura indica um estágio inferior da produção agrícola, peculiar as condições históricas pré-capitalistas. À medida que o capitalismo penetra na agricultura, vão-se desenvolvendo, e aumentando sua proporção no conjunto, os

demais meios de produção, isto é, os meios mecânicos de trabalho, as máquinas ou os instrumentos de produção, as construções, os elementos técnicos e científicos etc., de tal maneira que em uma agricultura plenamente capitalista, esses passam a ser (e não a terra) os principais meios de produção. Quanto a agricultura brasileira, é fato comprovado pelos dados estatísticos que continua a caber à terra aquele papel predominante no conjunto dos meios de produção. Por isso na situação objetiva de nossa agricultura, dominar a terra, açambarca-la, monopoliza-la significa ter, praticamente, o domínio absoluto dos meios de produção agrícolas. (GUIMARÃES, 2011, p. 50-51).

Devido principalmente ao monopólio da terra, há autores que discordam que o modo de produção no Brasil Colônia era subordinado pelo capitalismo. Para Guimarães (2011), o sistema que prevaleceu foi o feudalismo. Segundo o autor, em 1500 a fonte de produção de bens em Portugal era agrária, a ordem feudal era vigente no país, sua base interna era o monopólio territorial e, por isso, Portugal transplantou essa ordem na sua colônia Americana, e o fez mantendo o monopólio da terra. Para ele, foi no Brasil que os fidalgos sem fortuna vieram reviver os tempos áureos do feudalismo clássico.

Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar no, Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal. E não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir – a ordem de produção peninsular no século da Descoberta – continuava a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal. (GUIMARÃES, 2011, p. 39)

Já Frank (2011) faz uma comparação entre o modo de produção feudal e o capitalista com o modo de produção do período colonial no Brasil, a fim de desfazer o mito do feudalismo no Brasil. Para isso, o autor analisa a organização da produção agrícola, a situação dos trabalhadores agrícolas e as mudanças através do tempo. Nessa comparação são identificados alguns elementos do feudalismo como o latifúndio e tantos outros elementos que caracterizam um modo de produção capitalista. Frank diz que é devido à identificação desses elementos e a uma confusão feita entre elementos e sistema, que alguns defendem a existência do feudalismo no Brasil colonial. Para ele, isso poderia ser evitado se os termos “feudal” e “capitalista” fossem utilizados apenas para se referir ao que é central, ou seja, o sistema socioeconômico e sua estrutura, e não os aplicando a elementos supostamente associados.

Sobre o Brasil Colonial ter tido como modo de produção o sistema feudal Frank (2011, p. 56-58) afirma que,

quaisquer que sejam os tipos de relações pessoais existentes em um sistema feudal, o determinante, para nosso propósito, é que se trata de um sistema fechado, ou fragilmente articulado com o mundo exterior. Um sistema feudal fechado não seria

compatível com a suposição – embora não seja necessariamente decorrente dela – de que o Brasil e outros países tenham uma “sociedade dualista”. Mas essa condição fechada – assim como a dualidade – é totalmente incompatível com a realidade passada e presente do Brasil. Nenhuma região do Brasil, seguramente nenhuma região populosa, forma um sistema fechado, ou sequer historicamente isolado. Portanto nada desse sistema, em seus aspectos mais essenciais pode ser feudal. O Brasil, em seu conjunto, por mais feudais que suas características possam parecer, deve sua formação e sua natureza atual à expansão e ao desenvolvimento de um único sistema mercantil-capitalista que alcança (hoje com exceção dos países socialistas) o mundo inteiro, inclusive o próprio Brasil. O essencial do feudalismo não ocorreu nunca neste país [...].

O autor ainda ressalta que tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento são produtos do sistema capitalista e é um erro atribuir o subdesenvolvimento ao feudalismo.

O Estado por sua vez teve fortes influências no que diz respeito, principalmente, aos direitos civis, como aponta Carvalho (2002, p.45 *apud* COUTO, 2008, p.77):

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes.

E, no que diz respeito à organização em movimentos e luta por direitos, Couto (2008) aponta que os movimentos revolucionários deste período questionavam o poder absoluto da Coroa Portuguesa, como a Inconfidência Mineira, em 1789, a Conjura do Rio de Janeiro, em 1794, a Conjura Baiana, em 1797, a Conspiração do Suassuna, em 1801, a Revolução Pernambucana, em 1817. Uma das maiores dificuldades desses movimentos foi a localização geográfica, o que dificultava a difusão de suas ideias e isso facilitou a repressão a esses movimentos.

Outra característica dos movimentos revolucionários da época diz respeito à sua composição. A maior parte de seus participantes era formada por uma minoria de sujeitos letrados, pelos grandes proprietários e pelos representantes da Igreja. Portanto, não faziam parte desse movimento os negros escravos, os mestiços e os brancos pobres:

No período da Colônia e do Império, os movimentos sociais no país restringiam-se em discutir a dependência econômica da Coroa e os pesados tributos que o fisco impunha. A elite brasileira queria emancipar-se da tutela portuguesa, conservar sua liberdade de comércio, livrar-se do fisco, mas também queria manter o trabalho escravo. Esse período foi marcado pelos princípios liberais, cerceado e adstrito à relação comercial, onde a questão dos direitos civis e da liberdade não tinha relevância. (COUTO, 2008 p.80).

Em 1822, os movimentos sociais que tinham influência junto a Dom Pedro I criaram as condições para que acontecesse a Independência do Brasil. Neste momento, sendo o Brasil um país independente, se fazia necessário uma Constituição. Surge, pois, a Constituição de 1824:

O resultado desse movimento foi a Constituição de 1824, que, contraditoriamente, apontava a liberdade individual, o direito de propriedade, o preceito de educação primária gratuita, estabelecia a igualdade de todos perante a lei e afirmava a liberdade de pensamento e expressão, dentre outras garantias, mostrando assim a sua afinidade conceitual com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. (COUTO, 2008, p.84).

Como citado anteriormente, a Constituição de 1824 teve forte influência da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789<sup>5</sup>. No entanto, desde esse período, podemos dizer que o Brasil Legal é diferente do Brasil Real. Isso porque as garantias da Constituição eram usufruídas por uma pequena parcela da população, a parcela que participava da vida política. E, contraditoriamente, o trabalho escravo foi mantido mesmo com a Constituição.

O artigo 179 que garantia as liberdades individuais inspirava-se diretamente da Declaração dos Direitos do Homem, feita pelos revolucionários franceses em agosto de 1789. Havia parágrafos que eram mera transcrição. Omitiram-se entretanto a afirmação constante na Declaração dos Direitos do Homem da soberania da nação [...], a definição da lei como expressão da vontade geral e a declaração do direito dos povos a resistirem à opressão. As omissões se explicam tendo em vista a intenção de organizar um Estado Monárquico Constitucional, de representação limitada pelo critério, eleição indireta, e pela intenção de manter escravizado mais de 1/3 da população. (COSTA, 2001, p. 123 *apud* COUTO, 2008, p. 84-85).

Em 1850, já com o apontamento para o fim da escravatura, o plantation começa a entrar em crise e ser substituído pelo trabalho assalariado. E, para garantir que as terras continuassem sob o poder dos grandes fazendeiros, foi promulgada a Lei nº 601 de 1850, na qual a nova Lei de Terras se baseava no direito de propriedade, ou seja, a terra só poderia ser ocupada através da compra. A terra passa a ser uma mercadoria e o seu proprietário faz dela o que melhor lhe favorecer, não tendo o compromisso de seu uso social. Um dos objetivos da Lei de Terras era impedir que futuramente os negros tivessem acesso à terra e caso alguém tomasse posse das terras sem ser por compra seria despejado, preso e teria que pagar uma multa. Nos artigos 1º e 2º reza o seguinte:

---

<sup>5</sup> “Na história da Revolução Francesa, primeira fase, assembleia nacional, é aprovada em 4 de Agosto de 1789 a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Tal diploma garante as liberdades fundamentais e proclama soberania da nação, o primado da lei e a divisão dos poderes do Estado.” (CICCO; GONZAGA, 2009, p. 160-161).

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derrubarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias e, demais, sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de cem mil réis, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém não terá lugar nos atos possessórios entre heréus e confinantes. (LEI DE TERRAS, 1850).

A Lei de Terras também tinha como objetivo a apropriação pelo Estado de forma privada de parte do trabalho camponês, através da venda da terra devoluta.

Com a referida Lei e o fim da escravatura, em 1888, houve a necessidade de novos trabalhadores rurais e foi então que vieram os imigrantes para o Brasil. Os escravos recém libertos, como não poderiam ocupar as terras, que agora era uma mercadoria e tinha que ser comprada, migraram para as cidades portuárias em busca de trabalho e ocuparam os morros e locais de difícil acesso, os únicos espaços pelos quais o capital não demonstrou interesse e assim nasceram as favelas.

A maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil era formada por casais jovens, com poucos filhos e prontos para substituir os escravos no trabalho agrícola. Eles já começaram seus trabalhos completamente integrados à terra. No entanto, tiveram que trabalhar muito para quitarem as dívidas com o governo, feitas pela compra de suas terras.

A produção dos imigrantes colonos voltava-se para suprir às necessidades da família, onde a divisão de tarefas era sexual e etária. A produção familiar tinha um caráter de policultura em que se plantava grãos, legumes, verduras, frutas, trigo, etc., e havia também a criação de pequenos animais como galinhas, porcos e bovinos. A produção excedente familiar era comercializada e o dinheiro destinado ao pagamento da dívida colonial e aos impostos.

Esta relação social, baseada na exploração da força de trabalho, gera várias demandas sociais, fazendo emergir a necessidade dos direitos sociais, lembrando que as ideias dos direitos foram importadas da Europa junto com imigrantes europeus que vieram aqui trabalhar. E a resposta dessas demandas foi dada pela elite brasileira através de concessões feitas na lógica do favor, ou seja,

importadas, essas ideias não encontrariam [...] uma estrutura sócio-econômica correspondente. Seu sentido seria limitado: enquanto na Europa serviam a uma burguesia vigorosa, ligada ao desenvolvimento das manufaturas e das indústrias, em luta contra uma aristocracia em crise, no Brasil elas iriam ser defendidas pela 'aristocracia rural' e por uma débil e pouco expressiva 'burguesia' que dependia



quase totalmente do Estado ou das categorias rurais. (COSTA, 2001, p. 123 *apud* COUTO, 2008, p. 88).

As relações de dependência, mandonismo e coronelismo se intensificaram nesse período e até hoje essas características resistem na história brasileira. Para Couto (2008, p. 92), são essas relações que construíram um entrave à concretização dos direitos.

No campo dos direitos, embora alguns já estivessem escritos na Constituição, a relação entre o povo, a elite e os governos fluía através da ótica persistente da dádiva do compadrio. Desse modo, a noção de direito foi substituída pela concessão, que tem como compromisso fundante a manutenção do *status quo*. E essa característica atravessa os vários movimentos e regimes políticos da sociedade brasileira, construindo uma relação de dependência entre quem detém o poder, a terra, os meios de produção e o capital *versus* aqueles que vivem e sobrevivem à margem da riqueza socialmente produzida e que têm incorporado a ‘concessão social’ como demarcadora de sua vida e o ‘direito social’ como categoria intangível pela ótica da cidadania.

Prado Jr.(1979) analisa a questão agrária no período da colonização e diz que os objetivos da colonização já se encontravam na essência da estrutura agrária brasileira, tendo como principal elemento a grande propriedade fundiária, necessária para concretizar o objetivo da colonização, o da exportação de produtos primários para a Europa.

No final da colonização, o Brasil continuou com a população de cinco milhões de pessoas, no entanto, dividido de maneira diferente, quando um milhão era o número de nativos, 500 mil nativos foram integrados ao sistema, um milhão e meio eram trabalhadores escravizados vindos da África e dois milhões de brancos e mestiços. Desta maneira, começou a formação do campesinato brasileiro, composta pelas vias nativa, cabocla, escravista, quilombola e colonial.

Fernandes (1995) afirma que no Brasil Colônia, durante a transição neocolonial, existia uma relação de dependência indispensável para a absorção da economia moderna. Os interesses do país eram vinculados aos interesses dos Estados investidores, de comerciantes e de empreendimentos de escala estrangeira. Esses interesses eram os mesmos dos latifundiários, que existiam no país nesta época, bem como dos exploradores de pedras preciosas. Estas pessoas, agora, eram submetidas ao espírito capitalista, mesmo que este ainda estivesse em consolidação. Como consequência, essa situação provocou mudanças econômicas, sociais e políticas.

Se tratando de oligarquia, Fernandes (1974) diz que foi nesse período que a mentalidade burguesa foi desenvolvida, principalmente o que diz respeito aos padrões de dominação. Neste período, se deu o que autor chama de Revolução Burguesa, com a

oligarquia reunindo os setores da classe dominante, selecionando, assim, a luta de classes e a repressão do proletariado. Desta forma, ele descreve a função da oligarquia como aquela que

protegia tanto as fontes da acumulação pré-capitalista, que continuaram a dinamizar o persistente esquema neocolonial de exportação-importação, que deu lastro ao crescimento interno do capitalismo competitivo, quanto o modelo de acumulação propriamente capitalista, nascido com a mercantilização do trabalho e as relações de produção capitalista, que possibilitaram a revolução urbano-comercial e a transição concomitante para o industrialismo, ainda sob a égide do capitalismo competitivo. (FERNANDES, 1974, p.210)

Segundo Ianni (1991), a cidade adquire hegemonia sobre o campo com a metamorfose da oligarquia, pois no período oligárquico, mesmo a cidade sendo o centro da sociedade, na qual se concentrava a atividade político-administrativa e financeira, ela se encontrava subjugada pelas exigências da economia primária exportadora. Com a sua metamorfose, é proposta uma nova estrutura do poder por meio de mudanças da economia e da cultura na cidade.

Estava em curso uma fase de aceleração da divisão social do trabalho nos vários segmentos da sociedade organizada em torno das atividades centradas na cidade. Em outros termos, estavam em curso desenvolvimentos das relações de produção capitalistas, desenvolvimentos estes que necessariamente modificam as feições e as estruturas da cidade. [...] As várias classes sociais adquiriram novas perspectivas culturais e políticas. [...] Nessas ocasiões mais do que em outras, põem-se em evidência tanto o caráter das relações de dependência como o monopólio do poder político. (IANNI, 1991, p.85).

O interesse da burguesia transformando-se em oligarquia é ter um Estado que favoreça a economia capitalista, através da proteção ao mercado interno, respectivamente, uma proteção à industrialização. O interesse da classe trabalhadora consiste em aumentar a sua participação no produto do trabalho, para, desta maneira, poder sair do nível de subsistência. Parte destes trabalhadores é composta por migrantes que vieram da zona rural e, por isso, “em vários casos, o crescimento das populações urbanas por migração foi bem maior do que o crescimento natural” (IANNI, 1991, p.86).

No final do séc. XIX e início do séc. XX, as organizações sindicais brasileiras sofreram influência de três correntes políticas. O anarcosindicalismo, que era hegemônico e recusava a existência de partidos políticos da classe operária, além de defender que a revolução para uma sociedade sem classes e sem Estado viria das lutas desenvolvidas dentro das fábricas, através do conflito direto com o patronato, como as greves, por exemplo. A segunda corrente era representada pelos reformistas, que defendiam a transformação gradativa da sociedade capitalista, por meio da conquista de direitos. E a última corrente formada pelos

sindicalistas amarelos, aqueles que defendiam a conciliação entre capital e trabalho e a dependência em relação ao Estado.

Mais tarde, sob influência da Revolução Russa, um grupo pertencente ao anarcosindicalismo fundou, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, que seguia as diretrizes da III Internacional, mesmo depois de ter sido tornado ilegal. Os comunistas defendiam que os sindicatos deviam fazer as lutas econômicas em articulação com o partido.

Em 1930, o controle desse movimento operário é consolidado com a criação do Ministério do Trabalho, incorporando os sindicatos no aparelho estatal e definindo-os através de políticas como colaboradores do Estado.

A regulamentação das relações entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social. Toda a legislação trabalhista criada na época embasava-se na ideia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre empregadores e empregados. Era bem-vinda na concepção dos empresários, toda iniciativa do Estado que controlasse a classe operária. Da mesma forma, era bem-vinda por parte dos empregados, pois contribuía para melhorar suas condições de trabalho. (CARONE, 1991 *apud* COUTO, 2008, p. 95).

### **2.1.2 Modernização conservadora: da Era Vargas a Collor**

Durante o Governo Vargas, as legislações criadas delineavam uma política de cunho regulatório e assistencialista. Tratava-se de um sistema de proteção social marcado pelo assistencialismo. Os beneficiados com esse sistema eram os trabalhadores urbanos, pois o trabalhador teria que estar vinculado ao mercado formal de trabalho para ter garantida sua inserção nas políticas sociais. No entanto, nesse período, os trabalhadores urbanos firmavam uma minoria, a maioria dos trabalhadores estava vinculada ao trabalho rural, portanto, a maioria se encontrava desprotegida, e esta é uma característica que favoreceu a vinda dos trabalhadores rurais para os espaços urbanos. (COUTO, 2008).

O governo passou a investir especialmente no campo previdenciário, com a expansão das Caixas de Aposentadoria e Pensão, as CAPs e, posteriormente, com a criação dos IAPs, Institutos de Aposentadoria e Pensão. Todo esse aparato legal destinado ao trabalhador foi referendado pela Constituição Federal de 1934. Essa Constituição vigorou até 1937 quando Vargas, em um Golpe de Estado, instaurou uma ditadura que perdurou até 1945. Para isso, Vargas decretou uma nova Constituição. Couto (2008) diz que, nessa ocasião, se manteve a

maioria dos direitos da Constituição de 1934, mas com a possibilidade de intervenção do Estado no exercício desses direitos, caso estes fossem considerados restritivos ao projeto do governo:

A Legitimação do Estado Novo foi sustentada pela criação de um projeto social de recorte autoritário, com sua ação voltada para a arena dos direitos sociais, entendidos como necessários ao processo de industrialização em curso no país. Buscava também a institucionalização da pressão da classe operária, transformando-a de categoria social marginalizada, cuja súbita intervenção política autônoma podia tornar-se perigosa, em um setor controlável, no jogo das forças sociais. (COUTO, 2008, p. 100).

Com tudo, muitos resistiram a essa estrutura corporativa e burocrática e mantiveram os sindicatos chamados livres. Como expressão de mobilização, foi criada, em 1934, a Frente Única Sindical com direção comunista e a Aliança Nacional Libertadora, que lutava de modo geral contra o fascismo, o fim do pagamento da dívida externa, reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras. No entanto, o Estado varguista fez um violento ataque à ANL, quando lideranças sindicais foram presas, torturadas e mortas. Foi instituído, nesse contexto, o Estado Novo, quando as repressões se intensificaram e os sindicatos passaram a ser o espaço de pelegos e de assistencialismo. Com o fim do Estado Novo, os trabalhadores deram sequência à luta por aumentos salariais e liberdade de organização sindical, foi conquistada a legalização do PCB e em 1945 foi criado o Movimento Unificado dos Trabalhadores. A classe trabalhadora se encontrava mais uma vez organizada.

Segundo Martins (2002), neste período, a industrialização e a diversificação da economia brasileira eram o foco, ou seja, em nenhum momento a preocupação era com o trabalhador, mas sim com a garantia de se estabelecer o capitalismo.

Ainda durante o governo Vargas, percebe-se uma ligação da industrialização e da questão agrária. Isso porque houve uma absorção da mão-de-obra excedente gerada pela crise agrícola. Este movimento só foi possível devido à política de compra e queima dos cafés. Mas o governo Vargas, na verdade, estava interessado em salvar o café com a política de preservação do fluxo de renda, juntamente com o funcionamento do conjunto da economia. Sem os talentos empresariais e de competências empreendedoras isso seria impossível (Martins, 2002).

Essas mudanças geradas pelo processo de modernização não alteram simplesmente o momento da produção, mas alteram também a estrutura da sociedade. Sevcenko (2001) irá dizer que essas mudanças ocorrem à medida em que surgem os grandes complexos industriais, que irão contar com uma escala de milhares de trabalhadores. Há uma

modificação no quadro político, uma vez que, com um grande número de trabalhadores concentrados no mesmo espaço, começará a surgir os primeiros movimentos e partidos operários, como já foi dito anteriormente. Partidos esses que representariam o interesse de todos aqueles que dependiam da venda de sua força de trabalho, ou seja, os assalariados.

A transformação acontecerá, também, diretamente nas pessoas e nas suas condições de vida. A mecanização das atividades agrícolas, juntamente com a necessidade de mão-de-obra nos grandes complexos industriais, irá fomentar o êxodo da população rural para as cidades, o que dará origem às metrópoles. Toda essa modernização tem impacto direto no comportamento das pessoas, fazendo com que estas se adaptem às máquinas e não o contrário (SEVCENKO, 2001).

A nova civilização tecnológica deforma os corpos e o comportamento das pessoas, sujeitas a movimentos reflexos incontrolláveis e a impulsos neuróticos, como modo pelo qual suas relações sociais, seus afetos e sua vida emocional são condicionados por uma lógica que extrapola as fragilidades e a sensibilidade que constituem o limite e a graça da nossa espécie. (SEVCENKO, 2001, p.63).

Nos anos seguintes ao governo de Gaspar Dutra foram criadas as condições para a redemocratização do Brasil. Foi neste governo que também foi promulgada a Constituição de 1946, onde mais uma vez a classe trabalhista teve um destaque. Mas esta Constituição trouxe outros novos direitos.

A grande novidade da Constituição de 1946 refere-se ao fato de ela ter abolido os instrumentos que cerceavam as liberdades dos cidadãos, garantindo-se, no campo dos direitos sociais, a liberdade de associação sindical e inclusive o direito de greve. Observa-se que o texto constitucional mantém a prioridade de regulação para a área dos direitos trabalhistas, recolocando aqueles que já estavam garantidos anteriormente e implementando outros, como o direito à Previdência Social e o direito à greve. A novidade do texto refere-se ao uso da propriedade privada, pois a Constituição acrescentou a utilização vinculada também à função social, novidade esta que gerou muitas polêmicas na sociedade da época, devido ao projeto de reforma agrária que começou a ser discutido. (QUIRINO; MONTES, 1987 *apud* COUTO, 2008, p. 104).

O governo de Eurico Gaspar, em 1948, estabeleceu como meta o plano "Salte"<sup>6</sup>, planejando uma ação nas áreas de saúde, transporte e energia, sendo este o primeiro plano governamental que incorporava políticas de cunho econômico e social. No entanto, em relação a esse plano, mais uma vez as ações não se concretizaram, pois foram poucos os avanços conseguidos. Na questão trabalhista aconteceu o mesmo, o Brasil real se diferiu do

---

<sup>6</sup> Nota-se que no que se refere à energia, foi criada a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco (Bahia). Sua construção teve início na década de 1950 e foi inaugurada em 1955.

Brasil legal, uma vez que Dutra governou com insensibilidade aos apelos da classe trabalhadora. Mesmo com as greves sendo permitidas, qualquer tipo de movimento que se propunha a isso era desmontado pelo governo (COUTO, 2008).

No Brasil, a propriedade de terra se fundiu com a propriedade do capital, e até o início dos anos cinquenta o desenvolvimento capitalista funcionou bem, levando em consideração que aqueles trabalhadores que não eram incluídos no campo, eram incluídos no processo de industrialização na cidade.

Mas, nos anos cinquenta, a questão agrária surge como questão de trabalho, pois começa a haver uma maior sazonalidade do trabalho rural e sua terceirização, desaparecendo a figura do camponês e difundindo-se no campo o trabalho puro, com pagamento em formas de salário por hora trabalhada, gerando uma pobreza que é rural e agrícola, mas que se reflete como pobreza urbana (MARTINS, 2002).

Na Tabela 1, avaliando este período, Prado Jr. apresenta os dados do Recenseamento de 1950, que expressam o alto grau de concentração de terras no Brasil.

<b>Estabelecimentos agropecuários</b>	<b>% do n° de estabelecimentos de cada categoria, no n° total</b>	<b>% da área ocupada por categoria na área total</b>
De menos de 100 ha (pequenos)	85	17
De 100 a 200 ha (médios)	6	8
De 200 ha e mais (grandes)	9	75

Tabela 1 – Recenseamento de 1950: Concentração de Terras. (PRADO JR, 1979 p.16).

Há que se ressaltar que esse recenseamento foi realizado tendo por base o número de estabelecimentos, desse modo, não aparece nessa pesquisa o caso frequente de um mesmo proprietário ser dono de mais de um estabelecimento, além da questão de não ter sido considerada a distinção entre terras próprias e arrendadas.

Prado Jr. ainda destaca que em geral é a grande propriedade que ocupa áreas mais favoráveis, seja pela localização ou pelos recursos naturais. Santos (2007) diz que se formos analisar a questão de estradas, há uma progressão rápida daquelas de boa qualidade, que unem

os grandes centros e as zonas de produção capitalista. E, em contrapartida, não temos estradas vicinais tão boas que fazem as ligações regionais e locais dos caminhos vicinais.

Prado Jr.(1979) afirma que a concentração de terras e propriedades significa também a concentração de domínio sobre os recursos econômicos, que são a única fonte de subsistência da população rural e, mais adiante, o autor faz a relação entre a miséria da população rural e o tipo de estrutura agrária.

Mas o que ficou dito já nos serve para situar a questão agrária brasileira, e coloca-la em seus devidos termos, que vêm a ser, em primeiro e principal lugar; a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária. (PRADO JR., 1979, p. 18).

Como reflexo dessa estrutura agrária, teremos a migração do campo para a cidade, que também se caracteriza como uma marca da modernização capitalista. A cidade, por sua vez, não conseguiu absorver todos os trabalhadores em suas grandes indústrias, gerando, assim, um grande número de desempregados vivendo em situação de extrema pobreza. Toda essa dinâmica do sistema capitalista já havia sido explicada por Marx (1996, p.747), que afirmou que,

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e a energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior usando-se a terminologia oficial, o pauperismo.

O desenvolvimento do capitalismo seguiu uma trajetória bem diversa nos países centrais, tanto no que se refere à questão do tempo e do espaço quanto em relação aos aspectos econômicos e sociais. Isto não significa dizer que a nossa história não tenha sido permeada por um leque de interpretações, sobretudo no sentido de compreender como o processo de modernização do país ocorreu, conjugando presente e passado, e que este último traz consigo ainda grande influência para o futuro do país. Um legado difícil de ser demolido, gerando uma estrutura sociocultural, política e econômica, com características de modernização e de atraso, onde um se alimenta no outro, como bem ressaltou Fernandes (1981). A herança escravocrata ilustra bem esta conjugação do novo e do arcaico, pois a

modernização veio com os traços da relação trabalhista deste período, revelando uma cultura de baixos salários, de forte repressão aos movimentos de esquerda no país, e na configuração de uma política social que reforçava a cultura do assistencialismo, do favor e não do reforço da cidadania e do direito social. ( OLIVEIRA, 2010)

O traço mais marcante do capitalismo dependente, apresentado por Fernandes (1981), é o caráter de subordinação dos países da América Latina às exigências do capital internacional. O desenvolvimento capitalista brasileiro, portanto, tem a necessidade de atender à acumulação externa.

Fernandes (1981) ainda afirma que essa estrutura binômica do moderno e arcaico, quando combinados no capitalismo dependente, vivenciado pelo Brasil e pela América Latina, fez com que esses países tivessem um desenvolvimento diferenciado dos países de capitalismo central como na Europa. Essa combinação entre o arcaico e o moderno possibilita conjugar as necessidades do crescimento interno com exigências do crescimento externo.

A descolonização nunca pode ser completa, porque o complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira. Contudo, quando a revolução burguesa se torna estruturalmente irreversível, ela sedimenta um mundo capitalista inconfundível, que possui duas faces igualmente essenciais para a existência e a sobrevivência do capitalismo na América Latina. De um lado, os dinamismos econômicos que procedem de fora, de outro lado, os dinamismos econômicos que nascem de dentro. (FERNANDES, 1981p. 52-53).

Outra marca da modernização brasileira, destacada pelo autor, é a privatização, que provoca dois processos transparentes. Primeiro, a transferência da riqueza nacional, quase gratuitamente, para os parceiros estrangeiros, e segundo, como uma maneira de legitimação, em que parcelas da riqueza são transferidas para as grandes empresas nacionais e o capital financeiro. Isso significa um recuo do Estado frente aos seus deveres de defesa nacional, cedendo-as para a iniciativa privada.

Em relação ao Estado, Fernandes (1974) diz que este defende de forma incondicional a iniciativa privada. É o Estado que será responsável pela mediação do moderno e arcaico, ou seja, o Estado se ocupa de criar mecanismos capazes de manter a ordem diante dessa estrutura binômica. Para ele,

Não existe uma linha pura e única de compreensão e descrição do Estado capitalista dependente e periférico. Produto da situação mais contraditória e anárquica que qualquer burguesia possa viver, ele é uma composição sincrética e deve ser retido como tal. Precisa-se, no mínimo, recorrer à Antropologia para se entender cabalmente esse Estado Nacional. De outra maneira, é impossível descobrir-se como



uma instituição pode ordenar-se e ser operativa, apesar de tantos elementos e influências em choque, que se atritam, e se destroem uns aos outros, embora se objetivem com certa unidade, compatível com seu uso social pelo homem. Ele é o Leviathan no verso, e o Behemoth, no reverso, mas só existe e possui algum valor porque as duas faces estão fundidas uma à outra, como a cara e a coroa de uma moeda. (FERNANDES, 1974, p.350).

Essa estrutura do capitalismo dependente, segundo Fernandes, estabelece uma distorção do regime de classes, onde este se revela vazio, com um grande desequilíbrio de forças na relação entre capital e trabalho, o que irá retardar o aparecimento de uma base sindical forte e combativa. Uma vez que a burguesia brasileira tem medo de qualquer tipo de mudança social que possa representar uma ameaça à perpetuação das estruturas da sociedade colonial, por isso essa classe tende a sufocar qualquer iniciativa de transformação social contra ou dentro da ordem, que ameace o controle absoluto das classes dominantes. Fernandes ainda declara que a grande desigualdade social é o que impede que se forme as condições objetivas e subjetivas para a luta de classes, ficando destino da sociedade submetido a uma classe burguesa incapaz de conciliar o desenvolvimento econômico, a soberania nacional e a democracia.

A hegemonia burguesa não se organiza em função dos interesses socioeconômicos e políticos que respondem a determinada fase de evolução do capitalismo. As fases se sucedem; ela permanece monolítica. A razão é simples: os arranjos para anteder aos fins variáveis podem ser feitos sem alterá-la em sua substância e nos mecanismos de sua manifestação. A unidade das classes dominantes busca, acima de tudo, salvaguardar os privilégios econômicos, sociais e políticos, que são atingidos pelo monopólio social do poder e que se perpetuam mediante a apropriação repartida do excedente econômico nacional. (FERNANDES, 1981, p.108).

Em 1951 Vargas volta ao poder pela eleição direta. Ele foi eleito por uma grande parte da população que o considerava “pai dos pobres” e esperava que fossem cumpridas as promessas de programas na área social. No entanto, o presidente fez alianças com partidos conservadores e, sendo assim, era pressionado por ambos os lados. Nesse momento, o mundo passava pela Guerra Fria, sendo o comunismo considerado uma ameaça e os sindicatos considerados berços das ideias socialistas. O governo tentava controlar os trabalhadores através das políticas trabalhistas (COUTO, 2008).

Em 1955, assume a presidência da república Juscelino Kubitschek tendo João Goulart como seu vice. Estes se propuseram a governar por meio do Plano de Metas, que priorizou a abertura da economia para investimento externo, bem como para a industrialização.

O ‘Plano de Metas’ constituía-se [...] na peça chave do planejamento do período e sob seu comando eram efetuados grandes investimentos em todas as áreas de infra-

estrutura, como energia e transportes, e na área industrial, que foram distribuídas em cinco setores prioritários: energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação. Essas cinco metas foram divididas em outras trinta subsetoriais, que incluíam um programa de formação técnica e construção de Brasília. (HAFFNER, 2002, p.43 apud COUTO, 2008, p. 110).

Para Couto (2008), todo esse investimento no desenvolvimento econômico do país não foi acompanhado pela classe trabalhadora, pois esta foi prejudicada com o processo inflacionário, que gerou a queda do poder aquisitivo do salário. A questão inflacionária, juntamente com outros fatores, impulsionou o perfil combativo dos movimentos sindicais, que reivindicavam melhores condições de vida para os trabalhadores.

Com o fim do governo de Juscelino, foi eleito Jânio Quadros, em 1960. Porém, este governo durou apenas sete meses, devido à renúncia do presidente, fato que gerou uma crise institucional, uma vez que militares vetaram o então vice-presidente João Goulart. Deste modo, pela Emenda Constitucional nº 4, foi instituído o Parlamentarismo como forma de retirar seus poderes. Porém, em 1963, João Goulart assume a presidência, pois a população votou, em um plebiscito, pelo presidencialismo.

Couto (2008) diz que o governo de João Goulart foi marcado por vários movimentos sociais. Um deles surgiu de embriões autônomos de trabalhadores, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que mais tarde, nos anos 80, deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O CGT se fez presente nas discussões do governo para garantir a qualidade de vida dos trabalhadores. Também, neste governo, foi instituído o décimo terceiro salário e, posteriormente, criou-se o salário-família. Entretanto, esses direitos estavam vinculados apenas aos trabalhadores urbanos, enquanto os trabalhadores rurais, que representavam a maioria dos trabalhadores, encontravam-se desprotegidos.

Fernandes (1974) afirma que a burguesia brasileira, para responder aos desafios da modernização conservadora e também para se afirmar enquanto burguesia sólida, optou por uma ditadura preventiva, totalitária e autocrática. Contudo, não houve rompimento com a burguesia internacional, pelo contrário, houve constante apoio político e ideológico das hegemonias capitalistas externas e manteve-se o caráter histórico de exclusão das massas na tomada de poder, caracterizando, dessa forma, uma contrarrevolução burguesa.

Proscurendo o destituído da ordem civil e limitando (ou anulando) a participação econômica, cultural e política das classes trabalhadoras, aquelas burguesias enfraqueceram a si próprias, reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão do mundo e liquidando-se como agente histórico revolucionário. Restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, elas despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras (FERNANDES, 1981, p.58).

É importante ressaltar que a ditadura militar se deu em um momento em que a classe trabalhadora estava se organizando em partidos e movimentos sociais e, principalmente, em sindicatos. Montañó e Duriguetto (2011), a respeito desse processo irão dizer que:

A implantação da autocracia burguesa obstaculizou todo esse processo de organização sindical dos trabalhadores no campo e na cidade, iniciando-se, nas palavras de Antunes (1985), uma ‘longa noite do sindicalismo brasileiro.’ Foram criadas iniciativas para atrair o capital internacional como a legislação de controle de greves e controle dos índices de reajuste salarial, conhecido como política de arrocho salarial. Também é criado o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), concebido para substituir as normas existentes de estabilidade no emprego e para reduzir os custos imediatos de demissão de trabalhadores. A implementação do FGTS possibilitou o aumento da rotatividade da mão de obra, mantendo mais baixos os níveis salariais. A combinação do FGTS com a indexação controlada dos salários garantiu mercado de trabalho barato para o investimento de capitais. No campo da organização sindical, criam-se decretos leis que objetivam transformá-los em centros de recriação e local de prestação de serviços assistenciais. (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 25).

A ditadura militar não tinha apenas a intenção de reprimir as organizações populares como sindicatos e movimentos sociais, mas tinha também a intenção de possibilitar a entrada do capitalismo monopolista no país, criando condições econômicas e políticas para tal. Sendo assim, grandes empresas internacionais se instalaram no Brasil e esse período é marcado pelo crescimento econômico do país. No entanto, esse crescimento se deu devido a um grande processo de desigualdade social. As organizações dos trabalhadores tanto dos partidos quanto dos sindicatos foram perseguidas pelo regime ditatorial, enfraquecendo a participação popular e reforçando as péssimas condições de vida do povo brasileiro.

O clima instalado no país poderia ser traduzido pela visualização de, no mínimo, dois Brasis. O primeiro, o da repressão, da tortura, do aviltamento de pessoas e de instituições, da censura, do aniquilamento dos que pensavam diferente; e outro que apontava para o progresso, o ufanismo, o verde-amarelismo, reproduzidos sistematicamente pelos órgãos oficiais do governo. O segundo Brasil buscava cooptar a população, na sua maioria pobre, vivendo o arrocho salarial, a inflação, as precárias condições de vida, para a legitimação das medidas governamentais. Usava, para isso, a ameaça caricaturada persistente dos perigos do comunismo, uma ameaça sempre eminente. Os meios de informação, censurados, não permitiam à classe média brasileira e ao povo em geral conhecer realmente os atos arbitrários cometidos pelos governos e anunciavam ufanisticamente as realizações, especialmente no campo social, como produtos concretos do compromisso do governo com a população, principalmente a pobre. (COUTO, 2008, p. 120).

Couto (2008) descreve os governos durante a ditadura Militar da seguinte forma: Governo Humberto Castelo Branco (1964 a 1966) e Governo Arthur da Costa e Silva, como

Governos de recorte liberal-tecnocrata. Já o governo de Emílio Garrastazu Médice (1968 a 1974) é caracterizado como autoritário-tecnocrata, de recorte repressor e ufanista. O próximo, o de Ernesto Geisel (1974 a 1979) foi caracterizado como liberal-tecnocrata e de transição para a abertura política. E o último governo, o de João Baptista Figueiredo, também foi um governo liberal-tecnocrata, mas de efetivação da transição para a abertura política.

No início da ditadura aconteceu a promessa de respeitarem a Constituição de 1946, porém, durante todo o período do regime, foram promulgados vários atos institucionais que estavam acima da Constituição vigente. Sendo assim, direitos sociais eram violados a todo momento. Em 1967 foi promulgada uma nova Constituição<sup>7</sup>, que vinculava os direitos sociais à obediência das regras do governo militar. A sociedade civil se articulou para denunciar os atos da ditadura. Essas manifestações foram um dos motivos que fizeram com que fosse decretado, em 1969, o Ato Institucional de nº5, e o Brasil foi governado por 11 anos de acordo com o AI-5. Este Ato reduziu o poder do congresso e fez com que o executivo legisse em todas as matérias previstas na Constituição. Deste modo, a Constituição de 1967 se tornou antiquada ao interesse da ditadura e por isso, em 1969, recebeu sua Emenda nº 1, que reformulou toda a Constituição de 1967, e recebendo o nome de Constituição de 1969<sup>8</sup>.

Contraditoriamente ao momento vivido no Brasil, quer seja de fragilidade dos direitos sociais, de 1968 a 1973, acontece o chamado “milagre econômico”, que marcou o período de expansão do capitalismo brasileiro. Foi criado um grande parque industrial e, para atender às demandas dessas novas indústrias, foram construídas várias hidrelétricas. É neste momento que surge o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>9</sup>:

A política econômica da época, coordenada por Delfim Neto, tinha como parâmetro de exemplificação a receita do bolo, sendo que, primeiro, a economia tinha que crescer, para, depois, os resultados serem divididos. A consequência dessa orientação teve como produto a alta concentração de renda no Brasil. Segundo os

---

<sup>7</sup> A Constituição de 1967: “recolocou, de certa maneira, os direitos já garantidos na Constituição de 1946 e, conforme já apontado anteriormente, inaugurou uma peculiar forma de concepção e gestão dos mesmos, cuja enunciação dos direitos tem como fundamento a ótica de que os direitos só seriam exercidos por aqueles que se submetessem às regras instituídas pelo governo militar. Caso contrário, era o regime de exceção que valia. Também foi modificada a forma de eleição do Presidente da República, que passou a se dar por intermédio do Colégio Eleitoral. (COUTO, 2008, p. 120).

<sup>8</sup> Nessa Constituição, o campo dos direitos sociais trabalhistas permaneceu preservado, quando se referiam ao trabalhador de maneira individual. Em relação aos direitos políticos, manteve a proibição de voto aos analfabetos e àqueles que não saibam se exprimir em língua nacional. A garantia de voto foi colocada em uma realidade em que as eleições para presidente da República e para governadores, bem como as de senadores, não existem; e o regime de exceção foi acionado em qualquer situação considerada perigosa pelo governo. (COUTO, 2008, p. 125)

<sup>9</sup> Aprofundaremos na História do MAB no próximo capítulo.

dados apresentados por Habert (1996), em 1980, 1% da população concentrava renda quase igual aos 50% da população mais pobres. Essa pujança econômica mostrava o seu reverso especialmente no que se referia às condições enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros: o arrocho salarial, as péssimas condições de vida na cidade, a alta mortalidade infantil, o analfabetismo, dentre outras. (COUTO, 2008, p. 127-128).

No final dos anos 70 e início dos 80, recomeça a lenta redemocratização do Brasil já assinalando o término do regime militar. Diante de tantas mazelas sociais que eram percebidas no campo e na cidade, começa uma reorganização da sociedade, que através de sindicatos e dos novos movimentos sociais<sup>10</sup>, conquista diversos direitos. No campo, há destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que luta pela reforma agrária. Mas, além do MST, temos a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), associações de bairro, movimentos de gênero, movimentos étnicos e raciais.

Nas cidades emergem uma série de movimentos urbanos que clamavam por melhorias de acesso aos serviços urbanos e de infraestrutura, assim como dando visibilidade a questões de discriminação de gênero, raça, etnia, ecologia e meio ambiente, direitos humanos, etc., dando luz ao que ficou denominado de novos movimentos sociais por se caracterizarem por demandas muito específicas. Os chamados novos movimentos sociais (NMS) que surgem principalmente em meados do século XX, têm por vezes o objetivo ou a função de ser um complemento das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como alternativos aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas). (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 25).

Em 1985, Tancredo Neves é eleito presidente, por meio de eleições indiretas, mas morre antes de iniciar o mandato e o seu vice José Sarney assume o cargo de presidente. É neste contexto, já no final dos anos de 1980, que se tem a aprovação da Constituição Federal, como conquista parcial dessa reorganização da sociedade e, paradoxalmente, se tem no Brasil a ascensão do neoliberalismo, que se baseia em um Estado forte para o capital e, em contrapartida, com pouca atuação e investimento no setor social. Há um processo de retomada mais vigorosa da abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro como resposta à crise vivenciada, ao mesmo tempo em que são violados os direitos dos trabalhadores (OLIVEIRA, 2010).

---

<sup>10</sup> Os chamados novos movimentos sociais (NMS) que surgem principalmente em meados do século XX, têm por vezes o objetivo ou a função de ser um complemento das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como alternativos aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas) (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 25).

Assim, a Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de Constituição Cidadã de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil [...], a manutenção de prerrogativas do Executivo, como medidas provisórias, e na ordem econômica. Os que apostaram na Constituinte como espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo (sempre reiterado nas paragens...): uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares. [...] Assim Nogueira tem razão quando afirma que a carta de 1988 ‘não se tornou a Constituição ideal de nenhum grupo nacional’ (1998:159) e de que expressou ‘a tendência societal (e particularmente as tendências políticas) de entrar no futuro com os olhos no passado ou, mais ainda, de fazer história de costas para o futuro’ (1998:160). (BEHRING, 2008, p. 143)

No que diz respeito à questão agrária, um avanço da Constituição de 1988 foi o Artigo 186, que definia a função social da terra, que para ser cumprida faz-se necessário o aproveitamento racional adequado, a utilização adequada dos recursos disponíveis e preservação do meio ambiente, respeitar as leis trabalhistas, exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários, bem como dos trabalhadores. O Artigo 184 estabelece a desapropriação para fins de reforma agrária do imóvel rural que não estiver cumprindo a função social da terra. (BRASIL, 1988, Art. 184)

Em 1989, aconteceu a primeira eleição presidencial direta, que levou ao segundo turno os presidenciáveis Luís Inácio da Silva e Fernando Collor de Melo. Essa disputa expressava a luta e interesse das classes. Vale frisar que o Partido dos Trabalhadores, o PT, nessa eleição apresentava um programa agrário, voltado à distribuição de terras e uma produção agrícola voltada para o mercado interno, buscando, dessa forma, garantir que o trabalhador rural tivesse subsídios suficientes para permanecer no campo. No entanto, “o medo venceu a esperança” (BEHRING, 2008, p. 144) e Collor foi eleito presidente. De acordo com Behring (2008), além da crise econômica, que já se arrastava desde o final da ditadura, iniciou-se também uma crise política, devido o avanço do movimento sindical e popular que se colocava como alternativa de poder. Ao mesmo tempo, a burguesia brasileira estava marcada pela fragmentação, no momento em que estava acontecendo o aprofundamento da democracia política e econômica, mas concomitantemente com muitas tendências regressivas e conservadoras.

Collor saiu da presidência derrubado por um *impeachment*, e, com isso, seu vice-presidente, Itamar Franco, assume o governo. No Governo Itamar, à frente do Ministério da Fazenda está Fernando Henrique Cardoso (FHC), que foi responsável pelo Plano Real e que,

logo depois, em 1994, candidata-se à presidência, sendo eleito junto com a esperança de estabilidade da moeda e o fim da inflação.

### **2.1.3 Financeirização: de FHC a Dilma**

No fim do séc. XIX, se configura um novo estágio do capitalismo, em que a concentração e centralização potencializam o surgimento dos monopólios. Os capitais monopolistas somados aos capitais bancários irá se configurar no capital financeiro, que contribuirá para o crescimento da movimentação do capital com base nas finanças e, dessa forma, se dão as novas relações de produção e reprodução do capital. Com objetivo de exportações de capitais, fronteiras internacionais são abertas, como medidas de liberalização e desregulamentação, para permitir a mundialização do capital.

A mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedade financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos), que passam a comandar o conjunto de acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais. (IAMAMOTO, 2010, p.108).

Os países emergentes se aproximam do capital financeiro a partir da crise da dívida pública, no início dos anos de 1980, e as aberturas financeiras se deram pelo Fundo Monetário Internacional, o FMI, e pelo Banco Mundial. No que diz respeito à força de trabalho, é evidenciada a destruição dos direitos trabalhistas, intensificando os processos de terceirização, a flexibilização, o desemprego, a precarização. E, nesses países, ainda há a condição de dependência do investimento de capitais externos.

Para conseguir atender às novas demandas da financeirização, a classe dominante aliada ao Estado se apropria do ideário neoliberal e das práticas econômicas a ela associadas, que fragiliza, não apenas o trabalhador, mas também o Estado, mais precisamente, as estruturas estatais, voltadas à satisfação das necessidades das classes subalternas, vistas agora como perdulárias e insustentáveis. Consolida-se assim o ataque neoconservador aos serviços públicos gratuitos e universais, cada vez mais pressionado no sentido da privatização. Temos,

assim, o neoliberalismo, com as políticas sociais focalizadas como expressões matérias da mundialização financeira e da sua crise estrutural<sup>11</sup>. Iamamoto sintetiza esse processo dizendo que a mundialização financeira

ao mesmo tempo que ela impulsiona a tendência a homogeneização – dos circuitos do capital, dos modos de dominação ideológica e dos objetos de consumo – apoia-se na completa heterogeneidade e desigualdades das economias nacionais. Acelera o desenvolvimento desigual, aos saltos, entre empresas ramos de produção da indústria, entre nações, e, no seu interior a transferência de riqueza, entre classes e categorias sociais, que se encontra na base do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho e do desmonte dos sistemas de proteção social. (IAMAMOTO, 2010, p. 36).

No Brasil, o Governo FHC tinha um nítido caráter neoliberal. Houve várias privatizações e a economia foi aberta ao capital financeiro internacional. Os poucos gastos que destinados às políticas sociais eram focalizadas e pouco eficientes, havendo, assim, uma grande perda dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora no período pós-ditadura, promovendo uma verdadeira contara-reforma (BEHRING, 2008).

No que tange à questão agrária no Governo FHC, ocorreu um processo que ilustra claramente as características desse novo momento da organização do capitalismo, um processo que foi designado de “reforma agrária de mercado” e que foi o conjunto de programas de intervenção no quadro fundiário, seguindo a orientação do Banco Mundial que, por sua vez, apresentava um plano mais amplo: a construção de um “Novo Mundo Rural”. As mudanças propostas teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e as novas configurações sociais. Neto (2004) coloca, como objetivo explícito do Banco Mundial, a atenuação dos efeitos sociais negativos da abertura unilateral, contínua e ostensiva da agricultura brasileira ao mercado internacional, combinada com medidas recessivas.

Nessa ótica, em 1996, foi criado o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que era voltado, “em tese, para os produtores tidos como mais eficientes e aptos para sobreviver numa agricultura crescentemente dedicada a competição

---

<sup>11</sup> De acordo com Mészáros (2009), a partir de 1970 o sistema do capital passa viver uma nova fase, denominada de crise estrutural do capital. Para o referido autor, desde os fins de 1960 e início dos anos 1970, que foram marcados por um *depressed continuum*, o sistema capitalista, depois de viver um longo período dominado por períodos de expansão e crise, passa a exibir características de uma nova forma de crise. Nessa nova fase não acontecem os espaços cíclicos entre expansão e recessão, mas a eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas. De acordo com Mészáros, a crise afeta pela primeira vez na história a totalidade da humanidade, mostrando-se longa e duradoura, sistêmica e estrutural.



mercantil” (NETO, 2004, p.30). Ao Pronaf foi incorporado o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, o Procefa, e os recursos desse programa eram disputados tanto pelos trabalhadores assentados quanto pelos empresários agrícolas modernos, já que o governo considerou ambos praticantes da agricultura familiar.

De acordo com Neto (2004, p. 30-31),

A adoção do Pronaf baseou-se na ideia segundo a qual, o enfrentamento da tendência universal de redução das margens de lucros da agricultura e a emergência do agrobusiness deveriam ocorrer por uma combinação entre a eficiência produtiva e a produção em escala. No caso da produção de grãos, dada a concorrência internacional, somente as grandes e médias empresas teriam chances de sobreviver. Quanto aos pequenos produtores, suas perspectivas estariam condicionadas à integração a empresas especializadas no atendimento a mercados consumidores cada vez mais sofisticados. Em outras palavras, o pequeno empreendimento deveria dedicar-se à chamada “agricultura de grife”. Nesse domínio a competitividade dos pequenos produtores dependeria de sua capacidade de absorver tecnologias produtivas e organizacionais.

No entanto, o governo, se preocupando com o estímulo da produção, não levou em consideração os problemas de comercialização no contexto de depressão econômica, o que fez com que várias famílias abandonassem o campo.

Podemos observar que, na verdade, o que houve foi a extensão para os trabalhadores rurais de concepções neoliberais com a implantação da “a reforma agrária de mercado” que estimulou estímulo à compra e venda da terra em detrimento da desapropriação dos latifúndios por interesse social. Essa estratégia foi induzida, pelo Bird<sup>12</sup>, através de programas como o PRONAF.

A primeira experiência se deu com um programa que ficou popularmente conhecido como “Cédula da Terra<sup>13</sup>”, iniciado no Ceará e, posteriormente, estendido para outros Estados. Segundo Neto (2004), o programa teve como princípio a rejeição do “paternalismo das ações do Estado”, e o acesso à terra se daria por operações normais de compra e venda, através de financiamentos. O governo acreditava que os beneficiários deveriam ser atores do processo e não somente receptores do “favor” do Estado. Para participar do programa era necessário se organizar em uma associação e ser auto-selecionado. A experiência, no entanto, apresentou problemas, como desvios de finalidade, fraudes na emissão de laudos técnicos,

---

<sup>12</sup> Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

<sup>13</sup> Foi a tentativa orientada pelo Bird, que recebeu o nome de Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza e ficou conhecido também como “Reforma Agrária Solidária”.

supervalorização de imóveis, em algumas comissões de seleções verificou-se a participação de políticos e as listas que foram mediadas pela prefeitura.

Antes da conclusão do Cédula da Terra, foi aprovado pelo congresso o Banco da Terra, que consagrava a experiência anterior, logo, o executivo passou a destinar recurso orçamentários e solicitar empréstimos ao Banco Mundial para o projeto. O Banco da Terra foi destinado a financiar a aquisição de propriedade e infraestrutura básica para trabalhadores sem terra ou com terras insuficientes.

Em janeiro de 2001, FHC anunciou a concretização da maior reforma agrária do mundo, já que o seu governo conseguiu diminuir a concentração de propriedade de terra no Brasil. Foi anunciado que, entre 1995 e 2000, seu governo teria assentado 482 mil famílias, cerca de 2,4 milhões de pessoas no mesmo período e 18 milhões de hectares teriam passado das mãos de latifundiários para grandes e pequenos proprietários. No entanto, para se chegar a esses números, além de considerar velhos assentamentos como novos, também se considerou a regularização latifundiária como assentamentos (Neto, 2004). Para contrapor esses dados, apresentaremos uma tabela com dados do IBGE, INCRA e do CPT retirados do artigo “O Novo Mundo Rural” de Manuel Domingos Neto.

Tabela 2 – Dados agrários da década de 1990

<b>Período</b>	<b>Situação</b>	<b>Dados</b>	<b>Fonte</b>
1995 -1999	Migração para a Cidade	4,2 milhões de pessoas	IBGE
1995 - 1999	Renda a longo prazo de estabelecimentos agrícolas	Negativa ou Nula	Alves et al.,1999
1992 - 1998	Total da área ocupada pelos 10% dos maiores Imóveis	Cresceu de 77,1% para 78,6%	INCRA
1992 -1998	Total da área ocupada por imóveis maiores de 2 mil hectares	Ampliada em 56 milhões de Hectares	INCRA
1992 - 1994	Conflitos Agrários	367 ocorrências com 214.653 pessoas envolvidas. (Média anual)	CPT
1995-1999	Conflitos Agrários	667 ocorrências com 508.507 pessoas envolvidas. (Média anual)	CPT

Fonte: Neto, 2004, p, 27-28.

Observando os dados é possível perceber que os programas PRONAF e Banco da Terra, durante o governo FHC, diferentemente do que foi anunciado, não causaram mudanças substancialmente positivas, no que diz respeito à questão agrária brasileira, somente o aumento da área ocupada pelos imóveis maiores de 2 mil hectares, que foi ampliada em 56 milhões de hectares, o que representa três vezes mais que os 18 milhões de hectares que o governo afirmou que desapropriou.

Em resumo a proposta de “reforma agrária de mercado” nega aos trabalhadores sem terra ou com pouca terra o acesso a propriedade fundiária. Se é verdade que a agricultura brasileira experimentou grandes transformações nos últimos anos, não significa que tenha perdido seus traços marcantes: o latifúndio, a grande lavoura voltada para o mercado externo e a monocultura. A democratização da propriedade fundiária passa, obrigatoriamente, pela penalização dos latifúndios que não cumprem função social. (NETO, 2004, p.36).

Em 2002, o PT, partido com forte identificação com a classe trabalhadora e com um histórico de grandes lutas sociais, chega ao poder. Primeiro, com a eleição e reeleição do presidente de Luiz Inácio Lula da Silva e, posteriormente, com a eleição e atual reeleição de Dilma Rousseff. Acreditava-se que o PT apresentava uma alternativa ao projeto neoliberal, porém, o governo petista se mostrou um mero continuador das políticas neoliberais iniciadas nos governos anteriores. No entanto, com um apelo carismático maior, e um investimento na política de redistribuição de renda, permitiu que as pessoas tivessem acesso ao consumo, ainda que fosse um subconsumo, favorecendo, desta maneira, o grande capital. Sobre esse contexto, Dias (s/d, p. 200) afirma que

o atual governo de conciliação de classes subordina-se inteiramente ao imperialismo. Um ex-operário ocupa a Presidência da República e desempenha o papel de articulador, nos marcos do espaço territorial brasileiro, do bloco de poder comandado pela burguesia financeira internacional, o que não exclui eventuais contradições com esta. O conjunto de modificações na ordem é de tal monta que a própria burguesia reconheceu a necessidade desse aparente paradoxo: um ex-operário comandando um país capitalista central no processo de acumulação capitalista em escala mundial. Era necessário alguém com prestígio popular, aura de combatividade para garantir a transição... para o atraso e a subordinação. Apesar do discurso aparentemente contraditório (o medo do PT) estava claro muito antes do segundo turno a preferência por Lula que recitou o credo de bom cristão novo. Esse governo abandonou qualquer pretensão de projeto nacional autônomo – e tinha que proceder assim se quisesse ser aceito –, tem que realizar todas as redefinições da ordem capitalista no seu início quando ainda tivesse ‘apoio popular’.

No meio rural, o que presenciamos é a continuidade das políticas do Banco Mundial, o Governo Lula suspendeu o programa Banco da Terra e, em 2003, anunciou o “Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”, cuja meta consiste

em dar continuidade ao Programa de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural. O Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou o Programa Nacional de Crédito fundiário com três linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural, Nossa primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar. Sendo os dois primeiros programas idênticos ao Cédula da Terra e ao Programa de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza, do Governo FHC, assim como o Banco da Terra é semelhante ao Consolidação da Agricultura Familiar.

A questão agrária, com a sua má distribuição de terras e exploração do trabalho, se estende até os dias atuais, hoje estando ainda mais ligada aos interesses do grande capital. Martins (1997) irá dizer que a questão agrária se constitui de um processo que ainda age de maneira a impedir o acesso à terra por parte da população mais pobre, pois estes não possuem os devidos recursos financeiros para comprá-la. E, além disso, hoje, os grandes proprietários já não precisam de um número elevado de mão-de-obra, ficando apenas com um número restrito de trabalhadores em sua propriedade, devido a fatores como a mecanização do trabalho agrícola. Este fato ainda é agravado pela exclusão e marginalização dos povos indígenas. Embora este não seja o foco da pesquisa, cabe ressaltar que a população indígena, juntamente com a população quilombola, vem sendo expulsa de suas terras de origem em decorrência do expansionismo agrícola, ou mesmo da construção de usinas hidrelétricas, estradas e rodovias. Somam-se a isso as ocorrências não raras de conflitos entre indígenas e exploradores ilegais de madeira.

Sendo assim, a propriedade da terra tem a sua função social de meio de produção reduzida, se transformando, se transformando em meio de especulação, pois mesmo o grande fazendeiro dedicado efetivamente à produção agrícola ou pecuária, não irá deixar de considerar, em seus cálculos de rentabilidade, o preço especulativo da terra que possui. No Brasil, esse caráter especulativo que a propriedade fundiária assumiu, se deve também às políticas de subsídios e incentivos fiscais, em que o título da propriedade já é um documento suficiente para garantir o crédito barato e até mesmo gratuito (MARTINS, 1997).

Como podemos notar, a questão agrária se dá de acordo com o interesse do grande capital. Para Ianni (1984), a agricultura sempre esteve subordinada à indústria. A classe dominante, ou seja, aqueles que são donos do capital se favorecem diversas vezes, desde a agricultura no campo à industrialização na cidade. Isto se dá pela garantia de gêneros alimentícios e matérias-primas. Há também uma administração dos preços pelo poder público, e esta administração se encontra de acordo com os interesses da burguesia industrial, uma vez

que ela se mescla às políticas governamentais de crédito, modernização tecnológica, quimificação, entre outros.

Além disso, o proprietário do capital se beneficia pela produção de divisas com as exportações de gêneros e matérias-primas, que, por sua vez, também são favorecidas pelo poder público. E, dessas divisas, beneficiam-se também os bancos e as indústrias, ou seja, o grande capital financeiro. Um dos fatores mais importantes de beneficiamento está ligado à garantia de força de trabalho no mundo agrário, o que representa possibilidades enormes para a expansão das indústrias e também para abaixar os níveis de salários reais na cidade (IANNI, 1984).

Santos (2007, p.143), analisando a relação capital e questão agrária, diz que,

o espaço agrícola está, assim, marcado por desigualdades gritantes; num extremo as explorações agroindustriais, muitas vezes dependentes do mercado mundial e apoiadas direta ou indiretamente nos capitais internacionais; noutra extremo, as pequenas explorações que funcionam na base do trabalho humano e de um capital variável fraco, obtido frequentemente por empréstimos usurários. Entre os dois, toda uma gama de explorações que combinam de modos múltiplos, frações de capital e do trabalho.

Nessa realidade, a agropecuária apresenta-se como um grande negócio, tendo como seu objetivo principal “a maior soma de lucros no menor prazo possível, e com um mínimo de despesas inicial” (PRADO JR., 1979, p.24).

É diante dessa situação e concentração de terra que se propõe a reforma agrária.

É nesses termos que se propõe, no momento, o problema da reforma agrária, que tem assim suas raízes dialéticas no antagonismo e contradição entre a reduzida minoria de grandes proprietários que detêm o monopólio virtual da terra, e controlam portanto as oportunidades de ocupação e trabalho na agropecuária brasileira, e doutro lado, a massa trabalhadora do campo, que dependem dessas oportunidades para conseguirem seus meios de subsistência. Os trabalhadores rurais conseguirão alcançar uma posição melhor na luta por suas reivindicações imediatas, e mais facilmente se beneficiarão dela, na medida em que as oportunidades de trabalho e ocupação não forem unicamente as proporcionadas pelos grandes proprietários. Haverá sempre alternativa de se estabelecerem por conta própria em terras de sua propriedade. Circunstancia essa que naturalmente terá grande peso no mercado de trabalho rural, favorecendo a parte ofertante da força de trabalho. (PRADO JR, 2011, p.80).

## 2.2 Empreendimentos de Usinas Hidrelétricas no Brasil

Neste momento da pesquisa, trataremos sobre a construção das usinas hidrelétricas no Brasil, a partir dos ditames do capitalismo. Antes de analisarmos a luta e a práxis política do MAB, consideramos importante entender como se dá a construção das barragens no país.

Como se sabe, a construção das barragens tem o objetivo de gerar energia elétrica.<sup>14</sup>

A hidroeletricidade se constitui numa alternativa de obtenção de energia elétrica a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio, via-de-regra assegurado através da construção de uma barragem e da consequente formação de um reservatório. Somente nos períodos de alta pluviosidade, quando a vazão das águas é maior, como é também maior a altura de queda, em virtude do aumento da cota do reservatório, é possível se obter uma maior quantidade de energia. Por isso, os reservatórios têm a função de armazenar a água, regularizando a vazão, de forma a garantir uma disponibilidade energética maior durante um período de tempo também maior. (BERMANN, 2007, p. 1).

Não só no Brasil, mas em todo o mundo, a eletricidade é sinônimo de modernidade e desenvolvimento. Logo, no seu advento, a construção das barragens era vista como algo positivo que iria levar o futuro para a região, afinal, a energia elétrica, além de acender luzes, proporciona também a possibilidade de um novo mercado de consumo, o que ocasionaria o surgimento de novas indústrias.

É neste contexto que se inicia a construção de barragens para geração de energia. No Brasil, a construção de barragens com essa finalidade, segundo a Eletrobrás, teve início em 1883, em Minas Gerais, no entanto, segundo Bermann (1991), no Brasil, o marco no processo histórico da intervenção direta do Estado na geração de eletricidade foi em 1955, quando entrou em operação a usina hidrelétrica de Paulo Afonso.

Mas cabe ressaltar que antes desse acontecimento as relações entre o Estado e as empresas privadas já estavam sendo construídas. Em 1934, no Governo Vargas, foi aprovado o Código das Águas, que tinha como objetivo estabelecer regras para o uso da água e o fornecimento de energia elétrica.

Como vimos no capítulo anterior, a partir do governo de Eurico Gaspar, na década de 1940, com o Plano Salte, até Governo Juscelino Kubitschek, que priorizou a abertura da economia para investimento externo e também da industrialização, a partir do plano de metas, houve grande investimentos na área de energia e a criação de várias empresas, totalizando onze, entre elas a Cemig, fundada em 1952 e as Centrais Elétricas de Furnas, criada em 1957.

---

<sup>14</sup> Antes da energia elétrica o ser humano já havia produzido energia de outras fontes, como queima de combustível, óleos minerais, gases.

Bermann (1991) aponta ainda que no decorrer dos anos 50 três fatos marcaram a inserção do Estado no setor elétrico, entre eles está a fundação da Eletrobrás, concretizada em 1961 e a criação do Plano Nacional de Eletrificação e do Fundo Federal de Eletrificação.

Em 1960 foi criado o Ministério de Minas e Energia, agora no âmbito da Eletrobrás e suas subsidiárias e com isso a política nacional de energia elétrica começou a tomar forma. Até o ano de 1974, foram criadas mais dez empresas estatais. Sobre a estatização do setor de energia elétrica, o autor Bermann (1991) diz que o regime de concessão não se restringiu apenas à distribuição, e se estendeu também para a geração e transmissão. É importante lembrar que todas essas criações e obras, durante esse período, eram vistas como a modernização que havia chegado ao país e faziam parte do discurso desenvolvimentista.

No entanto, com a crise do petróleo, em 1973, o cenário mundial sofre mudanças e, devido ao aumento expressivo nos preços, grandes indústrias se instalam em países dependentes e com grandes potenciais energéticos. Nesse sentido, a construção de usinas hidrelétricas no Brasil se intensifica para atender às necessidades das grandes indústrias. Enfatizamos aqui, que este período foi marcado pela ditadura militar, que, como dissemos, criou as condições necessárias para que a economia estrangeira adentrasse no país. O Regime, com o objetivo de expandir o setor hidrelétrico, faz um grande investimento, inclusive fazendo empréstimos internacionais, gerando uma dívida externa.

A partir da década de 1990, tem início o movimento de privatização, em que a produção, a transmissão e a distribuição aos poucos vão passando para o controle privado. Segundo o autor Zen (2007), embora as barragens sejam construídas por iniciativas privadas, não significa que os recursos para sua construção também sejam privados, pois o BNDS, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, tem garantido a maior parte dos recursos necessários, assim como o Banco Mundial também tem disponibilizado várias linhas de financiamento. Percebemos aqui o reflexo da financeirização do capital. Sobre essa questão, Sigud (1994, p.3 *apud* NOGUEIRA, 2007, p. 21) afirma que,

ao contrário do que se poderia pensar, na construção de uma hidrelétrica não estão em jogo apenas os altos interesses nacionais de produção de energia para o desenvolvimento, mas também os interesses particulares de grupos e empresas que se beneficiam enormemente com os investimentos do setor elétrico, assim como os interesses do capital financeiro internacional, que fornece uma parcela importante dos recursos.

Começa então uma confrontação de interesses, quer seja, para o governo desenvolvimento, para empresas lucro, e para os atingidos? Bermann (1991) explica essa

confrontação de interesses como conflitos classistas, dos quais a classe trabalhadora está excluída.

No terreno das presentes investigações, há de concordar com a análise de Off quanto ao caráter classista dos tipos de conflito em jogo. Os conflitos salariais que tem marcado os movimentos dos eletricitários, ou os conflitos decorrentes dos reassentamentos compulsórios que atingem a população ribeirinha – via de regra acompanhados por compensações financeiras irrisórias, ou mesmo inexistentes – pra aqui citar alguns confrontos envolvendo o setor elétrico brasileiro, demonstram que seus protagonistas tem em comum o fato de estarem excluídos da forma-mercadoria, seja através da não valorização do seu trabalho para os primeiros, seja através do não reconhecimento e valorização das bases materiais e culturais de existência dos ‘trabalhadores atingidos’. (BERMANN, 1991, p. 214-215).

A mediação dessa confrontação de interesses, ou nas palavras de Bermann (1991) conflitos classistas, é realizada pelo Estado e, como foi demonstrado por nós desde o início desse estudo, a atuação do Estado vai de encontro aos interesses da classe dominante, neste caso, das grandes empresas privadas e do capital financeiro. Zen (2007) explica que a classe dominante, com o poder econômico que possui, instrumentaliza o aparelho estatal em favor dos seus interesses. Na verdade, há uma complementariedade de interesses entre a burguesia e o Estado. Na economia, o Estado se caracteriza pela tentativa de planejar e racionalizar o sistema, no entanto, como o ele também precisa buscar a harmonização dos interesses contrários ao capital, para a classe dominante, quanto menos o Estado incorporar os interesses contrários à lógica capitalista, maior será sua racionalidade e eficiência.

No Brasil, com a privatização, ampliou-se consideravelmente a importância de algumas áreas no setor elétrico, empresas que necessitam de muita eletricidade passam a construir barragens para uso particular e o Estado, mais uma vez, aparece como aquele que favorece condições para a valorização do capital como explica Zen:

A construção de grandes barragens para fins particulares significa a apropriação direta de bens públicos, o potencial hidráulico, os rios e a água na área do empreendimento. Mas o mais impressionante é a manutenção pelo Estado, do instrumento jurídico de desapropriação dos atingidos por interesse coletivo, quando declara de ‘utilidade pública’ parte de um território para um empreendimento econômico, onde só existirá ‘utilidade privada’ do capital. Se antes, as barragens serviam ao interesse público por prover eletricidade pra a coletividade, agora nem se quer há o provimento de eletricidade para a coletividade, já que a produção total de uma hidrelétrica de autoprodução, pode destinar-se a um, dois, três agentes privados somente. A situação deriva de uma lógica envolta em tamanho absurdo, que seria o mesmo que o Estado brasileiro passasse a desapropriar aleatoriamente áreas no campo e na cidade, para a construção de uma fábrica particular, de um centro de compras, ou para a construção de um milionário. Utilizando o princípio jurídico da utilidade pública’, desapropria-se judicialmente área, para evitar que o investidor gaste tempo e dinheiro na negociação amigável e compra área onde pretende implantar sua obra privada. (ZEN, 2007, p. 100)



A Lei nº 3.365, que se refere à desapropriação por utilidade pública, foi instituída no Governo Vargas, em 1941, com o objetivo de atender às demandas e interesses do desenvolvimento econômico e social. Caso haja interesse para a construção de uma barragem, as áreas ribeirinhas são consideradas de utilidade pública, e, portanto, passíveis de desapropriação. De acordo com a referida lei, é negado ao judiciário o questionamento quanto à validade e aplicação do conceito “utilidade pública”; o judiciário os cidadãos podem questionar a respeito da viabilidade técnica, das questões ambientais, mas de forma alguma podem questionar se o empreendimento atende aos interesses do país. Declarando como urgente, o Estado pode assumir de imediato a posse da área e aos atingidos cabe apenas aguardar a decisão da justiça quanto ao valor a ser depositado pela área. De acordo com Zen (2007, p. 101), “a desapropriação para fins específicos privados demonstra o nível de radicalidade que o controle de uma classe sobre o aparelho Estatal pode atingir, para efetivar seus interesses imediatos e ampliar sua possibilidade de exploração da classe dominada.”

Até então, demonstramos que a construção de barragens tinha como objetivo gerar energia elétrica, possibilitando o desenvolvimento econômico do país, todavia, como aponta Zen (2007), a reestruturação produtiva atingiu o setor elétrico brasileiro, o que ampliou as possibilidades de se acumular, fazendo da eletricidade uma mercadoria, promovendo novas formas de exploração e diversas contradições.

Com a energia elétrica se tornando uma mercadoria, as tarifas da conta de luz também sofrem alterações, aumentos. Antes, as tarifas não eram cobradas para gerar lucro, mas para suprir os custos com operação, manutenção e expansão do sistema. Devido ao baixo crescimento da economia, entre os anos 1990 e 2000, novas formas de acumulação foram buscadas e a própria energia elétrica foi a forma de valorização do capital no setor elétrico, e isso, conseqüentemente, gerou o aumento da tarifa. Três mecanismos característicos da reestruturação produtiva, que foram utilizados para o aumento da taxa de lucro no setor elétrico, são apresentados por Zen (2007, p. 102-103):

Mecanismos característicos da reestruturação produtiva em curso foram aplicados ao setor elétrico brasileiro, resultando no aumento das taxas de lucratividade a partir da mercadoria eletricidade. Em primeiro lugar, a privatização atinge a quase totalidade das empresas de distribuição de energia elétrica, várias barragens ou projetos de barragens, além de abrir de caminhos para a construção de UHEs diretamente por empresas provadas, ou em consórcio destas com estatais. Em segundo lugar, o setor elétrico nacional em todas as suas esferas, abandona oficialmente o papel de indutor do “desenvolvimento” a partir da oferta de energia abundante e barata, e passa em sua totalidade a visar o lucro. Nas empresas privatizadas, por sua própria natureza, e nas estatais que agora além de enfrentarem concorrência, também precisam obter

resultados financeiros positivos em grande escala para contribuir na geração do superávit primário, a fim de pagarem os juros da dívida pública valorizando desta forma o capital privado. Em terceiro lugar ocorre uma ampliação da taxa de exploração do trabalho no setor elétrico, por meio de demissões em massa e redução dos salários dos trabalhadores.

O autor também afirma que produção de energia através das barragens ainda tem outros benefícios lucrativos, pois são intensivos no capital fixo, mas tem um custo de capital circulante muito baixo, uma vez que a eletricidade tem como combustível a água, cujo custo é menor, comparado a outros combustíveis energéticos. As barragens duram muito tempo, sendo que, aproximadamente três quartos de seus custos são representados por investimentos em terrenos e obras civis que têm a duração ilimitada, e os equipamentos eletromecânicos precisam ser substituídos aproximadamente depois de setenta anos. Sendo assim, terminada a amortização dos investimentos, os custos são quase nulos, com gasto apenas de operação e manutenção, o que demanda poucos funcionários. Apenas por estes fatores seria possível ter mantido os níveis de tarifas da época que pertenciam ao setor estatal, e, ainda assim, aumentaria a lucratividade.

Zen (2007) ainda destaca o fato da produção da eletricidade comportar também o ato de transmissão, uma vez que a empresa de distribuição também recebe concessão oficial para atuar em determinada área, por isso os consumidores não têm a opção de escolha de qual empresa comprar energia, tendo a empresa consumidores fixos, sendo a eletricidade uma mercadoria sem similar nos espaços de venda e, sem dúvida, necessária para a sociedade contemporânea.

Obviamente, as empresas privadas aproveitaram dessas características para aumentar o valor da energia elétrica cobrado dos consumidores residenciais. Para o Zen, esse processo consegue ser efetivado a partir da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, que foi criada em 1996 e tem a finalidade de regular e fiscalizar a produção, a transmissão e a comercialização de energia elétrica, sendo, assim, responsável pela definição das tarifas. A ANEEL possui autonomia frente ao Estado, a maioria dos seus técnicos e diretores são oriundos das próprias empresas privadas do setor elétrico e suas deliberações têm favorecido tais empresas.

Além de gerar energia e grandes lucros para as empresas privadas, a construção das barragens causam impactos enormes, não apenas ambientais, como também sociais. Como se sabe, o modo de produção capitalista explora todos os meios possíveis para a obtenção de lucros, sendo o meio ambiente prejudicado de forma irreparável. O aquecimento global, a extinção de animais, a grande produção de lixo, o esgotamento de recursos naturais, são

alguns entre muitos exemplos desse processo. No Brasil, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, em sua Resolução 001 de 1986, considera impacto ambiental como

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I- a qualidade de vida II- as atividades sociais e econômicas III a biota IV- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V- a qualidade dos recursos do meio ambientes. (CONAMA, Resolução 001, 1986).

Zen (2007), analisando as contradições entre o sistema de produção capitalista e meio ambiente, relacionando a lógica do setor elétrico nacional, apresenta alguns impactos citados no relatório da Comissão Mundial das Barragens.<sup>15</sup>

O sistema econômico que está nos levando a este caos ecológico, pode ser associado perfeitamente à atual lógica do setor elétrico nacional, de produção de cada vez mais energia elétrica a partir de grandes barragens, com gigantesco potencial destrutivo sobre o meio ambiente, sem qualquer questionamento em relação as reais necessidades e o uso e controle desta energia. A destruição de ecossistemas diversos, a interrupção do curso normal dos rios, os impactos na qualidade da água, no fluxo dos sedimentos e na reprodução dos peixes; são características das hidrelétricas. A própria Comissão Mundial de Barragens, que funcionou no âmbito das nações unidas, deixa claro que as barragens provocam a destruição de florestas e habitats selvagens, o desaparecimento de espécies, redução, redução da biodiversidade aquática, degradação das áreas de captação a montante. Além disso, as barragens provocam impactos cumulativos sobre a qualidade da água e o declínio dos serviços ambientais prestados pelas planícies aluviais a jusante, ecossistemas de rios e estuários, e ecossistemas marinhos adjacentes. (ZEN, 2007, p. 112).

Entre os principais impactos ambientais causados pelas barragens podemos citar: a alteração do regime hidrológico; o comprometimento da qualidade das águas, o assoreamento dos reservatórios; a emissão de gases de efeito estuda; o aumento do volume da água no reservatório, que pode causar sismos induzidos; os problemas de saúde pública provocados pela proliferação de vetores transmissores de doenças endêmicas e a formação de remansos nos reservatórios, além das dificuldade para assegurar o uso múltiplo da água (BERMANN, 2007).

Se a produção capitalista não combina com a preservação ambiental, as barragens também não e é impossível pensar que esta energia gerada é limpa e sustentável, pois a própria realidade nos mostra o contrário.

Além desses enormes impactos ambientais, a construção de barragens causa vários impactos sociais. Comunidades inteiras são destruídas em nome do desenvolvimento e do

---

<sup>15</sup> Comissão Mundial de Barragens (*World Comission on Dams –WCD*) foi criada no final dos anos 1990. O trabalho da Comissão resultou em documentos de orientação para planejamento e implementação de grandes barragens.

lucro, e não se trata apenas de questões relacionadas ao reassentamento e às indenizações; com a construção de uma barragem, direitos são violados, vínculos são rompidos, histórias esquecidas, culturas massacradas, além de sonhos afogados.

Histórica, e coincidentemente, muitas usinas hidrelétricas são instaladas em espaços sociais inicialmente concebidos pelas e para populações ribeirinhas produzirem suas formas de subsistência através da pesca e da lavoura. Os projetos de construção de hidroelétricas acabam ocupando os espaços de reprodução social/cultural de proprietários e não proprietários de terras (meeiros, arrendatários, posseiros, assalariados, etc.) e acabam por determinar o início de conflitos cuja essência, para uns, será a apropriação do espaço geográfico enquanto uma forma de mercadoria específica para geração de energia hidrelétrica; e, para outros, será o uso social, de reprodução sociocultural, como meio de vida. (BERMANN, 2007, p. 4).

Como foi dito anteriormente, devido à desapropriação por utilidade pública, os atingidos são obrigados a abandonar casa e trabalho. Além disso, há impactos também da economia dos atingidos, uma vez que a maioria trabalhava diretamente com a terra ou com rio e quando recebem indenização são em valores irrisórios, quando são reassentadas, o são em terras não produtivas como aquelas à beira-rio, sendo assim eles não conseguem manter a mesma condição de vida que tinham antes da construção da barragem. Entre os impactos que afetam diretamente os atingidos, ainda temos a questão da saúde, inclusive psicológica, para citar de início apenas estes.

No relacionamento das empresas do setor elétrico brasileiro com estas populações, prevaleceu a estratégia do "fato consumado" praticamente em todos os empreendimentos. Enquanto a alternativa hidrelétrica era sempre apresentada como uma fonte energética "limpa, renovável e barata", e cada projeto era justificado em nome do interesse público e do progresso, o fato é que as populações ribeirinhas tiveram violentadas as suas bases materiais e culturais de existência. As obras promoveram o deslocamento forçado destas populações, acompanhado por compensações financeiras irrisórias ou inexistentes; o processo de reassentamento, quando houve, não assegurou a manutenção das condições de vida anteriormente existentes. Na área das barragens ocorreram diversos problemas de saúde pública, como o aumento de doenças de natureza endêmica, o comprometimento da qualidade da água nos reservatórios, afetando atividades como pesca e agricultura; e, problemas de segurança das populações, com o aumento dos riscos de inundação abaixo dos reservatórios, decorrentes de problemas de operação. Ainda, grandes quantidades de terras cultiváveis ficaram submersas e, em muitos casos, a perda da biodiversidade foi irreversível. (BERMANN, 2007, p. 4).

Na maioria dos casos, as comunidades atingidas são excluídas do processo, quando ficam sabendo do empreendimento é através de funcionários da empresa, que levam a promessa do desenvolvimento e de muitas oportunidades. O relatório da Comissão Mundial da Barragens averiguou que a participação e transparência em relação ao planejamento e processos da construção da barragem não costumam ser transparentes e abrangentes. A

população afetada tem acesso sobre a avaliação dos impactos tardiamente e, ainda assim, de forma limitada. O governo, bancos investidores e empresas se utilizam da estratégia de invisibilidade, não identificando os sujeitos e interesses com suas histórias e culturas, e assim deixam de ser considerados no processo de decisão. Fazer uso da ferramenta invisibilidade, com o objetivo de contenção dos custos de investimentos, e não reconhecer os grupos sociais em dada região, diminui o campo da política enquanto campo das negociações e possibilidades, mas não significa a não existência de problemas, cuja natureza é social e ambiental (BERMANN, 2007, p. 6).

No próximo capítulo continuaremos a analisar de forma mais profunda os impactos e também a relação entre Estado, empresa e atingidos, através da exemplificação de implementações de duas pequenas centrais hidrelétricas – PCH, em Minas Gerais.

### **3. O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB E A SUA PRÁXIS POLÍTICA**

Esse capítulo tem como objetivo analisar a práxis política do MAB, para isso, inicialmente iremos apresentar de que forma se deu a implementação de duas Barragens em Minas Gerais: PCH de Fumaça, que atinge as cidades de Diogo de Vasconcelos e Mariana, e UHE Cachoeira do Emboque (são na verdade duas barragens)<sup>16</sup>, que atinge as cidades de Abre Campo e Raul Soares. Iremos analisar esses dois empreendimentos, pois os militantes que participaram da pesquisa empírica estão organizados nos grupos de base de atingidos por esses empreendimentos. Na oportunidade, poderemos aprofundar sobre a questão dos impactos sociais causados pelas barragens e verificar a relação desses impactos com a práxis política do movimento. No terceiro e último momento apresentaremos o movimento do MAB, perpassando pela sua formação, princípios, organização e lutas e concomitantemente à apresentação será feita a análise dos dados coletados em entrevistas com cinquenta militantes do movimento. Cabe observar que as entrevistas utilizadas foram realizadas no ano de 2012, para a pesquisa de iniciação científica “A formação ideopolítica dos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens: emancipação humana ou emancipação política?”, e acreditamos que os dados dessa pesquisa, juntamente com a pesquisa bibliográfica apresentada nos fornece o material necessário para alcançarmos o nosso objetivo que é a análise da práxis política do MAB.

#### **3.1 História, impactos e resistência dos Atingidos da PCH de Fumaça e da UHE de Emboque**

Antes de iniciarmos nossa análise, se faz pertinente destacar que, até hoje no Brasil, não existe nenhuma definição oficial sobre quem são os atingidos por barragens. Podendo essa realidade mudar de acordo com os interesses das forças envolvidas no processo. Seriam atingidos apenas os proprietários de terra? E como ficaria a situação dos meeiros, arrendatários, trabalhadores assalariados, os povos indígenas e aqueles que tiram seu sustento do rio como os pescadores, entre outras categorias?

---

<sup>16</sup> É importante ressaltar que juntamente com a Cachoeira do Emboque existe a barragem de Granada. São duas barragens construídas, formando um enorme lago.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDP) montou uma comissão especial<sup>17</sup>, para verificar denúncias realizadas em relação a construção de barragens, e em seu relatório final trouxe a definição que a comissão usou para definir os atingidos. A comissão ainda considera, ainda, que essa não definição tem sido a causa da violação de direitos.

Uma caracterização restritiva ou limitada do que sejam os atingidos, ou seja, do que sejam os prejuízos e os prejudicados pelo planejamento, implantação e operação da barragem acaba por desconhecer uma série de direitos, bem como desqualificar famílias e grupos sociais que deveriam ser considerados elegíveis para algum tipo de reparação. Alguns dos casos eleitos pela Comissão para análise ilustram que o conceito de atingido adotado tem propiciado e justificado a violação de direitos a uma justa reparação ou compensação, entre outros, de ocupantes e posseiros, pequenos comerciantes, garimpeiros artesanais, pescadores e outros grupos cuja sobrevivência depende do acesso a determinados recursos naturais. (CDDPH, 2010, p.14)

Ser atingido significa o reconhecimento de direitos. A comissão especial (CDDPH, 2010) define atingido não apenas os proprietários, mas todos que de alguma maneira têm algum tipo de perda. Já que a implantação de uma barragem gera um processo complexo de mudança social que, além do deslocamento compulsório da população, também provoca alterações na organização cultural, social, econômica e territorial. A comissão ressalta ainda que na identificação dos impactos e dos grupos sociais atingidos consta não apenas a implantação do reservatório, mas também as obras de intervenção, associadas ao empreendimento como os canteiros, estradas, linhas de transmissão entre outras instalações que são necessárias.

A Comissão especial aponta que dos tipos de impacto devem ser considerados, entre outros, o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); a perda de terra e outros bens; a perda ou mesmo restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; e rupturas de circuitos econômicos. Acrescenta, também, que, em algumas circunstâncias, devem ser consideradas como atingidas as populações anfitriãs e comunidades que receberam os reassentamentos de deslocados pelo empreendimento.

A comissão ressalta que também se deve observar algumas consequências que se percebe apenas depois do enchimento do reservatório, como, por exemplo, a restrição ou perda do potencial pesqueiro, efeitos sobre a navegação e comunicação, mudanças do regime hídrico, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de

---

<sup>17</sup> Teremos a oportunidade de verificar o trabalho dessa comissão especial mais adiante.

exploração das várzeas como o garimpo, extração de materiais, etc. E todas as interferências a jusante deverão ser consideradas para efeito da identificação de impactos.

A comissão considera que devem ser consideradas também como perdas as alterações sofridas pelas redes de sociabilidade, quando estas implicam na ruptura de relações importantes para a reprodução da vida social, considerando as dimensões culturais e identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas. No que diz respeito às perdas imateriais e intangíveis, como as de natureza afetiva, simbólica e cultural, que não são passíveis de quantificação, devem ser consideradas objeto de ampla e aberta negociação.

Em relação aos Povos Indígenas e outras comunidades tradicionais, devem ser consideradas suas especificidades culturais, direitos históricos, constitucionais e reconhecidos por convenções internacionais.

A Comissão Especial deixa claro que a ausência de título legal da propriedade, assim como formalização do vínculo empregatício não devem ser usados como critério para excluir grupos do reconhecimento como atingido. E deve-se considerar a dimensão temporal dos impactos.

Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros, poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido. Deverá ser considerada a dimensão temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Isto implicará em considerar impactos que se fazem sentir em diferentes momentos do ciclo do projeto, desde o início do planejamento. (CDDPH, 2010, p.14).

Tendo apresentado, ainda que de forma sucinta, quem deve ser considerado atingido, daremos continuidade a nossa pesquisa, no estudo dos impactos causados pela construção de duas barragens no estado de Minas Gerais.

### **3.1.1 PCH de Fumaça**

Neste momento iremos analisar a história, os impactos e a resistência da construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Fumaça. A maior parte dos dados aqui utilizados



foram coletados durante a pesquisa “Os impactos da instalação da PCH de Fumaça na região de Mariana e a resistência do MAB”<sup>18</sup>. Para realizar essa pesquisa foi feita uma entrevista, utilizando o método da história de vida e no decorrer da nossa explanação aparecerão trechos do relato de uma militante do MAB<sup>19</sup>. É importante destacar que os nomes que aparecem no depoimento são fictícios e a identidade do entrevistado reservada. Além da história de vida, analisaremos também documentos e relatórios que nos possibilitarão uma melhor compreensão da situação.

Para subsidiar a produção de alumínio na indústria da cidade de Ouro Preto, no final dos anos 90, a empresa Alcan, atual Novelis, começou a investir na construção da Pequena Central Hidrelétrica de Fumaça.

Onde eu morava, né! Eu nasci e cresci nesse local. Hoje é uma área de preservação da empresa, né, da Novelis. É o meu pai morou nesse lugar 45 anos, então nós tivemos a minha infância toda lá, dentro, aí. Aos meus vinte e cinco anos, né. É, aos meus vinte e três anos eu conheci o José. Quando foi ali em 94, né, eu já tive o meu primeiro menino, que é o Paulo, também nesse local. Quando foi em 96 eu tive a Sara. Os meus meninos também foi criado nesse local onde que nós morava. E até hoje eles gostam demais de lá. E eu também gosto, é tanto que eu saí de lá e não voltei lá mais. E quando foi ali em 97, 98, e sempre o povo falando que ia ter construção de barragem, e quando foi ali em 97, quando o José chegou com três homens na nossa casa, eles falava que era funcionário da Vale, mas eles fazia as pergunta "quem é o seu vizinho?", "quem...quem é o seu vizinho mais próximo?", né, pra mapear o local. E quando foi ali em 98, né, eles já começaram a fazer as pesquisas deles. A empresa mudou a nossa vida. Porque antes nós tinha uma vida muito boa, muito tranquila, onde que, né, nós, irmão com irmão, eu era de.., nós somos nove irmãos, né, nós conversava, nós sentava, nós contava caso, né, e só que eu vejo assim: desde quando a empresa começou a fazer a pesquisa, ela passou a colocar as famílias. Eu fico, né eu mesma, como exemplo, as famílias, uma contra a outra. Porque o José fazia parte do Movimento dos Atingido por Barragem e eu que ficava em casa, né, trabalhando, na roça, tomando conta das duas crianças, e eu morava na casa do meu pai. E eu não entendia muito bem essa questão do movimento, a questão de direito, quando a pessoa é atingida. E o Claudiano sempre falava pra mim: "Óia, Maria, é... o meu pai é um ex-funcionário da CHESP, né, lá em Pernambuco, as famílias que foram atingidas, quem foi prum reassentamento, hoje ela tem uma vida melhor, e quem é atingido por barragem é assim, dinheiro nenhum não vai cumprir a perca que tem, não cobre, Maria, o que cobre é um reassentamento". Mas eu não dava muita importância, não, e o José desde 96, né, ele já tava no Movimento dos Atingidos por Barragens, mas o José, já, já tinha essa noção, ele já tinha vivido antes. (Entrevistado 1)

No ano de 1999, aconteceu uma audiência pública com a empresa e os possíveis atingidos pela construção da PCH de Fumaça.

<sup>18</sup> Lembrando que essa pesquisa se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso, realizada por nós no ano de 2013.

<sup>19</sup> A história de vida foi realizada apenas com uma militante, suas falas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. A entrevista foi realizada em Fevereiro de 2013.

Aí, tá. A empresa vem fazendo as pesquisas, e quando foi ali, dia dois de agosto de 99, teve a audiência Pública, e foi quando eu participei dessa Audiência Pública. Quando eu cheguei na Audiência Pública uma das coisa que deu pra mim ver, que aí caiu a minha ficha, foi quando a empresa, né, ela falava que a nossas terras, é... não era agricultável, né, que a nossas terra era ruim, é... que era só 8 mulheres que tinha horta, e era mentira, que daqui de Miguel Rodrigues até Mainart, tinha casa que tinha duas horta. E a empresa mentiu que era só 8 mulheres, né, e falava que, é... que era menas pessoas que plantava amendoim, não era todas as famílias que plantava roça na margem do rio. E todas as famílias, né, é... trabalhava na beira do rio, desde plantando roça, ou então, sendo diarista, sendo meeiro ou diarista, era extrativistas, né, que era os areiros, que era os garimpeiro, que era aqueles que tiravam areia, aqueles que trabalhava um dia sim, um dia não prum, pra um proprietário diferenciado. E... aonde a empresa, ela desvalorizava a região. E só que, ao passar a Audiência Pública, a empresa ganha, né, a licença prévia, depois ela ganha a licença de instalação. (ENTREVISTADO 1).

A Resolução nº344 da ANEEL, de 30 de Agosto de 2000, autorizou a Alcan Alumínio do Brasil Ltda. a estabelecer-se como Autoprodutor de Energia Elétrica, mediante o aproveitamento do potencial hidráulico denominado PCH Fumaça, localizado no Rio Gualaxo do Sul, no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

O artigo 3º dessa Resolução traz as obrigações da Empresa Alcan no inciso 5, quer seja,

V - efetivar todas as aquisições, desapropriações ou instituir servidões administrativas em terrenos e benfeitorias necessárias à realização das obras da PCH e dos projetos ambientais, inclusive reassentamentos da população atingida, se houver, assumindo os custos correspondentes, devendo efetuar, também, todas as indenizações devidas por danos decorrentes das obras e serviços causados a terceiros, cujos direitos ficam ressalvados nesta Autorização. (RESOLUÇÃO ANEEL nº 344, 30 de Agosto de 2000).

O artigo 4º desta mesma resolução reza sobre os direitos da empresa e seu inciso III diz que:

III - promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, de acordo com o art. 10 da Lei nº 9.074, de 1995, necessárias ou úteis à construção e posterior operação da PCH e suas instalações de transmissão de interesse restrito, arcando com o ônus das indenizações correspondentes. (RESOLUÇÃO ANEEL nº344, 30 de Agosto de 2000)

De acordo com o Entrevistado 1,

o pessoal do Movimento dos Atingidos por Barragem tinha um grupo, né, que trabalhava junto, trabalhando, ajudando a defender a causa dos trabalhador desde 98. E foi quando em 2001 eu entrei no movimento dos Atingidos por Barragem, pra ajudar a defender a nossa causa, né, dos trabalhador. E foi ali em 2000, em 2001, que eu vi a empresa chegar e, pros proprietário, né, vou citar meu pai como um exemplo, você apresentar meeiro, ou diarista, a indenização sai do seu bolso, então

os proprietário não pode, já que as suas terras são ruim, num - e olha, construção de barragem é muito bom, vai trazer emprego pra todo mundo, é, vocês vão ficar muito bem de vida, aqui vai ser uma área de lazer, não vai mexer com as pessoas - e só o que nós vimos, de 2001, né, até aqui, é que mexeu com a vida de todos nós. É o vizinho que nós gostava tanto, que nós morava pertinho, hoje nós já mora distante, né, um do outro, é, as pessoas que nós convivia junto, hoje uns já mora em Mariana, outros já foram pra lugar mais longe, né, pra outras comunidade mais longe, mas essa indenização também, né, da empresa, que foi uma indenização que ela num recompensou, não, o, a perca que o nosso povo... (ENTREVISTADO 1)

No dia 11 de abril de 2001, o MAB faz uma ocupação na sede da Alcan em Ouro Preto. Como resultado dessa ocupação a empresa reconhece mais atingidos, no entanto, esse reconhecimento ainda era de uma minoria. Como resultado dessa ocupação, a empresa, que antes reconhecia apenas 20 meeiros, passou a reconhecer 75. Todos eles deveriam ser indenizados com o valor de seis mil reais ou reassentados em terras da região. Contudo, a empresa pressionava os atingidos a escolherem a indenização e não o reassentamento, desobrigando a empresa da compra de terras, uma vez que a indenização custava bem menos aos seus cofres. Neste sentido, sua tarefa logrou êxito, pois apenas dois atingidos optaram pelo reassentamento, tendo estes sofrido represália por parte da empresa, conforme depoimento abaixo:

E nós optamos prum reassentamento aonde que ela passou a ameaçar, né, ela passou a me ameaçar com polícia, na saída da nossa porta, da nossa casa, onde ela colocava polícia, na secretaria onde eu estudava que é Barro Branco. Funcionário da empresa que trabalhava na obra dela me seguiu eu e o José duas vezes, né, os próprios trabalhador, as próprias colegas minhas de escola mesmo me ameaçava. (ENTREVISTADO 1)

No dia 15 de outubro de 2001, a Resolução nº 423 da ANEEL declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra necessárias à implantação da PCH Fumaça, em favor da Alcan. O Artigo 3º dessa resolução define que a Alcan fica autorizada a promover com recursos próprios, de forma amigável ou judicialmente a desapropriação. As terras que seriam desapropriadas seriam compradas pela empresa, e ela determinaria preços de acordo com os seus critérios, como demonstra outro fragmento do relato.

Eu lembro que em 2001, ela falou com os proprietários, ela colocou três tipos de, ela classificou a questão da terra, né: rebaixada, era terra boa, que é a classe A, a segunda, que é mais alta um pouquinho, é a classe C, e a classe mais alta é a B. E aqui nós vende, porteira fechada, nós não usa classificar a questão da terra. E é aonde também que ela, a indenização dos proprietários, ela lesou os proprietários na questão da classificação de terra. (ENTREVISTADO 1)

No dia 29 de outubro de 2001, o movimento dos atingidos por barragens faz uma ocupação no canteiro de obras, a fim de garantir indenizações justas para todos os atingidos. E mesmo com a resolução de autorização da construção, na qual constava que todos os atingidos deveriam ser indenizados, a empresa alegou que apenas os proprietários tinham direito a essa indenização.

Eu lembro muito bem, que a empresa em 2001, na primeira ocupação, né, que nós tivemos, dia 29 de outubro de 2001, do canteiro de obra, ela já dava por encerrado as negociações. E nós tivemos 329 famílias, onde que o próprio diretor, né, Marcos Antônio Palmiere, na época da Novelis, reconheceu que tinha erros na negociação. E, e, em 2002, ela colocou um documento falando que a, ao construir a barragem, ao enchimento da barragem, ia cobrir um potencial muito grande de "pedra de sabão" onde que o pessoal faz..., era artesão, né, e era vários tipos que nós tinha na região, e, e hoje acabou tudo, né! E aonde os nossos diaristas, né, que nós tem aí, em torno de 300 diaristas, esses diaristas que nós tinha aqui, os nossos companheiros que, eles também, era pessoas que tinha o permanente ou não tinha o permanente. As indenizações foi muito baixa, mas a empresa ainda falava pra nós, que não existia indenização. Porque a indenização era só do proprietário, né, que nós do Movimento dos Atingidos por Barragem, nós tava mentindo! (ENTREVISTADO 1)

Em 2002, novamente o MAB ocupa, por oito dias, o canteiro de obras da PCH de Fumaça. No entanto, eles perceberam que não iriam conseguir negociar com a empresa, pois, à época, a empresa negociava apenas com as associações. No início era uma única associação, a AMABAF, Associação dos Moradores Atingidos pela Barragem de Fumaça, mas aconteceu uma divisão nessa associação, pois algumas pessoas estavam querendo se juntar à empresa e negociar separadamente, ou seja, aconteceu a cooptação de alguns atingidos, o que provocou essa divisão. Em seguida, foi criada outra associação, a AABF – Associação dos Atingidos pela Barragem de Fumaça, formada pelos militantes do MAB, uma vez que o movimento não é reconhecido para negociar em nome dos atingidos. Sendo assim, a AABF solicitou uma negociação com a empresa através de uma mediação. A AABF, que procurou a Presidente da Câmara de Infraestrutura do Conselho Estadual de Política Ambiental (CIF/COPAM), foi responsável por fazer a mediação das reuniões com a Alcan. Essas reuniões aconteceram no período de 18/10/2002 a 03/04/2003. As seis primeiras reuniões aconteceram apenas com a AABF. A AMABAF passou a participar das reuniões a partir do dia 04/12/2002, mas as reuniões aconteceram separadamente com cada associação. Os critérios adotados foram os mesmos, as conquistas de uma associação eram repassadas a outra. Também foi definido como objeto da mediação os atingidos trabalhadores que não haviam sido considerados e, por isso, não havia acontecido negociações. As categorias delimitadas foram: trabalhadores

permanentes, diaristas, artesãos de pedra sabão – que ainda não haviam negociado, garimpeiros, ainda pendentes, casos especiais de meeiros e proprietários.

As negociações seguiram a seguinte metodologia: foi feita a mediação com a avaliação de toda a documentação disponível, foram feitas gravações e inspeções de campo pela mediadora, tomando-se testemunhos dos interessados. Sendo que

Buscou a mediação estabelecer como elementos norteadores da condução do processo a busca pela recomposição da renda familiar, agregando-se na definição do valor da indenização dois componentes: o primeiro, de caráter mitigador, e o segundo de caráter compensatório. (RELATÓRIO DE NEGOCIAÇÃO, 2003)

Como foi dito anteriormente, a negociação se deu por categorias, e cada delas tinha critérios específicos. Começaremos a análise com os diaristas. Inicialmente, a empresa havia reconhecido um número próximo a 300 diaristas, mas com a negociação, as associações levaram o nome de mais de 200 diaristas, que ainda não haviam sido reconhecidos.

E sorte que lá nós dividimos as categorias, pra tá negociando. E uma delas, né, foi os diarista, e na hora do critério. Porque nós trabalhador nós não sabia o que era critério. A empresa derrubou nós na questão do critério. Porque quando nós colocamos, que nós colocava o quanto (...) o trabalhador ele tinha 90 dias trabalhado ao ano e o diarista, se ele tinha 90 dia ao ano trabalhado, ele tem direito num reassentamento. A empresa ia e reduzia o dia do trabalho, do trabalhador. Se ele tinha 90 ela diminuía pra 45, então pra 25 dia o ano trabalhado. E a empresa, ela sabia e sabe o que que é um critério e nós trabalhador, na época, nós não sabia. (ENTREVISTADO 1)

Devido aos critérios usados, foram definidos os valores das indenizações, sendo o valor mínimo R\$ 238,83 e o valor máximo R\$ 2.880,00. Os critérios levavam em consideração o tempo de trabalho e a jornada de trabalho por hectare/ano. Foram reconhecidos 426 diaristas e outros 128 não foram reconhecidos e não receberam indenizações.

E mesmo assim fez também com a questão dos diaristas, na hora do critério, nós lançamo o critério, a empresa derrubou os dias trabalhado dos trabalhador, na onde que as indenização foi muito pouca. Né, os trabalhador aí, trabalhador que trabalhou a vida toda em fazenda, né, 20, 30 ano recebeu 238 reais, ou 750 reais, pra viver pra vida toda?! (ENTREVISTADO 1)

Alguns dos diaristas preferiam optar por terra no lugar da indenização, mas a empresa entendia que eles não tinham direito à terra, já que eles trabalhavam em terras de outros e os dias de trabalho não justificam o reassentamento.

Mas só que muitas famílias que optou de ir pra terra a empresa falava que não tinha direito porque tinha poucos dias trabalhado, mas não, nosso povo nasceu e se criou na beira d'água e ficou, e teve uma indenização muito pouca, e eles optaram pra ir pruma terra, só que a empresa não deixou eles chegar até essa terra que eles queria dar continuidade de tá ficando nela, trabalhando, né. E vai, indeniza a maioria, em torno de 300 diarista, 238 reais. (Entrevistado 1)

Na categoria dos trabalhadores que faziam extração de grama e areia, 27 atingidos foram reconhecidos e devido aos critérios, os valores das indenizações variaram entre R\$ 700 e R\$ 9.000 reais. Além dessas indenizações, foi acordado que a empresa ficaria responsável por fazer depósitos de areia para a comunidade, o que não aconteceu.

Pode ir nas outras comunidades que nós trabalhamos que é Barro Branco, Mainart, Magalhães, que é, a empresa, ela tinha um acordo, que ela ia fazer depósito de areia, pro nosso povo, que nós tirava antes areia de graça no rio, e hoje pra nós construir nós tem que comprar areia. Ela não fez esse depósito. (ENTREVISTADO 1)

Os garimpeiros não eram reconhecidos, a ALCAN (Novelis) alegava impedimento legal para o reconhecimento, no entanto, depois de uma manifestação favorável da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAN, ao reconhecimento dos garimpeiros, estes entraram para a negociação. O valor da indenização variou entre R\$ 1.800,00 e R\$ 7.200,00 e foram reconhecidos 79 garimpeiros.

Os trabalhadores artesãos de pedra sabão, com a negociação também conseguiram ser indenizados. Os valores foram de R\$ 3.888,00 e R\$ 5.520,00. Foram 14 indenizados financeiramente. Outros 12 artesãos optaram por receber como indenização a recomposição da pedra sabão, como também de tornos, o que também nunca aconteceu.

Na negociação que nós fizemos, a empresa tinha que colocar pedras pros artesão dar continuidade pra trabalhar, ela não colocou. Ela deu curso de artesão pro nosso pessoal e falou que ia assentar um torno pra 20 artesão, a empresa não assentou esse torno. O pessoal ficou a se desejar. (Entrevistado 1).

Em relação aos trabalhadores permanentes, a Alcan havia apresentado oito nomes. As associações levaram para a negociação nomes de mais 12 trabalhadores. A indenização para esses trabalhadores foi no valor de R\$8.240,00. Sete proprietários de terras foram indenizados com reassentamento.

Com os meeiros, a empresa já havia reconhecido 75 atingidos, dos quais 73 optaram por ressarcimento financeiro, como já exposto anteriormente. A partir dessa negociação com um mediador, alguns manifestaram vontade de ir para um reassentamento. Através de uma conversa com a mediadora e com a apresentação de justificativa, dez atingidos foram

contemplados com o reassentamento. Além desses, e com a negociação, mais 22 meeiros foram reconhecidos, dos quais oito optaram pelo reassentamento. Por fim, 97 meeiros foram reconhecidos, dos quais 20 foram para um reassentamento, e os outros receberam um valor de R\$ 6.000,00.

Para uma melhor visualização do resultado da negociação, montamos a seguinte tabela:

Tabela 3: Resultado da Negociação – Barragem de Fumaça

Antes da Negociação		Depois da Negociação	
CATEGORIAS	Quantidade	Quantidade	Valores
Diaristas	300	426	R\$238,83 à R\$2.880,00
Meeiros	75	97	R\$6.000,00 ou Reasentamento
Extratores de Areia	0	27	R\$700,00 à R\$9.000,00
Garimpeiros	0	79	R\$1.800,00 à R\$7.200,00
Trabalhadores Permanentes	8	20	R\$ 8.240,00
Artesãos de Pedra Sabão	0	26	R\$3.888,00 á R\$5.520,00
Proprietários de Terra	7	7	Reasentamento

Tabela 3 – Resultados da Negociação

É importante dizer que o reassentamento não significa que o dano causado foi totalmente pago, uma vez que foi violado o direito de liberdade da pessoa, de ficar onde ela deseja.

Aí só o que eu vi assim, mesmo nós que viemos prum reassentamento depois de muita luta, a gente tem, eu vejo que eu tenho saudade da onde que eu morava, você imagina os meus filhos. Até hoje eles fala pra mim: "Óia mãe, se nós tivesse aonde nós morava antes nós tava muito mais feliz do que aqui". (ENTREVISTADO 1)

As terras onde seriam feitos os reassentamentos deveriam estar em condição de plantio, e a empresa deveria auxiliar os reassentados até a primeira safra.

Deverão ser asseguradas, pela Alcan, condições de plantio nas novas terras. mínimos para fazer frente à exploração econômica das áreas. De qualquer forma a Alcan se compromete a entregar as terras em condições de plantio no Assim, os projetos de reassentamento deverão contemplar as exigências estruturais para a primeira safra, bem como definir os equipamentos comunitários primeiro ano, assim como fornecerá as sementes para a primeira safra. (RELATÓRIO DE NEGOCIAÇÃO, 2003).

Como foi dito, para a empresa conseguir a Licença de Operação (L.O) os atingidos deveriam ser reassentados e, então, deu-se início à negociação das terras para o reassentamento. O proprietário da terra estava pedindo um valor que a empresa considerava muito alto e, por este motivo, a empresa conseguiu que as terras fossem desapropriadas. Os

trabalhadores das terras que foram desapropriadas não receberam nenhum tipo de indenização, mesmo que a desapropriação tenha ocorrido pelo motivo da construção da barragem, uma vez que os reassentados iriam para lá. Na redação do relatório referente à resolução da Aneel nº159, de 7 de abril de 2003, fala-se a respeito da negociação das terras para o reassentamento:

5. Em 19 de março de 2003, a ALCAN Alumínio do Brasil Ltda. enviou Ofício s/nº, solicitando a desapropriação de terras indicadas para o reassentamento coletivo da população atingida pela construção da PCH Fumaça. Neste documento, ficou registrado que a empresa tentou promover de forma amigável a negociação, mas houve divergência quanto ao valor estipulado das terras a serem desapropriadas.

6. Quando da Concessão da Licença de Instalação para a referida usina, a FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente e o COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental determinaram, através de uma condicionante específica, que as categorias de não-proprietários atingidos pelo empreendimento, poderiam optar, como forma de compensação, pela indenização monetária ou pelo reassentamento em áreas por eles escolhidas, e que, por conseguinte, deveriam ser adquiridas pela ALCAN.

7. O processo de escolha da área do reassentamento foi feito em consenso com a SEMAD - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Minas Gerais, os atingidos e a ALCAN. Atualmente o empreendedor está em fase de obtenção da Licença de Operação - LO, com previsão para a data de 11 de abril próximo, sendo necessária a posse da terra para o reassentamento para a emissão da mesma. (RELATÓRIO DA RESOLUÇÃO nº159, 7 de abril de 2003)

Nas negociações também foi definido a respeito da documentação das terras:

O reassentado terá a posse definitiva da terra se após três (3) anos, fizer prova de efetiva ocupação e de residência no local; até esta data haverá um contrato de comodato assinado entre ALCAN e assentado, caso não escolham os atingidos a doação do reassentamento ao INCRS, quando as regras serão as daquele órgão. (RELATÓRIO DE NEGOCIAÇÃO, 2003)

Contudo, até a presente data, a entrega dos documentos ainda não foi feita.

Mas só aí, já 8 anos e nós não tem o documento da terra, então nós perde, nós não somos sindicalizados, né, nós não somos reconhecidos pelo INCRA, nós perde, né, de tá pegando empréstimo, nós tem direito a nada disso. E a empresa ainda fala que mudou a nossa vida. Mas ela não mudou a nossa vida pra melhor, ao contrário, ela mudou pra pior, porque a partir do momento que a empresa, ao construir a barragem não indenizou o nosso pessoal, o nosso povo e nós da forma que era pra ser indenizado. (ENTREVISTADO 1).

É importante deixar claro, que nessa negociação não foi tratado a respeito das casas danificadas pela construção da barragem. Várias casas, em distritos diferentes, ficaram com rachaduras provocadas por abalos causados pelos grandes caminhões.

Esses foram os resultados das negociações realizadas entre o período de 18/10/2002 e 03/04/2003. Depois desse período, as negociações foram encerradas e vários atingidos



ficaram sem indenização, como é caso dos trabalhadores das terras que foram desapropriadas para o reassentamento e também dos artesãos de pedra sabão, ou foram indenizados injustamente com valores irrisórios.

É, uma das coisa que eu admiro muito, que eu vejo ainda muito, né na (...), nós que tamos atingido por barragem, nós tinha terra e nós tinha onde trabalhar, onde nós morar, e dava pra nós sobreviver pro resto da nossa vida, né. Nós viemos prum reassentamento é porque a empresa, né, que ela falava que nós não tinha direito em indenização, depois que nós do Movimento dos Atingidos por Barragem, que mobilizamos, optamos prum reassentamento, hoje ela faz de tudo pra, pra poder divulgar pra fora que é, tem esse reassentamento, que é o Reassentamento 29 de Outubro, o Reassentamento Guanhões e que nós optamos pra ir prum reassentamento, mas que nós não queremos morar nesse lugar, mas é mentira. Nós quer morar nesse lugar, mas só que ela não tá dando condições pra nós viver aqui dentro. Que a partir do momento que a empresa ela oculta do trabalhador o documento pra ela num, pra ela não ter direito, ser nem sindicalizada, nem reconhecida pelo INCRA, ela viola o direito nosso, onde nós já tamo na violação dos direito, né, de Fumaça, aonde que a empresa, ela violou nosso, a informação, ao nosso ir, o nosso voltar. E isso é coisa séria e continua ainda, a empresa fazendo a mesma coisa. É, 2010 quando o pessoal dos direitos humanos veio constata que teve essa violação, não é até 2010, nós tamo aqui em 2013 e tá continuando. (ENTREVISTADO 1)

Após conhecimento de denúncias do MAB em relação à violação de direitos, provocada pela construção das hidrelétricas, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDP) montou uma comissão especial para acompanhar o processo dessas violações, que compreende desde o planejamento até a operação da barragem. Essa comissão especial foi montada em 15 de agosto de 2006 e tinha como objetivo, além de acompanhar as denúncias feitas, elaborar recomendações gerais para interromper, reparar e prevenir violações dos direitos, de modo geral, em barragens em construção ou em operação. Sendo assim, a Comissão recebeu a incumbência de acompanhar as denúncias, apresentar sugestões e propostas a respeito da prevenção, avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação das barragens, assim como a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas por barragens. A comissão especial selecionou sete barragens para acompanhar, a saber: Tucuruí (Pará), Acauã (Paraíba), Cana Brava (Goiás), Aimorés (Minas Gerais/Espírito Santo), Emboque (Minas Gerais), Fumaça (Minas Gerais) e Foz do Chapecó (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Para a comissão, ser atingido significa ter o reconhecimento de direitos. A comissão especial define atingido não apenas os proprietários, mas todos que de alguma maneira têm algum tipo de perda.

A comissão esteve presente nos locais atingidos pela PCH de Fumaça nos dias 30 e 31 de agosto de 2006. Foram realizadas reuniões, audiências públicas e visitas às propriedades atingidas. O grupo também se reuniu com a empresa Novelis e chegou à conclusão de que

foram oito os direitos violados com a implantação da PCH de Fumaça: direito à liberdade de reunião, associação e expressão; direito à livre negociação e tratamento isonômico; Direito à plena reparação de perdas e direito ao trabalho; direitos culturais; direito à moradia adequada; direito a um ambiente saudável e à saúde; direito ao devido processo legal ambiental; direito de ir e vir, descritos a seguir.

- **Direito à liberdade de reunião, associação e expressão:** “na medida em que policiais constrangeram mobilizações dos atingidos no canteiro de obras e por terem reprimido protesto pacífico realizado em Ouro Preto.” (CDDPH, 2010, p.89).
- **Direito à livre negociação e tratamento isonômico:** “na medida em que, no início do processo de implantação do projeto, a Empresa, através de preposto, constrangeu a população atingida a aceitar os termos de negociação apresentados pela mesma.” (CDDPH, 2010, p.89).

É, em 2001 ela colocava polícia na saída da nossa casa, né, carro sem placa, ela colocava policial, na, na sala, na secretaria da escola, né, pra poder tá perseguindo. Hoje nós sabe que a empresa ela tá mapeando, né, os trabalhador rural, quando eles quer, ter os direito deles justo, ela quer só desvalorizar. (ENTREVISTADO 1).

- **Direito à plena reparação de perdas e direito ao trabalho:** “na medida em que não houve a plena reparação das perdas infligidas a meeiros, areeiros, garimpeiros, artesãos, diaristas e proprietários.” (CDDPH, 2010, p.89).

Hoje nós tem ainda na região, nós tem proprietário que não recebeu que a empresa não indenizou, nós tem meeiros, que também tão com perca até hoje, que a empresa não quis reconhecer e não quer reconhecer as pessoas que trabalhou na margem do rio. Aqui em Fumaça ainda nós tem pessoas assim. (ENTREVISTADO 1)

- **Direitos culturais:** “na medida em que foi colocada em risco a reprodução do patrimônio imaterial, representado pelo saber artesanal tradicional da região, em virtude da redução da produção de painéis de pedra sabão.” (CDDPH, 2010, p.89)

Nessa fazenda aqui também, nós tinha, nós tem em torno mais de 60 pessoas que trabalhava aqui, pais de família que trabalhava aqui dentro. Aqui dentro, mais, nós tem uma pedreira, aonde que tinha 7 pessoas que trabalhava nessa pedreira, tirava a sobrevivência e o restante era diarista ou meeiro. (Entrevistado)

- **Direito à moradia adequada:** “na medida em que no processo de implantação da barragem, ocorreram danos não reparados às casas mais próximas ao canteiro de obras e

no reassentamento, foram oferecidas casas cujo padrão não era adequado ao tamanho das famílias.” (CDDPH, 2010, p.89)

- **Direito a um ambiente saudável e à saúde:** “na medida em que ocorreu degradação das condições sanitárias e de atendimento à saúde, tanto mais que a ETE implantada é inadequada e o posto de saúde jamais operou.” (CDDPH, 2010, p.89).
- **Direito ao devido processo legal ambiental:** “na medida em que se verificou descompasso entre o cronograma das obras e o cronograma dos projetos sociais e ambientais.” (CDDPH, 2010, p.89).
- **Direito de ir e vir:** “na medida em que ocorreu a perda de acessos e o alongamento de distâncias em função da obra.” (CDDPH, 2010, p.89).

E muda aquela questão, que antes, aonde nós morava, nós tinha um ponto de ônibus, nós andava, cinco minuto, dez minuto, nós tava no ponto de ônibus. Hoje, pra nós chegar num ponto de ônibus, nós tem que andar, 50 minuto, uma hora. Nós anda 4 km pra nós chegar hoje num ponto de ônibus, né. Pra nós ir até uma igreja hoje, nós anda aí, 4 km. (ENTREVISTADO)

Esses foram os direitos violados, detectados Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. No entanto, durante a realização dessa pesquisa, pudemos perceber que existem outros direitos violados que não foram citados por este Conselho. Um deles é o direito à educação, uma vez que os adolescente e jovens moradores dos reassentamentos, em período de chuvas, precisam andar 8Km à beira do lago, onde não há nenhum tipo de proteção, para irem e voltarem da escola. E a escola que crianças entre cinco e dez anos frequentavam foi fechada devido à construção da barragem e, hoje, essas crianças e seus pais encontram grandes dificuldades para chegarem a outra escola, que é a mais próxima da comunidade, precisando caminhar 14 Km.

Nós tamo com um problema seríssimo, nossos filhos, pra estudar, quando não tem ônibus, que tá chovendo, eles andam 8 km, porque 4 pra ir, 4 pra voltar. Nós tem mães aqui, que anda, de Miguel Rodrigues, o local onde que eles leva, que é o Emboque, elas anda em torno de 7 km pra ir, 7 pra voltar. E criança tudo de, que é do pré até o, a quarta série, né. São mães grávidas, ela tirou a escola de Miguel Rodrigues, que Miguel Rodrigues tinha uma escola da prefeitura, hoje não tem mais, né, é, deixou só uma escola do estado. (ENTREVISTADO)

A falta de segurança nas estradas por onde essas crianças passam, muitas vezes sozinhas, deve ser destacada.

As estradas que é muito ruim, né, que não tem, não tem segurança, né. E onde passa ônibus escolar, passa pedestre, num, num tem segurança, o acesso pra nós tá chegando até Miguel Rodrigues em torno do lago, a estrada que a empresa fez não tem segurança. (ENTREVISTADO)

Outro problema, decorrente da construção da PCH, está ligado ao tráfico de drogas. O índice de tráfico e consumo de drogas aumentou consideravelmente na região. Devido ao tráfico, os moradores já não se sentem seguros onde moram.

E, e assim, as benfeitorias que é pra fazer nas comunidades ela também não fez. Nós tão vendo que nós mães, nós tamo tendo só perca. Nós não tão tendo, até hoje, eu não vi nada de bom que a empresa trouxe aqui pra Fumaça, não. Ao contrário, ela trouxe desunião pras famílias, que a minha também tem. Eu cito a minha como exemplo mas tem outras, né. É, ela trouxe desassossego pra nós, ela não trouxe tranquilidade, desde a obra dela a questão da droga aqui em Fumaça foi muito forte. Antes dela entrar nós não tinha o índice de tanta droga aqui hoje, nós vê hoje nossos filho hoje tão atolado na droga. Eu cito eu como exemplo, e eu vejo as outras companheiras assim, eu ainda tenho coragem de conversar com meu filho e eu sei. Muitas e muitas mães nem sabem que os filhos delas usam droga. Mas eu lembro muito bem, antes da construção da barragem, se tinha, era muito bem escondido. Que nem eu não sabia o que era. Depois, ao construir a barragem, 2001 pra cá, o índice de droga aqui é muito forte, a gente vê assim, a questão da barragem. Vem pessoas de fora e tem alguém na, pescando, faz de conta que tá pescando, daí a pouco tá vendendo, entregando. Hoje nós tem medo da onde nós mora aqui, pra nós chegar até uma igreja de noite, porque aqui, o trânsito de pessoas estranhas, que a gente não conhece. (ENTREVISTADO)

O rompimento de vínculo entre os moradores das comunidades também foi um direito violado, conforme é possível perceber em outro trecho do relato:

E assim, hoje em Fumaça, quando nós sentamos e assim, quando a gente vai analisar o quanto de família, né, que, da nossa vivência, que nós convivia junto, que hoje nós, que nós via final de semana, ou então que nós via ali de quinze em quinze dias, hoje nós tem 2, 3, 5, 10 anos que nós não vê. Foram ficaram distante, ou nós, um num tem condições nem de ir na casa do outro pra poder visitar. (Entrevistado)

Além desses direitos violados, a construção da PCH de Fumaça causou violações da integridade humana.

E eu vi assim os meus menino, meus filhos, em 2001, 2002, eles teve, problema seríssimo na escola e até hoje. A minha menina, sempre escuta as indireta, né, porque: "A sua mãe fala que a empresa não presta, mas a empresa é boa sim, porque ela dá chocolate na escola pra nós. Mas elas não sabem que por trás disso, é o direito dos trabalhador que a empresa não quer pagar, não quer indenizar. Então o, o meu menino, o Thiago, ele tinha conflito dentro da sala de aula. A Sara já teve muito conflito dentro da sala de aula. E isso eu vejo assim, que é uma das perca que nós tivemos muito grande. Eu cito eu como exemplo, mas hoje eu sei que tem muito mais pessoas nas comunidades que tão vivendo isso também na pele. (ENTREVISTADO)

Um fato recorrente diz respeito às ameaças sofridas pelas pessoas que se organizam no movimento e tentam garantir seus direitos.

As ameaças continua e a empresa que tá ameaçando, a Novelis, né. Aonde que hoje, eu vejo assim, que meus filhos, ali em 2000, 2001, eles tinham uma preocupação comigo, com o pai deles, o meu pai hoje, ele tá com 89 anos, a preocupação que ele tem com nós, os meus irmãos, né, a preocupação que eles têm com nós, pede pra tá resguardando. Nós não vamos esconder a cara, eu jamais eu vou esconder a cara, eu não vou parar porque eu vejo assim, não é nós que tamo indo lá prejudicar a empresa, a empresa que veio até nós e prejudicou nós. Então a empresa, ela vai ter que, que arcar com as consequências que ela fez com nós, com os trabalhadores. (ENTREVISTADO)

Foram relatadas ameaças de morte, como também processos judiciais:

2001, né, 2002, nós tivemos várias ameaças de morte, é, vários processos, quando eu tive três processos, e, quando, três processos por uma pessoa, e a própria empresa também processou nós por duas vezes. Quando nós óia, os advogados são da empresa, né. E, e a empresa, ela não aparece a cara, seja a Alcan, seja a Novelis, ela não aparece a cara. (ENTREVISTADO)

Terminaremos essa seção utilizando-nos de uma fala que demonstra o que os atingidos pela PCH de Fumaça pensam em relação à empresa Novelis e à construção dessa barragem:

Mas se alguém perguntar se a minha vida melhorou depois da construção da barragem, não! Porque hoje eu vejo assim, a empresa, mesmo que ela construiu a barragem, ela não dá sossego pra nós. Ela fica aí, né, ela mostra pra sociedade que ela é boazinha, mas atrás dessa boazinha da empresa tem um grande vilão, né. A empresa ela é omissa, ela não paga a indenização certa, não deixa os trabalhador desenvolver. (ENTREVISTADO)

### **3.1.2 PCH de Cachoeira do Emboque**

Para analisarmos o caso específico da barragem da PCH de Emboque, utilizaremos como principal referência uma pesquisa realizada em 2007, que foi produto da dissertação da pesquisadora Nogueira, cujo o título é “Usina Hidrelétrica da Cachoeira do Emboque – MG: O significado da Barragem para os atingidos”. Para essa pesquisa a autora também utilizou-se de entrevistas com os atingidos, cerca de 32 famílias e assessores. Além dessa pesquisa,

utilizaremos também o Relatório Final da Comissão Especial formada e pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDP).

O processo de estudo para implementação da PCH da Cachoeira de Emboque, assim como a negociação com a população atingida, teve início em setembro de 1995, pela empreendedora Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina – CFCL, quando foi apresentado à FEAM os estudos feitos pela empresa. Neste período, o Conselho de Política Ambiental – COPAM liberou a Licença Prévia após analisar o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impactos Sociais. Mesmo sem a Licença Prévia e a de instalação, foi divulgado pela empresa que as obras se iniciariam em outubro de 1996. Somente após essa divulgação a Licença Prévia foi solicitada pela empresa, sem comunicar à população atingida sobre seu direito de requerer uma audiência pública, para questionar o empreendimento e discutir sobre as negociações. Mesmo antes de conseguir a licença prévia, a empresa iniciou o processo de negociação, já efetivando algumas negociações individuais.

Vale destacar que, no que se refere à Licença Prévia, ela representa apenas a primeira etapa do processo, como aponta Rezende (2003, p. 31 apud Nogueira, 2007, p.4):

De acordo com o artigo 19 do Decreto 99.274/90, o licenciamento ambiental se encontra dividido em três etapas: 1) Concessão ou não da Licença Prévia (LP), fase preliminar do projeto, onde será realizado o EIA e o RIMA que apontam a localização e impacto do empreendimento, bem como sua viabilidade ambiental. 2) Concessão de Licença e Instalação (LI), em que se elabora o Plano de Controle Ambiental (PCA), autorizando ou não a instalação do empreendimento. É nessa fase que ocorre a negociação com a população atingida pelo mesmo. 3) Concessão de licença de operação (LO), onde acontece a autorização da operação do empreendimento, após a realização de medidas mitigadoras e compensatórias e das condicionantes das etapas anteriores.

Ainda em 1995, um agente da Comissão da Pastoral da Terra realizou uma reunião, dando-se início à criação de uma comissão local para realizar as negociações com a empresa. Na oportunidade, foi estabelecido contato com o Núcleo de Assistência às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB)<sup>20</sup> e, na primeira reunião da Comissão, houve a presença de um atingido por uma barragem no norte de Minas Gérias, que relatou suas experiências, inclusive sobre as dificuldades encontradas para negociar com a empresa (NOGUEIRA, 2007).

---

<sup>20</sup> NACAB foi um projeto de extensão universitário da Universidade Feral de Viçosa – UFV que tem como objetivo prestar assessoria as comunidades atingidas por Barragens na região da Zona da Mata Mineira. Em 2001 ocorreu a criação de uma ONG que adotou o nome NACAB, e o projeto de extensão atualmente se nomeia PACAB – Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

Segundo a referida autora, nos momentos seguintes, a Comissão apresentou à comunidade as duas formas possíveis de negociação com a empresa, a saber, a forma coletiva, que foi a mais indicada, e a individual. A Comissão também sugeriu a estratégia de realizar uma Ação Civil Pública, já que a comunidade havia perdido o prazo de solicitar a Audiência Pública. No entanto, a empresa já havia negociado individualmente com os proprietários das maiores terras. Poucos atingidos optaram pela negociação em conjunto, o que ocasionou um trabalho de base realizado pela Igreja, pelo NACAB e pelo MAB, com o objetivo de levar informações aos atingidos sobre os impactos negativos que a construção da barragem poderia lhes causar e, mais uma vez, reforçaram as formas de negociação que lhes são de direito. Contudo, mesmo depois desse trabalho de base, a população não se encontrava mobilizada para uma ação coletiva, provavelmente devido à falta de informações precisas sobre o empreendimento, seus diretos, e, ainda, devido aos conflitos locais, que se acirraram nesse momento de incerteza. Sendo assim, as negociações foram realizadas de forma individual, como havia sido proposto pela empresa, que ofereceu aquisição de terras, realocação de benfeitorias e permutas. Sobre a negociação individual Vainer afirma, que

embora pareça irracional do ponto de vista organizacional, tal opção tem objetivos claros: impedir, ou dificultar a discussão e organização coletivas. Para a empresa, a população não existe enquanto coletividade/comunidade, mas apenas como um somatório de proprietários individuais. (VAINER, 2000, p. 21 apud NOGUEIRA, 2007, p. 32).

Com a construção da barragem, 94 famílias foram atingidas diretamente, dentre as quais 28 foram deslocadas para outras áreas rurais e urbanas e 66 famílias permaneceram no local, ainda que realocadas.

Essas famílias, ao serem entrevistadas por Nogueira (2007) aproximadamente dez anos após a concretização das obras, disseram que não acreditavam que a barragem seria construída, pois já eram feitas pesquisas no local há mais de 30 anos, mas até então não havia se efetivado. Apenas em 1995, com as negociações e compra de algumas propriedades pela CFLCL, a população concluiu a inevitabilidade da hidrelétrica. Um dos representantes do MAB regional observa o seguinte:

A barragem de Emboque iniciou sua operação em 1998; eu ainda não estava em Granada. Mas desde a discussão e implantação da barragem de emboque a gente participava, juntamente com o pessoal do NACAB. Fomos lá diversas vezes discutir com o povo. Mas grande parte tinha resistência ao trabalho de convencimento que a empresa havia feito durante mais de 20 anos (NOGUEIRA, 2007, p. 42. Depoimento retirado de entrevista com o representante do MAB, realizada para sua pesquisa em dezembro de 2006).

A autora aponta que a empresa utilizou como estratégia a compra das melhores terras, antes mesmo das licenças serem liberadas, como forma de desarticulação da comunidade, pois a CFLCL, logo em seguida à compra de tais terras, instalou seu canteiro de obras para demonstrar à população que o empreendimento era concreto e irremediável. Segundo depoimento do representante local de umas das comunidades atingidas, a compra dessas terras intimidou a comunidade, demonstrando que, como comprou terras de um grande proprietário, poderia comprar dos menores também. Além disso, segundo os atingidos, os mesmos inferiram que já havia sido liberado pelo governo a construção da barragem, não podendo, nesse momento, a população tentar impedir ou criticar o empreendimento.

O depoimento de um dos atingidos acusa representantes da empresa de chagarem com a notícia da compra das terras e os pressionarem a vendê-las rapidamente, não oferecendo tempo necessário para pensar sobre a questão e buscarem informações sobre seus direitos.

Ah, primeiro falaro que nós ia ter emprego, casa nova, ai eu fiquei animado, achei que ia arresover minha vida. Mas depois começou um tal de Paulo ir nas casa das pessoa, pressionar e forçar a negociar, tratava mal a gente, dizia que ia mandar alagar tudo com nós aqui. Ai nós começou a percebê que o negócio era outro, tava ficando feio (...) Ah como sempre cada um quer uma coisa. Eu queria o que era meu, não queria sair e deixar minhas coisa. Mas falaro que iam alagaar e que se eu não assinasse o papel não ia receber nada no final. Acabei aceitando o que eles disseram que eu tinha que ganhar, não deu pra nada, fiquei na pior, o dinheiro durou poucos meses. (Informante proprietário, 57 anos) (NOGUEIRA, 2007, p. 43)

É necessário refletir melhor sobre essa situação, que chega a ser até mesmo constrangedora para o atingido, como um dos reflexos da negociação individual. Falando sobre essa negociação, um dos assessores que pertencia ao NACAB diz que a empresa já estava presente no local realizando um trabalho de aproximação e convencimento com a comunidade, o que tornou mais fácil convencê-los da negociação individual, caracterizando, assim, esse tipo de negociação uma estratégia da empresa. Em uma fala o assessor diz, que

qualquer negociação coletiva é difícil e envolve uma mudança de consciência dos indivíduos para saber que ela é melhor do que individual. Quando a assessoria chegou a comunidade a empresa já estava lá há algum tempo. Ela fez laços com as pessoas o que dificultou a organização do povo. Também não havia muita estrutura para a assessoria dos atingidos ficar em campo o tempo necessário para organizar uma luta coletiva. Já a empresa ficava na comunidade todo dia e isso fez diferença (...) Como disse faltou uma maior consciência coletiva sem contar com o fato que a empresa incentivava todo dia a negociação individual. Esse é um problema não só de Emboque mas de todos os licenciamentos ambientais de hidrelétricas que pude acompanhar em 9 anos. (NOGUEIRA, 2007, p.44-45. Entrevista realizada para sua pesquisa em dezembro de 2006).



Foi constatado na pesquisa de Nogueira (2007), que poucas informações foram enviadas pela empresa à população que seria atingida e os atingidos não possuíam informações em relação às indenizações, à venda ou à permuta de terras. Outro ponto levantado pela autora é que havia um grupo de atingidos que confiava na idoneidade da empresa. Os atingidos argumentaram que a empresa os convenceu disso, pois foi dito a eles que a mesma construiria outras barragens e, por isso, deveriam realizar boas negociações com o atual empreendimento, pois este serviria de exemplo para as futuras barragens que pretendiam construir na região. E, por se encontrarem desarticulados, preferiram seguir as orientações da empresa, que os instruiu à negociação individual, alegando que a forma coletiva acabaria prejudicando as famílias, pois cada caso seria diferente do outro. Todos esses fatores influenciaram na organização da comunidade, onde muitos atingidos deixaram de ir às reuniões com a comissão, acreditando que, negociando diretamente com a empresa, seriam mais bem recompensados que na negociação coletiva.

Por outro lado, os atingidos que não eram proprietários, como os meeiros e diaristas, por exemplo, em sua maioria acreditaram não possuir direitos diante da construção da barragem e conformaram-se até em sair do local. Outra limitação observada, para a organização da comunidade, se refere à indiferença que os atingidos tinham em relação à possibilidade ou não de mudança, aludindo conformismo diante de sua posição social, muitas vezes desvantajosa. Outra situação verificada por Nogueira (2007) em sua pesquisa foi a cooptação de representantes dos atingidos na comissão que havia sido montada pela empresa, negociando individualmente com estes. Todos esses fatores influenciaram para o fim da comissão e a organização coletiva. Um dos mediadores, que era agente da CPT, comenta sobre essa dificuldade na organização coletiva da seguinte forma.

Em todos os lugares onde acompanhávamos comunidades atingidas por barragens, incentivávamos a criação de uma comissão de representantes dos atingidos. Ela teria função de ser um canal de contato e mobilização da comunidade e de representação nos momentos de negociação dos seus interesses. Recordo-me que tivemos dificuldades de compor essa comissão, pois os atingidos não se dispunham a participar. Procurávamos incluir na sua composição representantes de diferentes comunidades ou áreas atingidas para facilitar a comunicação e mobilização. Creio que só alguns jovens da casa onde realizávamos a reunião apresentaram maior interesse, pois muitos acreditavam que o melhor caminho era uma negociação individual. Percebiam a venda de suas terras como um negócio qualquer e que competia a cada um tratar dos seus interesses individualmente. Em uma das viagens a região, nos surpreendeu o fato de sermos parados por um outro carro, na estrada, pois, achando que éramos da Cataguases, queriam já negociar suas terras. Essa postura determinou muito das dificuldades de organização dos atingidos de Emboque e todas as tentativas de negociação coletiva. (NOGUEIRA, 2007, p. 47. Entrevista realizada para sua pesquisa em dezembro de 2006).

Tendo sido concretizadas as negociações individuais, muitos atingidos manifestam em suas falas a questão do medo da população em relação ao poder político e econômico da empresa, medo de que as ameaças feitas por ela, de alagar a região com as famílias dentro, se concretizassem. Outros atingidos reclamam da insistência da empresa que os desgastava. Um dos atingidos, deficiente visual, disse o seguinte em relação a negociação.

A gente queria melhorar um pouco. Eles dariam 4 mil reais (R\$4.000,00) pelas áreas atingidas ou nada. Se não quiser pode ir no Fórum buscar que vocês não vão ganhar quase nada. Foi muita pressão. O resto daqui pra cima tocado pra lá. Colocaram luz na casa em troca do terreno perdido. Eles insistem demais fazendo raiva na gente igual furunco na gente. Falaram até que eu tava com depressão só pra me mandar para a cidade. Mas eu não quis porque sou deficiente visual e ia acabar entrando em casa errada e levar porretada. Já sabia que a gente ia ficar prejudicado (Informante posseiro, 68 anos) (NOGUEIRA, 2007, p. 49-50).

A pesquisadora relata que esse atingido, que é deficiente visual e sua irmã, também é deficiente visual, não receberam indenização, tendo que construir outra casa com ajuda de campanhas solidárias realizada à época pelo padre local. A casa original dos irmãos havia ficado na beira do lago e a empresa descartou os perigos que isso apresentava, assim, como os direitos desses atingidos, os irmãos relataram à pesquisadora que por diversas vezes caíram na represa devido à deficiência, que os impedia de ver a proximidade da água com a casa.

Outro relato apresentado por Nogueira diz respeito ao suicídio de um dos atingidos. Esse fato, acontecido no quintal de casa, teria causado uma tensão extrema entre os outros atingidos. Segundo ela, essa situação parece ter criado um grande pesar na população e todos os parentes relataram sobre o assunto nas entrevistas.

Tinha muito parente e amigo aqui perto. Agora acabou tudo, até perdi um irmão por causa da barragem, ele se enforcou no quintal de casa porque se arrependeu do negócio que fez com a empresa. (Informante proprietário, 66 anos) (NOGUEIRA, 2007, p. 51)

Em função desses acontecimentos, em setembro de 1997, foi realizada uma reunião com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada por um deputado estadual, com a Câmara dos Vereadores de Raul Soares e a comunidade do Emboque. O objetivo dessa reunião era denunciar a empresa em relação à sonegação de informações sobre a obras, intimidações da empreendedora sobre a comunidade, morosidade na indenizações, cooptação dos representantes da comissão, manipulação de documentos de uma atingida analfabeta, impedimento pela empresa com o uso da força policial da população

se reunir para pedir informações sobre a obra, intimidação dos atingidos que não queriam negociar, utilizando o Decreto Federal, que prevê a desapropriação e negociação em Juízo<sup>21</sup> (NOGUEIRA, 2007, p. 52).

Assim, como aconteceu em Fumaça, os atingidos pela PCH de Emboque, que foram realocados e permaneceram na região, foram obrigados a construir suas casas no alto de morros, onde, como já foi informado anteriormente, a terra não possui fertilidade comparável com as terras próximas ao rio, além de não serem próprias para a cultura de arroz, que era presente em várias propriedades atingidas. Outras culturas também foram prejudicadas como milho, feijão, café e cana de açúcar, além dos pomares, presentes em quase todas as propriedades. Sendo assim, mais uma vez fica caracterizada a alteração do meio de vida dos atingidos, devido à construção da barragem, causando consequências, inclusive na economia da região.

O brejo que a gente tinha foi atingido, pagaram menos. Antes produzia muito arroz agora tem que comprar no supermercado. Era meeiro também e tive a propriedade atingida. A vida piorou porque agora tem que comprar tudo no mercado, tem que ir na cidade ou ir na venda em granada para comprar. (Informante proprietário, 52 anos).

Antes eu tinha feijão, feijão e pomar para tirar as frutas para as crianças e pra gente comer. Agora compro as coisas no mercado, tem que ir na cidade ou na venda em granada para comprar. (Informante proprietário, 52 anos) (NOGUEIRA, 2007, p. 61).

Nogueira (2007) aponta que essa mudança na economia transformou a realidade das famílias e a aposentadoria se tornou uma possibilidade de sobrevivência delas. Já outras famílias tiveram que optar pelo trabalho temporário assalariado, pelo trabalho à meia ou trabalhos autônomos, Esses trabalhadores afirmam ter perdido as condições de produtores rurais e não possuem outras alternativas econômicas.

Importante questão levantada pela autora diz respeito ao acesso à cidade de Raul Soares, que é referência para essa população no que se refere a serviços como educação, assistência médica, supermercados. Com a construção da barragem, a estrada sem pavimentação aumentou em média 15Km, o que dificulta a ida a cidade, já que relativa parte da comunidade faz o uso de charrete como meio de transporte.

Os atingidos desabafam dizendo que, com a construção da barragem, até as formas de lazer que eles tinham acabaram. A maioria se refere a uma cachoeira, onde, aos finais de semana, a comunidade se encontrava para nadar, pescar entre outras atividades.

---

<sup>21</sup> A Pesquisadora Nogueira (2007) não informou o resultado ou consequências dessa reunião.

Ah antes era bão por demais, reunia todo mundo, ia domingo pescar n cachoeira, tomar banho, jogar bola... agora não tem mais nada, tem um campinho pequeno que o pessoal joga bola, mas a gente não pode nadar na represa, é suja e tem doença e a água é parada não tem graça. (Informante proprietária, 63 anos) (NOGUEIRA, 2007, p. 65)

Mais uma semelhança no que diz respeito às alterações no estilo de vida dos atingidos da PCH da Cachoeira do Emboque com a PCH de Fumaça, está relacionada à percepção que os atingidos têm quanto à “chegada da droga” na comunidade, com a construção da barragem. Isso é percebido na seguinte fala.

Agora Granada está perigosa porque gente estranha veio de fora para trabalhar na barragem e ficou ruim. Colocaram um bar perto da represa e o pessoal fica bebendo, usando droga, é cada coisa que a gente vê por aqui. (Informante proprietário, 67 anos) (NOGUEIRA, 2007, p.650)

Nogueira (2007) termina sua análise destacando o efeito psicoemocional que as modificações impostas pela construção da barragem provocaram nos atingidos. É lamentável a mudança territorial do local, como a perda da cachoeira, das árvores, da estrada em que caminhavam todos os dias. Lamenta-se também as mudanças que foram obrigados a fazer nas relações de trabalho. O distanciamento de parentes e amigos também foi muito sentido pelos atingidos.

As reunião aqui era boa. Juntava todo mundo fazia festa, era casamento, festa junina, nós reunia pra tudo, até pra tomar café na casa do vizinho era bom, agente se encontrava sempre pra tudo, até pra proseá um pôco. (Informante proprietária, 47 anos) (NOGUEIRA, 2007, p. 67).

A PCH de Cachoeira de Emboque foi vendida para a empresa BRASCAN Energética Ltda., e, desde 2009, a Empresa Brookfield é responsável pela PCH.

Na PCH de Cachoeira de Emboque também foi analisada a violação de direitos pela Comissão Especial formada e pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDP), assim como aconteceu na PCH de Fumaça. A visita da Comissão especial ocorreu entre os dias 29 e 31 de agosto de 2007. A comissão realizou reuniões, audiência pública e visitas às propriedades atingidas e ao local de reassentamento da Rua São Geraldo. A Comissão se reuniu com o MAB e o NACAB, com a empresa Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina, com a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável –SEMAD, em Belo Horizonte, e chegaram à conclusão de que houve violação dos seguintes direitos Humanos, listados a seguir:

– **Direito à informação e direito à participação:**

Na medida em que não houve uma divulgação do empreendimento de forma a esclarecer os potenciais atingidos a respeito dos seus direitos no âmbito do processo. Em relação aos moradores da Rua São José que reclamam por realocação, faltaram informações quanto à mudança no regime hídrico do Rio Matipó, após a construção da barragem e quanto ao Plano de Uso do Entorno do Reservatório (CDDPH, 2010, p.82).

– **Direito à liberdade de negociação:**

Na medida em que o uso desproporcional da força policial constitui constrangimento e, no processo de implantação do projeto, a Empresa constrangeu a população atingida a aceitar os termos da indenização impostos pela mesma (CDDPH, 2010, p.82).

– **Direito à plena reparação de perdas e direito ao trabalho:** “na medida em que não houve a plena reparação das perdas infligidas aos filhos da terra, meeiros e proprietários” (CDDPH, 2010, p.82).

– **Direito a tratamento isonômico e negociação coletiva dos parâmetros de reparação:** “na medida em que se utilizou um processo individualizado para a reparação, sem a prévia definição de critérios e parâmetros coletivamente acordados;”

– **Direito à moradia adequada:**

na medida em que no reassentamento da Rua São Geraldo, foram oferecidas casas cujo padrão era inadequado para o desenvolvimento de atividades tradicionais da região como o cultivo de hortas; da mesma forma, não houve prévia discussão em relação ao desenho das moradias. Quanto aos moradores da Rua São José, a subtração de áreas dos quintais impede o desenvolvimento de atividades como o cultivo de hortas; e a mudança no regime hídrico do rio Matipó gerou grande insegurança entre os moradores; (CDDPH, 2010, p.82) .

– **Direito a um ambiente saudável e à saúde:** “na medida em que ocorreu degradação das condições sanitárias”.

– **Direito de ir e vir:** “na medida em que ocorreu a perda de acessos e o alongamento de distâncias em função da obra.”

Em 2013, iniciou-se o Diagnóstico Socioeconômico e Participativo das Comunidades Atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos João Camilo Pena (PCH Emboque) e Túlio Cordeiro (PCH Granada). O diagnóstico é fruto de um processo de negociação entre a Associação Comunitária dos Agricultores Familiares Atingidos pelas Barragens de Granada e Emboque (ACOMABAGEM), a empresa Brookfield Energia Renovável e o Ministério Público e tem por objetivo diagnosticar problemas e características dos modos de vida, antes e depois dos empreendimentos, além de sugerir um plano de ações nas áreas social, cultural, ambiental e econômica, visando uma melhor qualidade de vida às famílias atingidas. O diagnóstico se encontra em fase conclusiva para apresentação a ambas as partes envolvidas.

Como foi demonstrado neste subitem, a construção da PCH de Cachoeira de Emboque, causou impactos e várias violações de direitos, que afetaram os atingidos de forma que alguns afirmam que lá, hoje, é um lugar que dá para viver, mas que não gostam.

Conheço a represa por baixo tudo, consigo me lembrar e imaginar tudo o que a água acabou. Perco o sono de noite lembrando de tudo. Hoje dá para viver, não gosto daqui mas tenho que me acostumar. Se for contar a história as suas folhas são poucas... (Informante proprietário, 48 anos) (NOGUEIRA, 2007, p. 70)

### **3.2 Práxis Política do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.**

Percorremos um longo caminho para chegarmos a este ponto, que é o da discussão do nosso objeto de pesquisa, embora todas as discussões feitas até o momento contribuirão para uma análise coerente com a realidade desse grupo. Para discutir a práxis política de um movimento, é preciso ter claro o que é a política, a sua ontologia, qual o seu papel no domínio de classes na história da humanidade, e, ao mesmo tempo, como ela também se torna um instrumento fundamental na organização da classe trabalhadora para acabar com esse domínio. Construímos essa compreensão ao longo do primeiro capítulo. O segundo capítulo nos permite entender o contexto histórico, político e social que criaram as necessidades da organização dos atingidos por barragens em um movimento. Pontuamos também sobre a contraditória relação dos atingidos com as empresas e o Estado e conseguimos, dessa forma, identificar quem são os atingidos por barragens, que, obviamente, são pessoas pertencentes à classe trabalhadora, pequenos trabalhadores rurais, que devido à formação sócio-histórica do país já eram marginalizados perante o grande latifúndio, e como foi observado no início desse

capítulo, a construção de barragens os colocou ainda mais à margem. Acreditamos que, tendo percorrido todo esse caminho, temos elementos suficientes para entendermos de fato a práxis política desse movimento, e nos referimos à categoria práxis em seu sentido mais amplo, no seu sentido marxista de transformação, nesse caso da práxis política, uma transformação que se dá na relação entre os sujeitos onde o homem atua sobre si mesmo.

A categoria de práxis permite aprender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações matérias e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um mundo social, humano enfim, em que a espécie humana se converte interinamente em gênero humano. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser criativo e autoprodutivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que se fez e se faz. (Netto, 2008, p.44).

### **3.2.1 Métodos e técnicas adotados para a pesquisa**

Este trabalho consistiu, inicialmente, numa pesquisa bibliográfica sobre as categorias que deram luz ao surgimento do MAB. Este material divulgado pelo próprio movimento foi de grande importância para analisar as condições sócio-históricas e político-econômicas que permitiram a organização do movimento, os pressupostos ideológicos, a formação da militância, as estratégias de luta e suas principais reivindicações.

Na etapa seguinte, utilizamos os dados que foram coletados durante a pesquisa “A formação ideopolítica dos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens: emancipação humana ou emancipação política?”. Para a coleta de dados necessários à pesquisa mencionada, foram feitas visitas periódicas ao MAB, para estabelecer contatos e definir o público-alvo da pesquisa e aplicar o pré-teste com o roteiro já elaborado anteriormente. O objetivo do pré-teste foi verificar a compreensão das perguntas por parte dos entrevistados e se estas contemplavam as questões levantadas durante o processo de construção do projeto. Estabelecer este contato com a base do Movimento era fundamental para ganhar a confiança dos entrevistados. Vale destacar que a base do MAB é formada por aqueles que participam de suas ações, sendo constituída por ex-moradores das áreas de barragens, trabalhadores rurais e urbanos que perderam suas casas e seu trabalho. Portanto, a compreensão deles sobre o conceito de classe, construído nos processos de formação dos

grupos de base e se este processo está sendo compreendido pelos diferentes estratos do movimento, era elemento fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Outro objetivo era entender se a luta defendida pelo movimento ultrapassa os interesses imediatos da sobrevivência e qual o conceito que seus membros têm de emancipação humana.

Para realizar as entrevistas foi utilizado um gravador, pois, nas diversas visitas e participações nos encontros do MAB, constatou-se que a militância é formada, majoritariamente, por pessoas semianalfabetas, o que dificultava a aplicação de um questionário ou formulário. De outro lado, a utilização de entrevistas gravadas garantiu a fidelidade das respostas, enriquecendo o trabalho, uma vez que os entrevistados puderam falar sobre sua história de vida e lutas, não ficando limitados a uma pergunta fechada.

Devido ao grande número de atingidos militantes do movimento, optou-se por uma amostra de 50 entrevistados, todos maiores de 18 anos e pertencentes aos grupos de base da Regional do MAB da Zona da Mata, cuja secretaria se localiza na cidade de Ponte Nova. A amostra utilizada é composta de vinte militantes atingidos pela PCH Emboque, da empresa Brookfield, nas cidades de Raul Soares e Abre Campo e 30 militantes atingidos pela PCH de Fumaça que pertence à empresa Novelis, nas cidades de Mariana e Diogo de Vasconcelos. A escolha destas barragens não foi aleatória, mas por ser próximo à região de Mariana, o que facilitou a pesquisa, haja vista as visitas periódicas que foram feitas. Em seguida foram feitas a tabulação e análise dos dados. A transcrição das entrevistas, através da sistematização das falas dos militantes permitindo um enriquecimento do material colhido.

Para o nosso atual estudo, utilizaremos apenas a sistematização dessas entrevistas (que foram publicadas no relatório final da pesquisa), como dados empíricos para a análise da práxis política do MAB.

### **3.2.2 Analisando a práxis política do MAB**

O Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB, surge como forma de resistência ao modelo imposto e de luta pela garantia de direitos. Como vimos anteriormente, na década de 1970 se intensifica a construção de usinas hidrelétricas no Brasil, para atender às necessidades das indústrias que aqui se instalaram. O milagre econômico, promovido durante a ditadura, não se concretizou para a classe trabalhadora. A entrada do capital estrangeiro no



campo provocou uma maior concentração de terras e a valorização do agronegócio e, no que diz respeito a isso, juntamente com os investimentos no setor hidrelétrico, milhares de famílias foram expulsas de suas terras. Consequentemente, acontece o inchaço dos centros urbanos, dando visibilidades, dessa forma, às expressões da questão social. Quanto a isso, cabe refletir sobre as considerações de Macedo e Oliveira (2012).

Durante esse período, aconteceu uma crise energética a nível mundial, decorrente da grande crise do petróleo. A falta de petróleo fez com que os países procurassem outras maneiras de produzir energia. No Brasil, aconteceram estudos sobre o potencial hidrelétrico do país e posteriormente traçou-se um mapeamento detalhado das possíveis construções das usinas hidrelétricas. O Estado foi financiador da construção das hidrelétricas, uma vez que grandes empresas eletrointensivas estavam se instalando no país e precisavam de infraestrutura, especialmente energia elétrica. Logo, iniciou-se a construção de grandes usinas em várias regiões do país, no entanto, não havia uma proposta de indenização adequada às famílias ribeirinhas. Como consequência, vimos a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas.

Esses impactos, causados em nome do desenvolvimento e do lucro, criou um clima de insatisfação entre os atingidos e, desta forma, surgiram vários focos de resistência nos lugares em que as obras estavam sendo construídas. Essa passagem inicial da formação do Movimento nos faz lembrar a passagem do Manifesto do Partido Comunista, quando Marx e Engels (2008, p.19) dizem que “a burguesia não forjou apenas as armas que a levarão a morte; produziu também os homens que usarão essas armas: os trabalhadores modernos, os proletariados”. Seguindo essa linha de raciocínio, poderíamos dizer que o novo modelo energético capitalista brasileiro não forjou apenas as armas que o levarão à morte, produziu também os homens que usarão essas armas: os trabalhadores atingidos organizados. Claro, não podemos afirmar que isso acontecerá, não temos dados empíricos suficientes para isso, mas é uma possibilidade colocada como veremos adiante.

Os principais focos de resistência e luta nesse período, segundo publicações do MAB, foram em Tucuruí, no estado do Pará, no Norte, Itaipu (Binacional com o Paraguai), no Sul, Sobradinho e Itaparica, no Nordeste. Mais adiante serão formados focos de resistência em Itá e Machadinho, também na região Sul. Esses focos formaram as chamadas Comissões de Atingidos, como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, CRAB, na região Sul, a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí, CAHTU e a CRABI, Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu. Todas essas comissões recebiam de outras

organizações como ONGs, segmentos da Igreja Católica. Principalmente as CEBs - Comunidades Eclesiais de Base e Sindicatos.

Tinham como principal reivindicação a indenização justa, no entanto, com o avanço da organização dos atingidos, o debate girou em torno da permanência na terra. E, dessa forma, passaram a reivindicar que queriam ser ressarcidos com terra, como mostra o trecho a seguir.

Logo adiante as famílias avançaram no debate da indenização no sentido de que tinham o direito de continuar na terra, sendo agricultores, produzindo seu próprio alimento. Ou seja, a indenização não poderia ser qualquer coisa, deveria garantir a permanência na terra. Por isso a principal bandeira de reivindicação passou a ser TERRA POR TERRA. (HISTÓRIA DO MAB. Acessado em 10 de Agosto de 2015).

Em nível regional, o processo de organização das comissões proporcionou o desencadeamento de várias lutas e também de conquistas importantes para os atingidos. Uma dessas conquistas de referência foi a da UHE de Itá, em 1987, quando as famílias conquistaram um acordo que se referia à construção de assentamentos coletivos. Através das lutas, as conquistas foram acontecendo, mas a forma de indenização variou nas regiões de acordo com o enfrentamento travado entre os atingidos e as empresas construtoras.

Essas experiências regionais desencadearam em uma articulação e no ano de 1989, na cidade de Goiânia, aconteceu o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens. Neste encontro estiveram presentes atingidos de todo o país. Neste encontro, realizaram um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos de todo o país e foi então decidido que era preciso constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. Essa organização se tornou uma importante ferramenta na luta dos atingidos e ganhou mais poder de disputa.

Também neste encontro, foi aprovada, pelos atingidos, uma pauta e um plano de lutas nacionais, que continham os seguintes pontos: Elaboração de uma nova política para o setor elétrico, de forma que a classe trabalhadora pudesse participar da elaboração; resolução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas hidroelétricas construídas; cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias; fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico; reforma agrária, já sob o controle dos trabalhadores; demarcação das terras indígenas; demarcação das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

Nacionalmente, essa organização foi importante para impulsionar as organizações de atingidos em outros locais<sup>22</sup>.

Dois anos depois, em 1991, realizou-se o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil, e era neste momento que essa organização deveria se tornar um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando ações contra as barragens, tendo como referência as realidades locais, à luz dos princípios deliberados no encontro. Dessa forma, o dia 14 de março foi instituído como o Dia Nacional de Luta contra as Barragens.

A luta contra as barragens se intensificou na compreensão de que o problema central está no modelo energético e nossa palavra de ordem passou a ser TERRA SIM, BARRAGEM NÃO! A luta pelo direito a ter terra, casa, vida digna continuou com a compreensão de que era possível ter dignidade sem necessitar construir as barragens. (HISTÓRIA DO MAB. Acessado em 10 de Agosto de 2015)

Cabe, neste momento, fazer uma consideração, pois, no Brasil, durante o período que antecedeu a criação do MAB, começaram a se formar organizações que foram denominadas “Novos Movimentos Sociais”, chamados assim por se diferenciarem dos movimentos de organizações clássicas da classe trabalhadora que seriam Partido e Sindicatos, analisados no primeiro capítulo. Não entendemos que o MAB seja um “novo movimento social”, Montaño e Duriguetto observam da seguinte forma:

Primeiramente, não compactuamos com as interpretações de que os sujeitos coletivos que lutam na contemporaneidade contra a dominação e a exploração capitalista ou contra seu sistema cultural sejam “novos sujeitos” ou “novos atores” sociais. É comumente enfatizado que os chamados “Novos Movimentos Sociais” existentes no continente são os constituídos pelos sem-terra, negros, pelas mulheres, pelos índios, pelos movimentos por direitos humanos entre outros, numa clara tentativa de secundarizar ou descartar a noção de classe social pela noção das identidades culturais, étnicas, raciais etc., noções e interpretações bem caras às formulações acionistas e pós-modernas (ou culturalistas). (MONTAÑO, DURIGUETO, 2010, p. 342).

Temos clareza que os movimentos sociais, ao reivindicarem igualdade de direitos, igualdade de gênero, de raça, de liberdade, apresentam limites. O primeiro deles é que as intervenções de alguns desses movimentos não colocam em questão o sistema capitalista e as condições imediatas da sua condição, o que limita o seu alcance político pois não é realizado conjuntamente com a luta do proletariado. Outro limite é a particularidade das demandas, o que favorece práticas focalizadas e fragmentadas.

Neste sentido, o grande desafio está colocado para o projeto revolucionário das organizações clássicas das classes trabalhadoras, que é estabelecer vínculos e conexões com

---

<sup>22</sup> HISTÓRIA DO MAB. Acessado em 10 de agosto de 2015.

essas diferentes lutas e reivindicações, vinculando-as com o movimento dos trabalhadores e incorporando-as em um quadro mais abrangente e classista (MONTAÑO e DURIGUETO, 2010).

Ressaltando que essas novas formas de organização e luta é o reflexo dos novos centros de conflitos e expressão da contradição capital/trabalho, as quais estão sendo enfrentadas de várias maneiras. Os objetivos imediatos dessas lutas tentam responder às novas formas de dominação e exploração da classe capitalista e esses “novos movimentos” são formados pelos mesmos sujeitos que sofrem essa exploração: os trabalhadores. O MAB é um movimento que, em suas publicações, afirma lutar contra o sistema capitalista, e observamos nas pautas de luta do Primeiro Encontro Nacional, em 1989, a articulação com luta geral da classe trabalhadora.

Na década de 1990, o Brasil passou pelo intenso processo do neoliberalismo, e aconteceu uma onda de privatizações e, como foi visto, a energia elétrica também foi privatizada, sendo entregue ao capital estrangeiro. Assim, as lutas do MAB passaram a ser mais intensas e difíceis, uma vez que grandes empresas do setor energético, mineradoras e grandes bancos passaram a ser donas das barragens. A palavra de ordem do movimento passa a ser: “Águas para a vida, não para a morte!”. “...Trazia todo um significado em relação a defesa do meio ambiente e a forma como a natureza é utilizada para enriquecimento de alguns poucos em detrimento da maioria” (HISTÓRIA DO MAB. Acessado em 10 de Agosto de 2015).

O MAB serviu como exemplo para organização de atingidos em outros países e em 1997, em Curitiba, no Paraná, aconteceu o I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, com a participação de 20 países da África, da América, da Ásia e da Europa. Nesse encontro, foram discutidas políticas energéticas contra as barragens, a luta contra as barragens em escala nacional, formas de defesa de direitos, além do compartilhamento de experiências e conquistas. Como fruto desse Encontro temos a Declaração de Curitiba, que unifica as lutas internacionais e institui o dia 14 de Março como o dia Internacional de Luta contra as Barragens. Outro fruto dessa articulação mundial foi a criação da Comissão Mundial de Barragens, na Suíça, ainda em 1997. Essa comissão era ligada ao Banco Mundial, com representantes dos Movimentos dos Atingidos e ONGs. O objetivo central do grupo foi levantar e propor soluções para os problemas causados pelos construtores, em nível mundial, propondo alternativas. A comissão apresentou um relatório final, apontando esses problemas e indicando um novo modelo para tomada de decisões.

Em 1999, em Minas Gerais, o MAB realizou o IV Congresso Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, quando é reafirmado o compromisso do MAB de lutar contra o modelo capitalista neoliberal, tendo vistas para um Projeto Popular que incluía um novo modelo energético para o Brasil. O MAB se define como

(...) um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. Somos um movimento popular, reivindicatório e político. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo e nossa luta se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e à vida. (QUEM SOMOS. Acessado em 10 de Agosto de 2015).

Em 2003, aconteceu o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens em Brasília, oportunidade em que foi reafirmado que a luta popular é o único instrumento capaz de obter conquistas concretas para o povo. Esse encontro apresenta características novas e diferenciadas dos congressos, são reunidos nos Encontros Nacionais lideranças locais e os grupos de base do MAB, essa mudança significou um aumento de 10 vezes, o público dos Encontros em relação aos Congressos.

Em 2004, foi realizada pelo MAB a Marcha Nacional Águas pela Vida, com cerca de 600 militantes, que caminharam de Goiânia a Brasília, exigindo do Governo Federal o cumprimento dos Direitos dos Atingidos.

Em 2006, no II Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em Curitiba (PR), os 1200 atingidos presentes, reafirmaram o caráter nacional do MAB, a importância das especificidades regionais e seu caráter popular, sindical e político. Houve também a mudança da palavra de ordem, agora “Água e Energias não são mercadorias!”

Compreendemos que a água e a energia são bens essenciais para a vida das pessoas e para a sociedade, e por isso devem ser um bem público, onde todos tenham acesso com qualidade. Não pode ser privatizada nas mãos de multinacionais que tem como único interesse aumentar seus lucros. (HISTÓRIA DO MAB. Acessado em 10 de Agosto de 2015).

Em 2009, o Presidente Lula reconheceu que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com os atingidos por barragens e afirmou que não terminaria seu mandato sem resolver esses problemas, no entanto como sabemos, os problemas não foram resolvidos.

O debate sobre gênero e as violações de direitos das mulheres também perpassam a história do MAB. Em 2011, foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens. Estiveram presentes cerca de 500 mulheres e, segundo o

Movimento, esse encontro permitiu que elas saíssem fortalecidas para se engajarem na organização.

Atualmente, o MAB tem como uma das pautas de luta a aprovação do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens - PNAB<sup>23</sup>. O objetivo do movimento é garantir em lei os direitos dos Atingidos. Segundo o MAB, essa política representa um instrumento de luta, será um parâmetro a ser seguido por todas as empresas, na construção de qualquer barragem em território nacional. Além disso, a política traria a definição de Atingido por Barragem que ainda se encontra em aberto.

A coordenação do MAB, segundo ZEM (2007), fortalece sua coesão interna através de intensiva programação de estudos e debates teóricos sobre a sociedade e o modelo energético, que costumam ocupar até 2/3 do tempo de suas reuniões deliberativas. Além da coordenação do MAB se fortalecer, vários grupos de trabalhos são disseminados a nível nacional, que são encarregados pelo processo de formação, organização e lutas, finanças, educação entre outros. O coletivo de Educação em 2005 foi responsável para alfabetização de seis mil jovens e adultos atingidos por barragens. Através desse coletivo são firmados convênios entre o MAB e entidades de educação, que propiciam a entrada de atingidos por barragens em cursos técnicos, de graduação e especialização, o que conseqüentemente melhora a qualificação dos militantes.

O MAB demonstra aprendizado com as experiências de luta que passou até então. No início tinha uma percepção de luta em busca de direito dos atingidos, o que levou a luta contra a construção de barragens, o que fez com o MAB de posicionar por modelo energético alternativo. No entanto, esse processo de luta passou a demonstrar sinais de esgotamento, já que a resistência às novas barragens necessita de uma luta popular prolongada, o que é difícil ser mantida por movimentos sociais ao longo de décadas. E a luta pelos direitos sofre quase uma estagnação, pois mesmo depois de anos de luta, ocupações e marchas vários atingidos permanecem na miséria, enquanto as represas estão em funcionamento. A isso soma-se o recuo das lutas populares no Brasil, a partir do Governo Lula, o que isola as organizações que permanecem em luta. E é diante desse contexto que o MAB realiza estudos e discussões internas para compreender seus limites e a necessidade de dar conta efetivamente da realidade contemporânea.

Através dos estudos, o MAB entende que não importa como a energia é gerada, uma vez que ela está nas mãos de empresas privadas, como exemplo podemos citar o biodiesel,

---

<sup>23</sup> O projeto na íntegra se encontra nos Anexos.

que é uma fonte energética limpa, mas, uma vez produzida em latifúndios do agronegócio, irá trazer efeitos drásticos sobre o meio ambiente e os trabalhadores. Desta mesma forma, acontece com outros meios de geração de energia que sempre trará impactos ambientais e para os trabalhadores se estiverem sob o poder privado. Além disso, foi percebido pelo movimento, que mesmo depois das várias conquistas pontuais, a luta dos atingidos até então tem sido insuficiente para realizar mudanças estruturais no modelo energético. Depois desse reconhecimento de limites o MAB traça uma mudança na estratégia e tática na luta contra as barragens, se passa a questionar o modelo energético sobre o controle privado das fontes e dos meios de produção de eletricidade.

Desse modo, o MAB busca colocar-se frontalmente contra o modelo capitalista, sustentado na propriedade privada dos meios de produção. Sabe que sua força é limitada para isso, para tanto, acredita na necessidade de envolvimento de toda a classe trabalhadora neste processo. (ZEN, 2007, p. 86-87)

Uma das táticas utilizadas pelo MAB, é a luta para baixar o preço da luz, já que grande parte da população dispõe de um valor cada vez maior de sua renda para pagar a conta de luz. Um estudo apresentado pela Agência Internacional de Energia apontou que o preço da Energia Elétrica no Brasil é a décima mais cara do mundo. Mais cara que em países que geram energia termelétrica através de petróleo por exemplo, sendo que no Brasil 83% da energia elétrica gerada provêm das usinas hidrelétricas, e a explicação para esse fato está na privatização.

Segundo especialistas no assunto como o Prof. Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ e ex-presidente da Eletrobrás), a disparidade de preços verificadas entre o Brasil, que utiliza água –um recurso gratuito e renovável – e países que possuem matriz energética baseada em termelétricas movidas a petróleo ou gás por exemplo, explica-se pelo processo de privatização que transmitiu poder político aos novos proprietários privados do setor elétrico, sobre agência elétrica, instituindo um regime de exploração dos consumidores que tem penalizado especialmente os mais pobres. (ZEN, 2007, p. 87)

Neste sentido, Zen aponta que a tática do MAB vem sendo desenvolvida na tentativa de limitar as possibilidades do capital de duas formas: a primeira é através da resistência a construção de barragens e a na imposição de direitos, que quando respeitados geram custos às obras; a segunda forma está relacionada à venda da energia elétrica, mobilizando amplos setores da classe trabalhadora, especialmente na cidade, afim de diminuir o preço da luz e isentar das tarifas até uma determinada faixa de consumo, que representa a parcela mais pobre da população.

Hoje, o MAB se encontra organizado em dezesseis estados brasileiros, que são RS, SC, PR, SP, MT, MG, BA, PE, PB, CE, PI, GO, TO, MA, PA e RO.

O MAB se organiza regionalmente em grupos de base, que é considerada a parte essencial do movimento. “É seu alicerce, sua força e seu povo organizado. É a porta de entrada que acolhes e escolhe as pessoas que querem lutar por seus direitos.” (ORGANIZAÇÃO, acessado em 10 de Agosto de 2015). Nesses grupos estão todas as pessoas que foram atingidas pela barragem de maneira direta ou indireta e que estão dispostas a se organizar e lutar junto ao movimento. Segundo a MAB participam dos grupos de base não apenas as famílias que possuem terra nas comunidades, participam também aqueles que de alguma forma dependem economicamente da comunidade atingida ou do próprio rio para viver podemos classificar esses atingidos como os arrendatários, os posseiros, meeiros, pescadores, parceiros, entre outros.

Os grupos de base representam para o MAB um método de organização, que proporciona a multiplicação das informações e resistência ao modelo capitalista. A formação dos militantes do MAB é feita dentro desses grupos de base, onde “a organização do MAB serve para reunir (juntar os oprimidos); para esclarecer (clarear a mente); para despertar (alertar as pessoas); e para, através da nossa força, lutar pelo que queremos” (ORGANIZAÇÃO. Acessado em 10 de Agosto de 2015).

Os grupos de base permite que o movimento se organiza regionalmente, com pautas locais, tendo uma luta específica de acordo com a barragem que enfrenta.

O MAB no nível local mantém diversas formas de organização, de acordo com as realidades regionais. Nas jornadas de lutas nacionais, são as regiões que definem suas ações de acordo com suas possibilidades. A unificação dá-se nos símbolos, na bandeira, na forma de mobilização, nas ações conjuntas e articuladas, na construção de um projeto comum, de pautas nacionais discutidas nos grupos de base, nos encontros, espaços de formação e diferentes níveis de coordenação. Agora para os seus integrantes e grupos sociais que se relaciona, já não há mais o MAB Nacional e organizações locais, há só o MAB. (ZEN, 2007, p. 77)

Zen (2007) considera a organização do MAB, diferenciada da organização sindical tradicional, que é característica da organização dos trabalhadores até então. O MAB não está institucionalizado, portanto não possui estatutos ou registros nos cartórios, não é composta por sócios ou filiados. O reconhecimento deste movimento perante o Estado e a sociedade são estabelecidos de acordo com a quantidade de pessoas que estão mobilizadas e envolvidas em suas atividades. Para o autor, estas características refletem em uma cultura política que valoriza as lutas locais e concretas em detrimento de grandes máquinas burocráticas, sendo



que a prática e o discurso de valorização das lutas locais são sempre acionados numa perspectiva de renovação constante e das estratégias de ação.

Analisando ainda a prática organizativa do MAB, Zen (2007) considera que o movimento que surgiu na época do avanço da reestruturação produtiva e do neoliberalismo no Brasil, não se limitou aos problemas que atingiam o movimento sindical e de esquerda, mas se fortaleceu nos anos seguintes ao surgimento, justamente quando acontece o auge da crise que se abate sobre o conjunto de trabalhadores no Brasil. O autor faz essas considerações levando em conta que o MAB recusa características de organização do sindicato e da esquerda em geral por considerar que há acomodação às estruturas, o deslocamento das direções em relação à base, a ação parlamentar, a prioridade dada às eleições, as negociações prévias em detrimento das lutas de massa, o excesso de hierarquia, burocratização de sua ação, a institucionalização em excesso de sua organização, disputas internas por cargo e poder, a incapacidade crescente de mobilizarem os trabalhadores e apontarem para um projeto global de transformações sociais.

Para o autor, o MAB foge desse contexto porque sua ação se alicerça com base em novas formas de organização, tendo claro todos esses limites próprios do movimento sindical. Ele ainda aponta duas características da diferença com a organização clássica sindical, que lhes são fundamentais; a primeira diz respeito à cultura política, que estabelece a primazia da ação direta das massas em relação a outras formas de luta e à negociação e a segunda está relacionada ao papel exercido pela direção do MAB, sua forma de escolha, ação e permanência.

No que diz respeito à primeira característica, que se refere à ação direta das massas, Zen (2007) aponta em sua análise, que as mobilizações populares são entendidas pelo movimento como um espaço de excelência para a formação política e o fortalecimento de um sujeito político ativo.

Porém, o MAB entende que não basta ter a clareza da “primazia” das lutas populares, é preciso ter mecanismos que as efetivem na prática e empecem um processo de acomodação dos atingidos. Para tanto, a palavra “Movimento” que dá nome a organização dos atingidos por barragens, assume seu sentido literal: o Movimento só existe se estiver em movimento, se não, simplesmente não há Movimento. (ZEN, 2007, P.59-60)

A negação de estruturas burocráticas, da institucionalização das ações burocráticas, de estatutos e todos aqueles elementos já citados anteriormente, exige que os dirigentes e militantes estejam em contato permanente com a base, mobilizando-a, promovendo estudo da

realidade e formação, fazendo manifestações, pois sem essas ações o MAB não existe. Devido a essa estrutura é impossível o movimento acomodar-se ou deixar-se cooptar pelo Estado ou empresas, além disso, estar sempre junto às bases propicia melhores condições para a definição de projetos que representam essa mesma base, que dessa forma irá se reconhecer no movimento. Para Zen (2007, p. 60), “de forma dialética, o MAB tem melhores condições de mobilizá-las em ações que propiciam o avivamento de formas de sociabilidade que potenciam a radicalidade necessária à superação do capitalismo”.

No entanto, em nossa pesquisa, os militantes não demonstraram compreender os espaços de luta e mobilizações coletivas como meios de formação. Quando perguntamos se já haviam participado de alguma formação, do grupo entrevistado, 76% responderam que não participaram e 24% nos informaram que sim. Muitos explicaram que já foram convidados a participar, mas não foram, pois não podiam se ausentar de casa. Essas respostas demonstram que o Movimento se preocupa em oferecer curso aos militantes, no entanto não atinge um grande número de participantes, ficando a maioria sem ter acesso ao curso. Deste modo, é importante que os cursos sejam oferecidos nos locais onde os atingidos moram e em um período que possibilite uma maior participação.

Não por enquanto não. Convite não faltou não, mas não deu pra ir. Eu participo mais só por aqui mesmo.<sup>24</sup>

Dentro do movimento não. Acompanho o movimento, participo do encontros regionais, mas formação com esse objetivo claro não.

Não, eu tenho dificuldade de sair.

Acho que teve um em granada, mas não foi bem um curso, curso mesmo não cheguei a participar não.

Já participei de formação de militância.

Em relação à segunda característica, referente ao papel exercido pela direção do MAB, a sua coordenação é entendida como coletiva, contra o presidencialismo e práticas autoritárias. A direção deve ser reconhecida por confiança, competência e compromisso. O poder de coordenação é medido pela representatividade na base, a capacidade de mobilizar e coordenar junto aos atingidos, e é fundamental, o reconhecimento e legitimidade do dirigente. Devido ao fato do MAB não estar institucionalizado formalmente e não possuir estatutos e

---

<sup>24</sup> Não utilizaremos nenhum tipo de identificação dos entrevistados, uma vez que no relatório final da pesquisa que estamos utilizando, não houve essa identificação, As falas correspondem diretamente a pergunta mencionada, as falas pertencem aleatoriamente a um dos 50 entrevistados.

regimentos internos, as escolhas do movimento precisam estar referenciadas em anseios e desejos da base. Se não fosse assim, a falta de vínculo institucional resultaria no afastamento do atingido do MAB.

Na pesquisa empírica mostrou que de fato a falta de vínculo institucional não causou a saída dos militantes do movimento, pelo contrário, mesmo depois de anos da construção das barragens, novos atingidos começam a participar do movimento. Dos 50 entrevistados, 50% dos militantes do MAB estão no movimento de 10 a 15 anos; 24% estão no MAB entre cinco e nove anos e 26% dos militantes estão no MAB, entre seis meses e quatro anos. Esse dado nos mostra a persistência dos militantes que não abandonam a luta mesmo depois de tanto tempo.

Percebemos que nos grupos de base em que foram realizadas as entrevistas, a maioria dos militantes entrou para o movimento na tentativa de garantia de direitos. Foi perguntado a eles, como se deu o movimento de aproximação no MAB, 62% alegaram ter ingressado no Movimento porque foram atingidos diretamente pelas barragens e os outros 38% foram convidados por outros militantes. Contudo, percebe-se pelas falas que um dos motivos principais que os levaram à inserção no MAB foi a urgência de se organizar e tentar reverter a situação, que violava direitos como os de moradia, trabalho, acesso à terra, devido ao fato de que muitos eram trabalhadores rurais, portanto um grande número de militantes entrou para o movimento para atender às suas necessidades primeiras. Esta análise pode ser comprovada pelos depoimentos abaixo:

Porque fui atingido e fui muito prejudicado e tô até hoje. Porque se tivesse pego esse dinheiro pelo menos a minha casa aqui eu podia ter construído ela beleza neh, eu tinha grana pra fazer com sobra, e eu construí isso com uma mixaria que eles pagaram dos atingidos, mas os meus direitos ficaram. Eles me deram 3 meses pra mim construir essa casa e eu sem dinheiro nenhum, quem fez casa foi eu, minha mulher e meus filhos, uma luta difícil.

Então a necessidade neh, era pegar ou largar. Você imagine se nós não tem organizado não estaríamos nessas casas, mesmo aquelas pessoas que receberam R\$238, 00 que foi a maioria neh, não teriam recebido porque a empresa não considerava as pessoas como atingidos. O que a empresa considerava como atingido era 16 meeiros só, aí depois que começamos a nos organizar aí ela começou reconhecendo, o número cresceu de atingidos. E aí entrou várias categorias. Por exemplo, eu como garimpeiro não existia indenização e nem era reconhecido, era polícia. Cansei de ver vários companheiros que trabalhava a polícia atirar na balsa e afundar, e depois ainda fazia eles carregar o caminhão a força, como se fossem bandidos, na verdade essa categoria tem de tudo, de bom e de ruim, não é tem reconhecimento nenhum mas é um trabalho digno pra tirar o sustento. Então a partir da organização que a empresa passou a reconhecer: garimpeiros, paineleiros, diaristas, meeiros, eles não reconheciam essas categorias. Tanto que ela passava de porta em porta dos proprietários e avisava ainda: se você reconhecer os meeiros, ou diarista você vai pagar do seu bolso. E no nosso entendimento isso não é verdade,

porque quem tava tirando nós do nosso trabalho era a empresa não era o fazendeiro, então a empresa que era causadora dessa perda nossa.

Agente entrou pro movimento porque no lugar que agente plantava agente foi atingido neh. Já tinha começado uma luta boa antes, aí depois que reconheceu outras pessoas agente entrou.

Fomos atingidos onde nós morava, eles falavam que a gente não podia ficar lá porque tava por cima da água neh. Nós tivemos que sair, mas eu não queria de jeito nenhum, quando eu falava que não ia vim pra cá, eles ficaram bravos comigo. ‘Você vai ficar na rua?’ Na rua eu não fico não. Mas eu não queria mesmo, porque já tinha quase 30 anos que morava lá.

Eu entrei pro movimento a partir do momento que eu vi que ao chegar pra construir barragem elas faz tanta promessa, quando chega na hora dela indenizar os atingidos, principalmente pra reassentamento eles não aceitam. Eles querem que os atingidos recebam só o que eles que oferece, eles não que atender o que os atingidos fica reivindicando. E também a empresa não reconhece que quando ela chega nós que somos trabalhador já tem terra, e que ela toma o que é nosso, ela toma o que é do povo e se a gente quiser conquistar nosso direitos nós tem que se organizar. Se nós não organiza no MAB e nos outros movimentos sociais e enfrentar a empresa nós perde tudo e vários companheiros perderam porque não se organizou. Quando a empresa chegou aqui, umas das pessoas que eu me inspiro muito é o padre Claré ele chegou na região pra tá ajudando, veio o pessoal de viçosa, do movimento mesmo veio a coordenação nacional, veio ajudar nós a formar os grupos de base, e cada hora passava pessoas do MAB. E eu mesma me inspiro também no Claudiano porque desde 1994, 1995 o Claudiano tá por aí. O Claudiano acompanha o movimento MAB e eu não, porque eu tinha os dois meninos o Lucas e a Camila, Claudiano viajava e eu tinha que trabalhar na roça, levar os meninos pra escola e tudo. Mas enquanto falava de projeto aqui em fumaça, mas quando eu vi que construção de barragem vem pra empobrecer nosso povo eu tive que entrar pra ajudar nosso povo a se organizar e ocupar mesmo e usar as foices, o facão.

O autor ainda aponta que o MAB se organiza numa perspectiva de classe, em oposição ao capital, conformando um movimento específico. Zen exemplifica essa questão com a passagem de um caderno publicado pelo Coletivo de Educação do MAB e, discutindo aspectos que são classificados como missão do Movimento, a perspectiva de classe fica evidente. “Um movimento autônomo que se contrapõe às políticas do setor elétrico controladas pelo capital privado e ao modelo capitalista neoliberal de sociedade, pretendendo esclarecer, construir consciência de classe e organizar as populações atingidas” (TRINDADE, 2005, p. 13 *apud* ZEN, 2007, p. 58).

Em outra passagem de publicações do MAB quando estes se referem à história do movimento é abordada a questão de oposição ao sistema capitalista.

Com o avanço do capital privado, a energia passou a ser uma mercadoria como tantas outras, possível de ser compradas e vendida pelo preço que interesse aos capitalistas. A natureza se tornou mercadoria a ser explorada para gerar lucros. Os atingidos foram percebendo que a luta pelos direitos só se concretiza ao ser feita como questionamento à construção das hidrelétricas e ao modelo energético de forma geral. As empresas privadas, além de construírem as hidrelétricas com único

interesse em gerar lucro, também criminalizam todos que questionam o modelo e lutam por seus direitos. (HISTÓRIA DO MAB. Acessado em 10 de Agosto de 2015).

Em nossa pesquisa percebemos que a base do MAB, que foi entrevistada, diferentemente do que é colocado pela coordenação nacional, ainda tem como prioridade de reivindicação a garantia dos direitos violados. Quando perguntado a eles sobre qual era a reivindicação atual, 50% dos militantes disseram que a sua reivindicação no Movimento é por terra, 20% pelos direitos, 2%, ou seja, apenas um militante falou em mudança do modelo imposto e outras respostas somaram 28%.

A luta sempre foi a questão da terra, da terra que a gente tira o sustento. Nós da roça alimentamos o pessoal da cidade, porque o alimento sai é daqui mesmo.

É pra que possa encontrar oportunidade de forçar o pessoal da empresa a valorizar o povo da reunião, coisas que eles não fazem. Eles só querem a terra e a água pra invadir tudo e visar só lucro.

É sobre isso ai meus direitos que eles me deram e não me deu nada, e tentando resolver os problemas dos outros e inclusive o meu também. É uma luta que não pode parar. Se um dia resolver o meu eu vou continuar pra resolver o problema dos outros.

Para todos terem os direitos deles, porque com o prejuízo que as pessoas tomou neh, todo mundo quer ter o direito, um local pra morar, muitos foram beneficiados mas não conforme precisava.

Hoje uma das reivindicação que eu faço, assim porque muitas pessoas me fala que nós que somo do MAB somos contra a construção de barragens. Jamais, nós não somos contra a construção de barragem, nós somos contra o modelo, queremos que mude o modelo. Se a empresa quer construir a barragens que ela indenize o nosso povo, que ela reassente as famílias, essa é uma das minhas reivindicações por ai, que governo federal o governo de estadual mude o jeito da empresa chegar e tratar o nosso povo porque se continuar do jeito que tá nós mulheres vamos ser mulher bomba por ai, vai ter que morrer muita companheira pra deixar alguma vitória por ai, porque as empresas chegam muito truculentas maltratam o nosso povo.

Agente pensa no coletivo, as questões sociais que a gente enfrenta são bem ampla, então no MAB tem as pendencias local e também uma coisa mais a nível regional e nacional, são várias questões que tem que ser enfrentado.

É importante ressaltar em nossa análise, que as repostas se referem ao desejo individual de cada atingido, pois o MAB como movimento coletivo se posiciona além da luta por direitos, como já foi demonstrado a partir dos documentos e publicações do Movimento. Acreditamos que as colocações feitas pelos militantes se referem às lutas locais que estes vivenciam cotidianamente. Analisando as falas acima é colocada uma questão que vale um apontamento, mesmo que não apareça de forma direta nas falas no que diz respeito ao entendimento dos atingidos da realidade colocada a eles, primeiro no que se refere à

identificação da empresa privada como aquela que viola direitos, sempre em busca de lucros, e, posteriormente, é que seja na luta por terra, por mordias ou por qualquer outro direito, é para a conquista do coletivo de todos os atingidos, eles entendem que são de fato um movimento em busca de objetivos coletivos.

Percebemos que neste debate, a questão da luta de classes adquire contornos de adequação à ordem vigente, se distanciando da luta pela emancipação humana, a ordem capitalista pode ser naturalizada. Como já foi visto no primeiro capítulo, a luta pela ampliação da cidadania e dos direitos sociais evidencia uma luta por uma emancipação política, pois o Estado como regulador do modo de produção capitalista sequer é questionado, assim como as relações de exploração da força de trabalho. Marx considera a emancipação política como a redução do homem a um membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro lado, a cidadão, a pessoa moral (MARX, 2009). Isso denota que o homem não se emancipa na sua plenitude, estando ele ainda subordinado ao poder do Estado e, por isso, ele não se encontra liberto. Por sua vez, o Estado tem a função de garantir o direito humano à liberdade.

No entanto, estamos falando de um Estado burguês liberal, onde a propriedade privada é um direito fundamental, porém a única propriedade privada que a classe trabalhadora possui é a sua força de trabalho, ou seja, lhes é garantido o direito de vender livremente a sua força de trabalho, e assim garantem a manutenção da ordem capitalista.

Para o homem ser livre de fato, seria necessária a emancipação humana. Para Marx (2009), essa emancipação só acontecerá com o fim da propriedade privada e das relações sociais reificadas, quando o Estado Burguês não for o intermediário entre o homem e sua liberdade. A emancipação humana acontecerá apenas com o fim da sociedade capitalista.

As constituições criadas em alguns países, ainda no início do século XVIII, apontavam premissas assentadas na liberdade, igualdade e direitos, porém decorrentes de uma forte ênfase na defesa e construção de uma cidadania, mas cidadania está camuflada para aqueles que eram detentores dos meios de produção. No decorrer dos séculos, essa naturalização da cidadania e dos direitos foi sendo incorporada por grupos religiosos, étnicos, ambientalistas, etc., mas, que na essência, se distanciavam, cada vez mais, da busca de uma emancipação humana, se caracterizando como algo especulativo, pois, mistificada, não aparece como categoria concreta, mas determinada de abstrações. (OLIVEIRA, 2015)

Quando questionamos aos militantes sobre o que eles entendiam ser cidadania, surpreendentemente, mesmo com todas as falas que ressaltam a violação e a luta pelos direitos

sociais, um grande número de militantes não respondeu, 60% mais precisamente. 18% falaram que ser cidadão é ter os direitos respeitados, 8% disseram que são as pessoas que se envolvem, que estão na luta e outras respostas somaram 14%. Esta interpretação da cidadania está exposta nos fragmentos abaixo:

A cidadania na minha forma de pensar, é as pessoas principalmente vamos dizer assim as menos favorecidas, gozar dos direitos.

Cidadania, eles falam muito em cidadania. Eu acho que o cidadão prejudicado igual eu acaba não tenho cidadania pra mim não. Você pode pensar o que pensar, ou achar o que achar, mas o que eu acho é isso ai. É igual à justiça no Brasil hoje, você acredita em justiça no Brasil? Não tem não, a justiça é só pro rico que paga tudo a dinheiro. Pobre não tem dinheiro, não paga, não consegue nada.

É isso, é ter endereço, ter onde morar, ter onde trabalhar. Porque o cidadão só deve se considerar cidadão quando ele se sustenta do seu próprio suor, isso pra mim é cidadania. É honra é dignidade é tudo isso.

Eu não sei se eu vou saber responder tão certo, mas é a gente tá participando da realidade neh, pra mim é isso. Agente tem que tá participando dos acontecimentos. É isso só ou tem mais alguma coisa pra falar de cidadania?

Sempre falo pro pessoal ser cidadão significa as condições de viver nos locais onde mora onde que ali ele tem sua sobrevivência onde ele pode viver e ser respeitado, porque se ele não é respeitado ele não é cidadão. Tem que respeitar também os direitos dos outros, porque a empresa quando chega ela quer ser a melhor e sempre colocando que o trabalhador rural é um ninguém e nós somos cidadão, é estar respeitando os direitos de todos.

O cidadão merece respeito e tem que ser respeitado. O que a empresa fez ai não respeitou. Quando eles negociou, já veio um papel do juiz falando quanto eles iam pagar, sem negociar.

O cidadão, pela palavra eu entendo muito pouco, porque a leitura não ajuda não. O que eu entendo por cidadão é agente ser uma pessoa que tem que ter voz e vez. Existe pessoas que só por ser um gral maior, ele acha que tem que ser mais que a gente. Mas Deus não é assim que Deus com nós não, todos nós somos iguais. O cidadão é aquele que é filho de Deus e cumpre com os deveres.

Cidadania é ser reconhecido, a gente não foi neh.

Pelas poucas falas que se arriscaram em discorrer sobre a cidadania, percebemos o quão inseguros foram os militantes ao falar sobre esse termo, mas ao mesmo tempo eles trazem nas entrelinhas de seus discursos que não foram considerados cidadãos, ou que a cidadania lhes foi retirada com a construção da barragem. “Eu acho que o cidadão prejudicado igual eu, acaba não tenho cidadania pra mim não...”; “é isso, é ter endereço, ter onde morar, ter onde trabalhar...”; “...porque a empresa quando chega ela quer ser a melhor e sempre colocando que o trabalhador rural é um ninguém e nós somos cidadão, é estar respeitando os

direitos de todos.”; “O cidadão merece respeito e tem que ser respeitado. O que a empresa fez ai não respeitou”; “Cidadania é ser reconhecido, a gente não foi neh.”.

Ao perguntarmos ao militante se ele saberia o significado de emancipar-se humanamente, observamos que a maioria deles não conhecem este termo, pois 84% não responderam. Mas, dentre os que responderam, 4% disseram que é conscientizar e ter os direitos garantidos, contudo, como já foi exposto acima, esta não seria uma emancipação humana e sim política. Outras respostas somaram 12%, e entre essas respostas apareceram falas que se destacaram.

Emancipação humana, eu acho que é uma coisa que tá sendo, procurada através da luta do MAB, mas por enquanto eu não vi muita coisa não. Pode com os anos neh, com o tempo ocorrer do tempo, com as lutas que faz, poderá ter emancipação, mas por enquanto não. Por que as leis hoje favorece muito os empresários, e os pobres coitados ficam esperando pra ver se acontece alguma coisa, um movimento e luta e o dia a dia, e os encontro que as pessoas fazem é importante. Tem uma época que eu não posso seguir toda reunião tudo que faz não, mas sempre que eu posso eu vou. A emancipação seria bom porque ajudaria o pobre onde ele precisasse neh, e do jeito que tá o pobre hoje vale muito pouco. Muitos desistem até da luta porque assim ‘pobre não tá com nada não, nasce pobre vai morrer pobre.’ Mas a gente tem uma esperança neh, uma luz no fim do túnel, talvez com o tempo.

Emancipação humana é capacidade que a pessoa tem de se autodeterminar de se auto direcionar, se autogerir, tem a sua liberdade de pensamento de ideias e autonomia dos seus atos. Então seria um processo de construção da autonomia que se faz permanentemente.

Conscientização.

Acho que a partir do momento que os governantes fizer acontecer a tal da reforma agraria, porque nós trabalhadores da roça, ou melhor todos os trabalhadores somos maioria neh, somos a maioria os trabalhadores, e não somos valorizados, e trabalhador da roça não tem onde trabalhar só no papel, acho que é isso.

Mais ou menos assim, mas não sei explicar. É transformar o ser humano é mudar o jeito que a pessoa pensa, é isso? O Significado disso é que muitas vezes a formação da gente as vezes ela é errada e tem pessoas que traz a gente a realidade neh, as vezes você tá lá no passado que não existe. A pessoa traz a gente a realidade dos acontecimentos.

As pessoas viver livres neh, as pessoas não ser dominado, que nós precisamos do mundo, viver com o trabalho deles livre, não ser dominado por ninguém.

Emancipação humana, quer dizer que a gente vive do capitalismo, então a gente quer se transformar com uma vida melhor, sem precisar de ter muito envolvimento de compra e venda, tem que ter uma coisa assim, como é que a gente fala? Mais da gente neh, a gente tem que se transformar dentro da gente para gente poder não viver só no capitalismo, agente que fazer umas coisas uns trabalho assim de envolvimento assim em benefício de todos.

Emancipar a pessoa não seria mais depender do governo, nem mesmo da cesta, pois o movimento é dependente até mesmo de uma cesta básica.



Consideramos que essa pergunta não consegue expressar muito sobre o Movimento, uma vez que de fato poucas são as pessoas que se apropriam do debate de emancipação humana, mas era necessário realizar a pergunta para se ter um dado empírico. Porém, consideramos também importante as relações que os militantes fizeram, ainda que sem saberem de fato o que significa tal expressão e a relacionaram com a reforma agrária, com a questão de classes, com a liberdade, com a dependência de políticas sociais.

Ainda com o objetivo de analisar, de forma mais profunda, a luta do MAB, fizemos uma pergunta semelhante a anterior e os resultados e respostas foram parecidas, foi perguntado aos militantes o que eles entendem de transformação social e 68% preferiu não responder, 10% falaram que era a luta e conquista dos direitos, 8% disseram que estava associado ao reconhecimento do pequeno, do trabalhador, outras repostas somaram 14%.

Transformação social, eu acho que a transformação social é a luta do povo para a conquista dos direitos de todos, eu penso assim.

Mudança social e transformação eu acho que só poderá vim quando o grande reconhecer o valor que tem o pequeno.

Agente tem que mudar sair do lugar, desinstalar. Ir pra luta, sair da zona de conforto e buscar uma nova realidade. Transformar significa sair desse estado de apatia e partir pra ação é colocar-se a caminho, buscar as mudanças necessária a partir da realidade que se apresenta como atendimento as necessidades humanas. A transformação ela é uma luta permanente neh, ou seja, transformar natureza bruta em de uso pessoal, de uso coletivo, uso comunitário que satisfaça as necessidades humanas. Então, por exemplo, quando a gente defende um projeto energético popular ele coloca o centro desse projeto primeiro o ser humano, depois a floresta, o que tá em risco não é a floresta o que tá em risco é a vida humana, quanto a barragem o que tá em risco é a vida humana. Então isso é um processo de transformação a natureza e a possibilidade que você tem de colocar matéria bruta transformada em bem de uso, de uso que vai melhorar sua vida, te dar melhores condições de vivencia de bem estar, te dar uma qualidade de vida atendendo suas necessidades até mesmo naturais e culturais.

Isso é importante, eu entendo pouca coisa, mas que eu sei é que o povo precisava de reunir, pra que os governantes valorizasse mais a classe operária do interior porque eles não valoriza, o trabalhador rural hoje não tem valor nenhum. Então é por isso que eu penso na mudança, o pessoal tem que reunir pra conseguir força pra mudar.

É o processo que eu entendo que tem que ter um tempo mais longo, tem que ter uma formação mesmo.

Muitas coisas neh, bom, transformação social eu vejo assim, melhoria de vida, acabar com a fome, valoriza o trabalhador que não é valorizado de forma nenhuma, por mais que o trabalhador viva na terra não é valorizado. Eu entendo isso de transformação. Eu faço parte dessa transformação, eu morava na beira do rio e hoje eu tô numa terra e pra mim foi uma grande transformação, eu morava na beira do rio e hoje eu tenho um endereço, hoje eu me considero um cidadão, a pessoa que não tem endereço neh?!

Mudar a sociedade é brigar contra as injustiças que existe, pra mim é isso. Porque os grandes vem massacrando, eles não vem o nosso lado, eles vem pra cima.

Nós só vamos transformar esse mundão nosso aqui no dia que esse povo, os trabalhadores, as companheiras, no dia que elas se organizarem e passarem a entender qual é o direito que tem. Porque nós trabalhador rural tem jeito de mudar esse mundão, a classe trabalhadora é maioria, mas ainda falta muito pra esse povo organizar, mas tenho esperança que vamos chegar lá.

Transformação social é que todos os direitos das pessoas sejam respeitados.

Nas falas destacadas, a maioria afirmou que, para a transformação acontecer, é necessário a organização popular: “...a transformação social é a luta do povo para a conquista dos direitos de todos”; “Ir pra luta, sair da zona de conforto e buscar uma nova realidade. Transformar significa sair desse estado de apatia e partir pra ação é colocar-se a caminho, buscar as mudanças necessária a partir da realidade que se apresenta como atendimento as necessidades humanas...”; “...o pessoal tem que reunir pra conseguir força pra mudar”; “Nós só vamos transformar esse mundão nosso aqui no dia que esse povo, os trabalhadores, as companheiras, no dia que elas se organizarem e passarem a entender qual é o direito que tem...”.

Além dessa valorização da organização, é possível perceber também a questão da contradição entre as classes, os militantes em suas falas ligam a transformação à mudança de vida do trabalhador: “...transformação eu acho que só poderá vim quando o grande reconhecer o valor que tem o pequeno”; “...transformar natureza bruta em de uso pessoal, de uso coletivo, uso comunitário que satisfaça as necessidades humanas...” ; “...pra que os governantes valorizasse mais a classe operária do interior porque eles não valoriza, o trabalhador rural hoje não tem valor nenhum.”; “... transformação social eu vejo assim, melhoria de vida, acabar com a fome, valoriza o trabalhador que não é valorizado de forma nenhuma, por mais que o trabalhador viva na terra não é valorizado.”; “...Porque os grandes vem massacrando, eles não vem o nosso lado, eles vem pra cima”; “...Porque nós trabalhador rural tem jeito de mudar esse mundão, a classe trabalhadora é maioria, mas ainda falta muito pra esse povo organizar, mas tenho esperança que vamos chegar lá”.

Zen (2007), em sua análise sobre o MAB, ressalta a força da identidade presente no Movimento e conseqüentemente o reconhecimento mútuo entre seus integrantes e a sociedade. A emergência da identidade do MAB, segundo o autor, não deve ser limitada ao ponto de vista cultural, de gênero, etnia ou religião, mas sim do ponto de vista de classe social.

A realidade das relações de produção exigiu a adjetivação da identidade de atingido por barragem, de modo a expressaras bases ontológicas da identidade enquanto

trabalhadores que sofrem com a expropriação de seus meios de vida por conta de uma barragem. A identidade de atingido do MAB foi construída com o aprofundamento das lutas, a partir de uma nova atribuição de sentido ao significado corrente desta palavra, que passou a descrever um sujeito social e político ativo na defesa de seu território, das suas práticas sociais e do seu modo de vida; contraposto a um outro sujeito representado pelo empreendimento hidrelétrico, o papel da empresa, que interfere e interage negativamente neste espaço e em suas dinâmicas sociais. A compreensão dos significados mais profundos da identidade de atingido e suas adjetivações abre a possibilidade histórica de sua identificação com as outras lutas suscitadas pelas contradições das relações sociais vigentes, sem perder a individualidade de sua luta específica. (ZEN, 2007, p. 83)

Em relação à identidade do movimento tivemos uma resposta muito positiva quando perguntamos que, caso obtivessem aquilo que vêm reivindicando, pensavam em deixar o movimento e 100% dos entrevistados afirmaram que não sairá do MAB, mesmo que suas reivindicações sejam atendidas.

Não, porque quando tiver os problemas da gente resolvido a guerra não acabou, enquanto tiver luta agente tá, enquanto tiver pobre que necessita da ajuda a gente tá junto com eles.

Não, claro que não porque nós também temos que lutar por outras pessoas que estão sendo atingidas em outros lugares.

Não, nunca. Não deixo por que somos companheiros de luta.

Não, ai eu vou continuar, porque eu quero que as nossas companheiras que são atingidas por ai tenham o exemplo nosso, porque eu vejo que nós que somos militantes quando conseguir conquistar alguma coisa tem que dar continuidade e ajudar os nossos companheiros lá atrás que não conseguiu. E eu sempre alerto os nossos companheiros, se aonde nós for atingido se não se organiza nós não tem a força pra conquistar e depois que a gente conquista se a gente afastar porque todo tem o devido momento, se nós conquista uma coisa aqui nós já tamo olhando lá na frente que tem mais coisas pra gente conquistar, então isso nunca vai acabar, temos que ficar organizados e continuar conquistando as coisas, puxando das empresas do governo de estado, do governo federal.

Não, vou continuar, a luta sempre continua. Tem que ajudar aqueles que ainda não tiveram suas conquistas.

Não, é um trabalho que a gente gosta é um trabalho muito bom e quando a gente tá na luta a gente vê que é a coisa que compensa lutar, porque se a gente ficar quieto em um canto a gente vê que nada acontece, tem que tá na luta.

Não, mesmo se eu conseguir alguma coisa eu vou continuar trabalhando dentro do movimento, porque a gente trabalha no movimento não é pra gente só é para os outros.

Eu pretendo continuar, ajudar as pessoas que continuam na luta, eu acho assim o que são violados do povo, não é porque eu consegui que eu vou parar por aqui. Então a luta ela vai continuar sempre.

Largo não, porque se é através dele que estou conquistando é nele que eu devo continuar.

A maior justificativa para a permanência no Movimento, como foi observado nas respostas, é que há atingidos por barragens que ainda não conseguiram conquistar seus objetivos de luta, então os que conseguiram permanecerão no Movimento para contribuir nas lutas dos atingidos de outros grupos de base: “...enquanto tiver pobre que necessita da ajuda a gente tá junto com eles.”; “porque nós também temos que lutar por outras pessoas que estão sendo atingidas em outros lugares.”; “Tem que ajudar aqueles que ainda não tiveram suas conquistas.”; “...porque a gente trabalha no movimento não é pra gente só é para os outros.”; “Eu pretendo continuar, ajudar as pessoas que continuam na luta.” As respostas demonstram a unidade no movimento e arriscamos a dizer que há uma identidade de classe dentro do movimento.

Sem fugir muito do tema identidade, para saber como é a relação do MAB com outros movimentos e se a sua luta não é isolada, perguntamos se eles tinham contato com outros movimentos sociais e 60% afirmaram que não. Os 40% que afirmaram ter contato com outros movimentos sociais, em sua maioria, têm contato com o MST, como demonstra as transcrições abaixo:

Sim, MST, nós consideramos a construção de barragens como se fosse uma fábrica de gerar pessoas sem terra e é, se você for analisar é, por mais que a gente não tivesse terra aqui trabalhávamos de meia, é sem-terra mas tem onde trabalhar. Com a construção das barragens alagou as melhores terras o fazendeiro foi embora e nós ficamos sem terra, sem nada.

Sim, o MST nós chama de primo, nós tem ai os pequenos agricultores, e quando se junta na via campesina são vários movimentos sociais, grupos de mulheres, já fizemos várias ocupações com grupos de mulheres. São vários movimentos sociais.

Agente tem assim, quando a gente tá junto no MAB eles vem pra ajudar a fortalecer neh, tipo assim o MST, a campesina tá sempre junto pra fortalecer o movimento.

Vainer (2002) diz que a identidade com os trabalhadores rurais está presente em toda a história do MAB, e que as relações com o sindicalismo rural combativo e com o MST foram privilegiadas nos últimos anos. O MAB e o MST têm uma relação próxima, inclusive no que diz respeito aos projetos e às concepções políticas. O MAB participa da Consulta Popular que elaborou o chamado Projeto Popular para o Brasil, articulação de movimentos populares liderada pelo MST. Além disso, o MAB juntamente com o MST e Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) o integra a Via Campesina do Brasil.

No entanto, o MAB tem tido dificuldades para defender seu ponto de vista sobre a questão energética e ambiental, principalmente com os movimentos ambientalistas. Ele é

movimento social que consegue evidenciar as contradições entre o homem e a natureza de forma diferenciada da grande parte dos ambientalistas e movimentos sociais, pois o MAB coloca a questão ambiental relacionada à produção capitalista. Esse é um diferencial, pois segundo Zen (2007), as organizações ambientalistas colocam a questão ambiental dissociada dos aspectos sociais e econômicos do sistema que a engendra e para o autor, a esquerda tradicional, por sua vez, tenta superar a questão de classe mais evidente, em especial a exploração do trabalho, sem perceber que as consequências do modelo econômico capitalista são mais profundas. O MAB, por sua vez, faz a ligação direta entre a sua luta e a questão ambiental, sendo que a problemática, com a qual movimento se depara, o coloca em contradição direta contra o capital em todos os seus aspectos.

O MAB constitui hoje, provavelmente, o movimento popular com mais forte consciência da relevância da questão ambiental e um dos únicos que tem sido capaz de formular esta questão em relação com o padrão de desenvolvimento, articulando estreitamente a forma como se produz e distribui a riqueza, de um lado, e a forma como se apropriam e controlam os recursos ambientais, de outro. (VAINER, 2002, p. 22).

Para finalizar a entrevista perguntamos o que o militante espera para o futuro, e a totalidade, 100%, quer que melhore para todos e que as conquistas da luta de hoje estejam presentes no futuro. Algumas dessas respostas merecem destaque.

A minha esperança para o futuro é que esse movimento aí consiga levar uma formação de consciência para o povo, o nosso planeta precisa muito dessa luta, da ajuda da compreensão e da participação de muitos.

As minhas expectativas é que a gente possa pelo menos desenhar um projeto de futuro que seja melhor do que o que nós encontramos. Porque na verdade se você for pensar do ponto de vista econômico do ponto de vista social, do ponto de vista político, do ponto de vista religioso, nós ainda estamos usando um projeto de futuro dos ricos, eu acredito que a democracia é um estado que a gente não vai atingir não vai alcançar. A partir do momento que se conseguir isso aí também se absolutiza, é um processo permanente de mudança. Então se você define isso como um ponto acabado, você determina também o próprio totalitarismo. A questão é largar o processo de massificação. Futuramente queremos dar um projeto muito melhor do que o que encontramos, estamos trabalhando pra isso, quando a gente pensa nisso demanda tempo, tem que considerar isso dentro desses fatores. O que vai orientar esse projeto neh? Seria assim uma proposta de desmercantilização do ser humano, eliminar esse estado mercadológico que tá aí, onde o próprio ser humano virou também mercadoria, moeda de troca neh.

Dias melhores neh, é claro que todo mundo espera dias melhores, mas diante da nossa luta, eu espero que um dia os governantes passem a entender que a tal reforma agrária é a solução até do país, porque assim você imagine, as vezes eu paro e fico pensando, na situação que tá o trabalhador sendo desvalorizado, daqui a pouco não tem pequeno trabalhador na roça vão ser só as grandes empresas. Porque nós pequenos produzimos um alimento saudável, sem agrotóxicos um alimento de boa

qualidade. Por exemplo um milho que vem de um grande produtor lá do sul, aquele milho ele vem com veneno pra conservar pra não dar bicho e tudo mais neh.

Ver esse povo sofrido na sua terra neh, todos ali adquirindo suas conquistas. Na realidade eu acho que atingido não vai acabar tão fácil não, as empresas são muito gananciosas, elas fala uma coisa e vem de outra, eu acho que não ser tão fácil acabar com as pessoas atingidas não. Eles tão mudando muito cada hora eles pegam uma coisa e quer levar embora.

Eu espero que melhore neh, principalmente as empresas que constrói barragem que ela mude o jeito dela, e que as leis seja do governo de estado, seja do governo federal que mude, porque o governo nosso de estado ele só apoia as empresas não apoia os trabalhadores rurais. Então uma coisa que a gente trabalha muito com o nosso povo é na hora de votar, tem que ter muito cuidado porque nós estamos dando o próprio chicote para o governo nosso de estado e federal e eles batendo nas nossas costas, mesmo a nossa presidente sendo do PT assim ela é menos mal, mas precisa muito consertar.

Trabalhar na terra

A única coisa que é minha expectativa pro futuro é que a gente nunca pare por aqui, porque se a gente quer um futuro melhor, pra mim pra você, pras crianças, é continuar na nossa luta, o futuro que a gente vê, é um mundo com mais igualdade.

Espero do futuro é a terra, plantar por conta da gente, não precisar de plantar com branco, porque a gente que planta fora é só ajudar branco, essa gente que é metido a ser rico, é só.

Agente sonha de conseguir alguma coisa nessa luta da gente, porque a gente pensa no futuro do filho da gente, como é que vai ser daqui uns tempo, perdendo tudo assim não tem lugar pra plantar, morar só na cidade como é que vai viver, vai passar fome, porque minha filha já trabalha lá, e o dinheiro dela é só pro aluguel, agente tendo a terra pra plantar pode ta ajudando neh.

É possível perceber nas falas que os militantes acreditam que, com a organização do movimento, conquistas serão alcançadas e não importa se a luta se refere a um direito focalizado ou a um novo modelo energético; eles têm claro que a realidade que os aguarda é uma realidade de luta dentro do Movimento.

No decorrer desse capítulo, principalmente com o estudo de caso das PCHs de Fumaça e Emboque, entendemos como se dá a relação dos atingidos por barragens com as empresas e também com o Estado. Verificamos a violação de direitos sofrida pelos atingidos, assim como as dificuldades encontradas no processo de negociação. Compreender as particularidades dessa realidade, se torna fundamental para realizar a análise da práxis política do movimento no qual os atingidos se organizam. E o MAB traz em seu histórico essa característica de resistência às barragens e luta pela garantia dos direitos. No entanto, o movimento apresenta também em sua práxis política o desejo e a luta pela construção de uma nova sociedade livre do domínio de classes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa, que teve como objetivo analisar a práxis política do MAB, gerou um caminho de estudos que proporcionaram o entendimento de várias categorias e fatos históricos que incidem diretamente no MAB.

Iniciamos a discussão da práxis política e foi visto que, enquanto um complexo superestrutural, está genuinamente relacionada ao modo de produção e reprodução da vida humana. Explicando melhor, temos o trabalho com posição teleológica primária, ação pela qual os homens satisfazem e criam suas necessidades, produzindo sua vida material, o que irá permitir o desenvolvimento da sua vida subjetiva e o surgimento de outras posições teleológicas de ordem secundária, o que proporciona um enriquecimento das necessidades humanas. Além da política temos, por exemplo, a arte, a cultura, a educação, filosofia, ciência entre outros. Seguindo esse caminho, observamos, através da leitura dos clássicos, como a práxis política vem sendo apropriada pela classe dominante, como forma de reprodução da sua ideologia. Temos como instrumento utilizado para essa dominação política o Estado, que aparece como o agente regulador, inclusive como demonstrado, muito antes do surgimento da sociedade capitalista.

Fazendo o estudo específico do modo de produção capitalista, observamos a divisão entre as classes, sendo duas fundamentais: a burguesia e o proletariado. Pontuamos e apontamos os limites da emancipação política e que a luta da classe trabalhadora deve ter como objetivo a emancipação humana. Ainda sobre a política no capitalismo, ressaltamos que o Estado atua dentro dos limites da política dominada pela ideologia burguesa, por isso, o Estado não deve ser considerado o responsável pelas mazelas causadas pelo modo de produção e, como já foi dito, o Estado é aquele que vai mediar essas relações, por isso a luta deve ser pela mudança do modo de produção.

Relatando sobre as organizações clássicas da classe trabalhadora, vimos como a política também se torna fundamental para a sua luta, o próprio Marx ressalta a importância da organização política da classe trabalhadora com fins a abolição da propriedade privada e a construção de uma sociedade emancipada humanamente.

Tivemos a oportunidade de enriquecer o nosso conhecimento sobre a formação sócio-histórica brasileira fazendo a análise a partir da discussão da modernização conservadora, através dos estudos de Florestan Fernandes e durante o capítulo tentamos focalizar a questão agrária. A história do Brasil, desde a sua colonização até os dias atuais, é marcada pela luta da

busca de direitos, direitos que constantemente são violados para o favorecimento de alguns. Os governos do Brasil se mostraram decididos a fazerem com que a economia do país crescesse, sem que necessariamente o desenvolvimento social fosse acompanhado por esse crescimento. Podemos perceber, que com a construção das barragens, os direitos sociais são violados e colocados à prova a todo momento, em nome da modernização e do desenvolvimento, mas sabemos que esse desenvolvimento tem o objetivo de favorecer apenas o sistema capitalista e os que dele se beneficiam. Devido às singularidades que o Brasil tem pela sua condição de país dependente e, segundo Florestan Fernandes, por ter uma burguesia incapaz de promover a revolução burguesa nacional independente, o país se direciona de acordo com as determinações da dinâmica da acumulação do capital internacional. Foi diante dessa realidade que em na década de 1970 tivemos o marco da construção das barragens para geração de energia elétrica e, posteriormente, a partir da década de 1990 se deu o início privatização da geração e distribuição da energia elétrica, transformando a água e a energia em mercadorias.

Este processo traz à tona o que foi visto anteriormente, o Estado foi e continua sendo, nas palavras de Marx (2008), um comitê executivo da burguesia. Isto se comprova quando analisamos a construção da PCH de Fumaça PCH de Emboque, quando as Empresa Novelis e Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina, responsáveis pelas barragens respectivamente, não deveriam ter conseguido a Licença para Operação da Barragem, uma vez que não cumpriam com o dever de garantir os direitos dos atingidos. O Estado então, a todo instante, posiciona-se em favor da empresa, proporcionando-lhe facilidades e violando, assim, o direito dos atingidos.

As duas empresas, desde o primeiro momento, agiam de maneira a desvalorizar os atingidos, suas terras e seu trabalho, tentando garantir, assim, o menor valor possível de indenização. De acordo com o relatório feito pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, deve ser considerado atingido todos que sofrem algum tipo de perda ou dano, devido à construção de barragens. Mas, como percebemos nos casos de Fumaça e Emboque, foram considerados atingidos aqueles que a empresa quis considerar a partir de critérios formulados por ela mesma. Nos dois estudos de caso foi relatado sobre a estratégia de negociação a partir da cooptação. Em Fumaça, uma das associações fazia negociações isoladas, deixando uma grande maioria de atingidos à mercê da própria sorte e em Emboque nem se conseguiu concretizar a possibilidade de uma negociação coletiva, pois quando a discussão estava tomando forma, cooptaram lideranças em troca de promessas de emprego. Houve também relatos de coerção por parte da empresa, durante as negociações, a Novelis



usou de coerção para ter seu gasto reduzido, os atingidos eram coagidos a escolherem a indenização no lugar do reassentamento. Reflexo disso é que, na negociação com a mediadora, dez pessoas que haviam optado pela indenização monetária solicitaram a mudança para reassentamento. A Novelis usou de artifícios, como a linguagem técnica, para prejudicar o entendimento dos atingidos e assim conseguir alcançar seus objetivos. Como exemplo temos as indenizações nos valores de R\$ 238,00 (Duzentos e Trinta e Oito Reais). Foram usados critérios que os atingidos não entendiam e, por isso, não podiam contestar.

No caso da construção das PCHs de Fumaça e Emboque, os danos para a comunidade atingida são imensos e não podem ser reparados financeiramente, pois envolvem questões que afetam diretamente as condições de vida e de trabalho dos mesmos. E isso já nos faz refletir sobre a atuação do MAB, pois quando o MAB resiste, sua resistência visa, em primeiro lugar, garantir a sua sobrevivência que, no caso específico, está relacionada com a sua permanência na terra. Porém, de acordo com o que está colocado na questão agrária brasileira, a função que a terra ocupa hoje, na ordem do capital, está associada à necessidade de (re) produzir a acumulação de capital, através da extração de mais-valia, negando, desta forma, a função social da terra que é a de prover a subsistência e a vida de homens e mulheres. Os atingidos por barragens irão aumentar as estatísticas de camponeses que não possuem terra, conseqüentemente, gera também o número de conflitos no campo na luta por terra. Compartilhando da fala da atingida da PCH de Fumaça, o desenvolvimento não é para o trabalhador e sim para as grandes empresas capitalistas.

Na verdade, o que dá assim, pra gente ver é que, a empresa, ela sempre falava que, ao construir barragem, ia gerar lucro. E hoje eu já tenho muito claro pra mim, que o lucro é pra quê e pra quem? Lógico que é pra empresa! Que pra nós trabalhador não foi lucro, não foi desenvolvimento. Foi ao contrário, foi empobrecimento do nosso povo. Nosso povo ficou cada vez mais pobre. Porque se for hoje fazer, um levantamento hoje, na região, nosso povo antes, a vida dele era muito melhor. A nossa vida era muito melhor do que hoje. (ENTREVISTADO 1, 2013)

O MAB é um movimento social, que surge diante de toda essa conjuntura de violação de direitos. Consolida-se como Movimento Social no final dos anos de 1990, período marcado pela ideologia neoliberal, reestruturação produtiva, financeirização e privatizações. Inicialmente, o MAB era um movimento formado por atingidos por barragens em busca da garantia dos seus direitos, que até então eram entendidos como indenizações justas. Através do compartilhamento de experiências locais, a luta passou a ser por reassentamentos e os atingidos queriam “terra, por terra”. A partir dos encontros nacionais e discussões entre os atingidos, o Movimento passou a questionar inclusive a construção das barragens e a propor

formas alternativas de geração de energia. Mas, como o MAB se coloca como um movimento que está em constante avaliação e estudo, chegou à conclusão que no sistema capitalista não importa se a geração de energia é através de barragens, ou de biodiesel, uma vez que os meios de produção dessa energia são privados, para o MAB, enquanto os meios de produção da energia estiverem sob o poder privado, sempre existirá trabalhadores atingidos. E a partir de então o MAB passa a questionar o modelo energético sobre o controle privado das fontes e dos meios de produção de eletricidade, conseqüente o Movimento passa a questionar o sistema capitalista. O MAB demonstra claramente os limites colocados a ele em relação à luta pela construção de uma nova sociedade, sabendo que é necessário o envolvimento de toda a classe trabalhadora. No entanto, o MAB, através dos materiais que publicam e do seu posicionamento público em manifestações e ações de resistência, declara que sua luta é contra o sistema capitalista.

A partir dessas características do MAB que analisamos a sua práxis política, e o primeiro ponto que devemos considerar diz respeito à organização desse movimento, que é horizontal, não é um movimento institucionalizado, nem possui estatutos e regimentos internos, no entanto, é reconhecido internacionalmente

Não por acaso, o MAB se organiza em grupos base e para o movimento esses grupos são sua essência, e é a partir deles que se realizam as lutas locais com suas pautas específicas. São os grupos de base que se organizam para as mobilizações populares, que o movimento considera um dos espaços mais privilegiados de formação política. Entendemos que este pode ser um caminho para a formação de consciência de classe, pois a consciência não é algo transmitido de cima para baixo, mas implica um processo ideológico que envolve a soma dos vários complexos sociais presentes nas diferentes dimensões da reprodução social dos sujeitos.

A pesquisa empírica, realizada através das entrevistas, nos mostrou o quanto ainda é delicada essa questão de consciência de classe dentro do MAB, pois o fato dele defender esta bandeira de ruptura com a ordem capitalista, não significa que a militância tenha conhecimento do que venha a ser uma concepção de classe. No entanto, antes de fazer essa análise é preciso levar em consideração várias questões, a primeira delas é que se teve a oportunidade de fazer as entrevistas com uma amostra de apenas cinquenta militantes do movimento, que são da mesma regional do MAB, logo recebem a mesma assessoria, por exemplo, no que diz respeito à organização e formação política. Outro ponto que deve ser considerado, não apenas para as entrevistas, mas para o movimento de forma geral, é saber

quem são esses militantes e de onde eles estão falando, qual a realidade em que vivem. Pelo que foi estudado até então podemos dizer que são trabalhadores rurais que sempre trabalharam no campo, não tiveram acesso à faculdade, por exemplo, para ter clareza de determinados termos. E o terceiro ponto, é que a análise das respostas deve ser feita juntamente com a história construída pelo movimento, me refiro, por exemplo, as publicação de documentos e artigos e também manifestações públicas realizadas durante as manifestações do MAB.

Colocado estes pontos, observando as respostas e fazendo uma análise mais profunda, podemos considerar que os militantes do MAB não têm uma concepção teórica sobre o significado de consciência de classe, emancipação humana ou sobre a luta por uma nova sociedade, no entanto, isso não é o suficiente para afirmarmos que a práxis política do MAB é conservadora ou reformista. Mas, como já foi analisado anteriormente, a maioria das falas nos trouxeram elementos para reflexão da práxis política do movimento, indicando que existe ali entre os militantes atingidos essa identidade de trabalhadores em luta por mudanças estruturais.

Os militantes do MAB reconhecem e sentem na pele esse conflito e contradição entre as classes. Basta observar as falas com atenção e perceberemos que o sistema capitalista aparece personificado pelas empresas privadas e o Estado também aparece nesses discursos como aquele que na verdade beneficia o grande capital, ou, para eles, a empresa. E, de fato, a convivência do Estado brasileiro beneficia apenas os detentores dos meios de produção. Ou seja, longe de garantir direitos básicos aos atingidos, apenas favorece às grandes empresas, desapropriando as terras, utilizando da força policial para conter a organização dos movimentos sociais, dentre outras.

O Estado, nessa contradição de classes e interesses, não garante sequer os direitos básicos aos trabalhadores atingidos, como moradia e trabalho. Diante dessa situação, os atingidos se veem obrigados a lutarem incansavelmente por esses direitos básicos e urgentes dos quais dependem para sobreviver. Mas sabemos que a luta por direitos é limitada, é necessário ir além.

Cabe, neste momento, a reflexão de Rosa Luxemburgo, feita em seu livro *Reforma ou Revolução* (2003), que diz que não haverá leis que proporcionem à classe trabalhadora os meios de produção, pois não foi a lei que tirou os meios de produção da classe trabalhadora, mas sim o sistema econômico capitalista. Portanto uma reforma da sociedade capitalista nunca levará a emancipação humana, será necessário o fim da ordem existente. Fica claro que

é de extrema importância para o processo revolucionário, a organização e consciência de classe, sendo este um fator ativo. Contudo, as questões imediatas colocadas pela necessidade de sobrevivência, muitas vezes leva a uma luta política e econômica marcada por interesses egoísticos e individualistas, contrariando o discurso defendido pelos movimentos sociais e reiterando uma ordem social em que predomina a exploração e a alienação do trabalho, impedindo a emancipação humana e se caracterizando como uma luta por uma emancipação política.

Terminada a pesquisa, é importante trazer à baila algumas considerações mesmo que não definitivas, sobre a práxis política do MAB. Como expusemos, a luta política do MAB é uma manifestação das contradições implicadas na efetivação do modelo contemporâneo do país. A constituição do Movimento enquanto agente político expõe a resistência daqueles que sofrem os impactos que os grandes empreendimentos provocam, quanto às próprias engrenagens do sistema social, por meio das quais eles surgem. Logo, percebemos que, para se ter possibilidade do aumento da acumulação capitalista, é violada a práxis fundante do ser social que é o trabalho e com a construção das barragens se modifica a produção e reprodução social dos atingidos. Vejamos, se antes os atingidos pertenciam a um determinado território e reproduziam suas relações a partir de um trabalho específico, por exemplo, a agricultura. Com a barragem toda essa relação criada em torno do trabalho se modifica. É essa transformação gerada nas relações sociais em torno do trabalho que vão dar forma a constituição do MAB.

O que se quer dizer, é que todo esse processo impõe limites objetivos à práxis política do movimento, limites esses que são inerentes à própria política e não apenas ao MAB. Voltando a nossa colocação inicial, destacamos que a política é um meio da luta social pela transformação societária, é um instrumento de acúmulo de forças e organização da classe trabalhadora.

Diante da análise realizada, principalmente pelas publicações do MAB e pelas entrevistas com os militantes, acreditamos que o MAB é um movimento social que tem em sua práxis política elementos que contribuem para a formação das subjetividades, que possibilitam a luta para a transformação da realidade.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL **Relatório de Desapropriação**. Disponível em: < <http://www.aneel.gov.br/cedoc/ares2003159.pdf>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução Aneel nº344, 30 de Agosto de 2000**. <http://www.aneel.gov.br/cedoc/res2000344.pdf>. Acesso em 5 de Agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 423, de 15 de Outubro de 2001**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/res2001423.pdf>>. Acesso em 5 de Agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 159, de 7 de Abril de 2003**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/res2003159.pdf>>. Acesso em 5 de Agosto de 2015.

ALBINATI, Ana Selva Castelo Branco. J. Chasin: a ontonegatividade da politicidade em Marx. **Verinotio – Revista on-line de educação e ciências humanas**, n. 9, Ano V, nov. 2008 – Publicação semestral – ISSN 1981-061X – Edição Especial: J. Chasin.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BELO HORIZONTE. **Relatório de Negociação PCH de Fumaça**, 2003.

BERMANN, Célio. **Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: Uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil**. 296p. Tese (Doutorado - Unicamp) São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1991.

BRASÍLIA/ DF. **Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens**. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2010.

CICCO, Claudio; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 2ª Ed. SP: Revista dos Tribunais, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. Representação de Interesses, Formulação de Política e Hegemonia. In: TEIXEIRA, Sônia Fleury (Org.) **Reforma Sanitária, em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. (Org.) **O Leitor de Gramsci**. Escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social Brasileira; uma equação possível?** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS, Edmundo Fernandes. Reformas ou Contra-Revolução? O Governo Lula. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, nº 34, ano XIV, p. 23-34, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FERNADES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **Ética e Direitos: Ensaio Críticos – Coletânea Nova do Serviço Social**. RJ: Lumen Juris, 2009

FRANÇOIS, Châlet; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **Histórias das Idéias Políticas**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GRAMSCI, Antônio. O Partido Comunista. (In): BOGO, Ademar (Org.) **Teoria da Organização Política II**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBS, Thomas. **De Cive: elementos filosóficos a respeito do cidadão**. Tradução de Ingeborg Soler. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 18ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LAMAS, Fernando; OLIVEIRA (Org), Ednéia Alves (Org); OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Org). **Classes e Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer? Problemas Candentes do Nosso Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOCKE, Jonh. **Dois tratados sobre o governo**. Tradução de Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACEDO, Carmen; OLIVEIRA, Ednéia Alves. **A formação ideopolítica dos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens: emancipação humana ou emancipação política?** Relatório da Pesquisa de Iniciação Científica, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 2012.

\_\_\_\_\_. **A práxis política e a formação do Estado na sociedade de classes.** In: Ednéia Alves de Oliveira; Fernando Gaudereto Lamas (Org). Ciências Humanas e Pensamento Crítico: Um caminho para Marx. 1ª Ed, RJ: Lumen Juris, 2015. Pg 89-112 .

MACEDO, Carmen; **Os impactos da instalação da PCH de Fumaça na região de Mariana e a resistência do MAB.** Minas Gerais: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. 85p.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Glosas Crítica ao Artigo: O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano.** São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **História do MAB.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=historia>.> Acesso em: 10/08/2015.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política – Uma introdução crítica.** 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, Narayana de Deus. **A Usina Hidrelétrica Cahoeira do Emboque – MG: O significado da barragem para os atingidos.** Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa-UFV. 2007. Dissertação de mestrado. 81p.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. **A política pública de emprego: entre a precarização desprotegida e a precarização desprotegida.** Um estudo comparativo entre Brasil e Itália, 361 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Direitos sociais na ordem burguesa: entre a farsa e a tragédia.** In: Ednéia Alves de Oliveira; Fernando Gauderetto Lamas. (Org.). *Pensamento crítico e Ciências Humanas: um caminho para Marx.* 1ªed. RJ: Lumen Juris, 2015, v. 1, p. 65-88.

PRADO JR, Caio. Contribuição para análise da Questão Agrária no Brasil. In: **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

ROUSSEAU, J-J. **O Contrato Social: princípios do direito político.** Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: crítica e alternativas.** 2ª Ed. São Paulo: Editora USP, 2007.

VAINER, Carlos B. Águas para a vida não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ASCELRO, HERCULANO E PÁDUA (Orgs). **Justiça ambiental e cidadania.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Fundação Ford, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. In: **Revista Crítica Marxista,** nº10, São Paulo: Boitempo, 2000.

ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos Sociais e a questão de Classe: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Dissertação de Mestrado. 211p.



**ANEXOS**

## PROJETO DE LEI Nº           , DE 2015

(Do Sr. Nilson Leitão)

Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB), prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) e estabelece regras sobre os investimentos sociais a cargo do empreendedor.

Parágrafo único. As obrigações e direitos estabelecidos por esta Lei aplicam-se:

- I – às barragens sujeitas a licenciamento ambiental mediante elaboração prévia de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório (EIA/Rima), nos termos da legislação ambiental;
- II – às barragens não enquadradas no inciso I que tiverem populações atingidas por sua construção, enchimento do reservatório ou operação, a critério do órgão licenciador.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entendem-se por Populações Atingidas por Barragens (PAB) todos aqueles que se virem sujeitos a um ou mais dos seguintes impactos provocados pela construção, enchimento do reservatório e operação de barragens:

- I – perda da propriedade ou posse de imóvel;
- II – perda da capacidade produtiva das terras da parcela remanescente de imóvel parcialmente atingido;
- III – perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros;
- IV – perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente;
- V – prejuízos comprovados às atividades produtivas no local e entorno da barragem;
- VI – inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações;
- VII – prejuízos comprovados às atividades produtivas à jusante, no entorno e à montante do reservatório, que afetem a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações;
- VIII – outros eventuais impactos, diretos ou indiretos, incluindo os provocados sobre os meios e modos de vida das comunidades que acolherão os atingidos reassentados.

Art. 3º São direitos das PAB:

- I – reparação por meio de reposição, indenização, compensação e compensação social, nos termos do parágrafo único deste artigo, incluindo, necessariamente, a possibilidade de reassentamento coletivo, de modo a favorecer a preservação dos laços culturais e de vizinhança prevalecentes na situação original;
- II – opção livre e informada das alternativas de reparação; III – negociação coletiva e prévia aprovação em relação:
  - a) às formas de reparação;
  - b) aos parâmetros para identificar os bens e as ssíveis de reparação;
  - c) aos parâmetros para o estabelecimento de valores indenizatórios e eventuais compensações; reassentamento; e
  - d) às etapas de planejamento e ao cronograma de
  - e) à elaboração dos projetos de moradia;

IV – assessoria técnica independente, custeada pelo requerente da licença ou empreendedor, conforme o caso, para orientá-los no processo de negociação do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) em cada obra;

V – indenização justa e prévia em dinheiro pelas perdas materiais, que contemple:

a) o valor das propriedades e benfeitorias;

b) os lucros cessantes, quando for o caso;

c) recursos monetários que assegurem a manutenção dos níveis de vida até que as famílias e indivíduos alcancem condições pelo menos equivalentes às precedentes;

VI – reassentamento rural em lote que tenha como patamar mínimo de tamanho o módulo fiscal;

VII – reassentamento urbano, com lotes e moradias com tamanho mínimo que respeite o estabelecido pela legislação urbanística, incluindo a municipal;

VIII – implantação de projetos de reassentamento rural ou urbano mediante processos de autogestão;

IX – moradias nos reassentamentos que reproduzam no mínimo as condições materiais anteriores, no que diz respeito às dimensões e qualidade da edificação, bem como condições adequadas a grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade, como idosos, crianças e portadores de necessidades especiais;

X – indenização pelos custos, acrescidos de manutenção e uso do lote ou moradia até que, comprovadamente, os reassentados tenham alcançado patamares de renda que lhes permitam arcar com as novas despesas decorrentes do deslocamento compulsório e do reassentamento;

XI – espaços e equipamentos de uso comum nos projetos de reassentamento que permitam a sociabilidade e vivência coletivas, sempre que possível nos modos e padrões preexistentes no assentamento original;

XII – escrituração e registro dos imóveis decorrentes do reassentamento urbano e rural no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar do reassentamento, ou, se for o caso, concessão de direito real de uso, no mesmo prazo;

XIII – reassentamento em terras economicamente úteis, de preferência na região e no município habitados por elas, após a avaliação de sua viabilidade agroeconômica e ambiental pelo Comitê Local da PNAB;

XIV – prévia discussão e aprovação do projeto de reassentamento pelo Comitê Local da PNAB, incluindo localização, identificação de glebas, projetos de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo, assim como a escolha e formas de distribuição de lotes;

XV – formulação e implementação de planos de recuperação e desenvolvimento econômico e social da região atingida, sem prejuízo das reparações individuais ou coletivas devidas, com o objetivo de recompor ou, se possível, instaurar arranjos e cadeias produtivas locais e regionais que assegurem ocupação produtiva ao conjunto dos atingidos, compatíveis com seus níveis de qualificação e experiência profissionais, e capazes de proporcionar a manutenção ou a melhoria das condições de vida;

XVI – recebimento individual, por pessoa, família ou organização cadastrada, de cópia de todas as informações constantes a seu respeito, até 30 (trinta) dias após a atualização do cadastramento para fins de reparação;

XVII – consulta pública da lista de todas as pessoas e organizações cadastradas para fins de reparação, bem como informações agregadas do cadastro, preservadas a intimidade e as informações de caráter privado.

Parágrafo único. As reparações devem reconhecer a diversidade de situações, experiências, vocações e preferências, culturas e especificidades de grupos, comunidades, famílias e indivíduos e contemplar a discussão, negociação e aprovação pelo Comitê Local da PNAB, podendo ocorrer das seguintes formas:

I – reposição, quando o bem ou infraestrutura destruído ou a situação social prejudicada são repostos ou reconstituídos;

monetária;

II – indenização, quando a reparação assume a forma

III – compensação, quando se oferece outro bem ou outra situação que, embora não reponha o bem ou situação perdidos, são considerados como satisfatórios em termos materiais ou morais;

IV – compensação social, quando assume a forma de benefício material adicional às três formas de reparação anteriores, a ser concedido após negociação com o Comitê Local da PNAB, como forma de reparar as situações consideradas imensuráveis ou de difícil mensuração, como o rompimento de laços familiares, culturais, redes de apoio social, mudanças de hábitos, destruição de modos de vida comunitários, danos morais e abalos psicológicos, entre outros.

Art. 4º Sem prejuízo do disposto no art. 3º, são direitos das PAB que exploram a terra em regime de economia familiar, como proprietário, meeiro ou posseiro, assim como daqueles que, não se enquadrando em uma dessas categorias, tenham vínculo de dependência com a terra para sua reprodução física e cultural:

I – indenização em dinheiro pelas perdas materiais, composta pelo valor da terra, benfeitorias, safra e prejuízos pela interrupção de contratos;

II – compensação pelo deslocamento compulsório advindo do reassentamento;

III – compensação pelas perdas imateriais, com o estabelecimento de programas de assistência técnica necessários à reconstituição dos modos de vida e das redes sociais e econômicas, incluindo as de natureza psicológica, assistencial, agrônômica e outras cabíveis.

Art. 5º Em toda barragem em processo de licenciamento ambiental, nos termos do parágrafo único do art. 1º, deve ser criado, a cargo do empreendedor, um Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB), com o objetivo de prever e assegurar os direitos estabelecidos na PNAB, com programas específicos destinados:

I – às mulheres, crianças, portadores de necessidades especiais e pessoas em situação de vulnerabilidade;

II – às populações indígenas, quilombolas e tradicionais;

remanescentes;

III – à reestruturação das comunidades ribeirinhas e áreas

IV – aos trabalhadores da obra;

V – aos impactos na área de saúde, saneamento ambiental, habitação e educação dos municípios que receberão os trabalhadores da obra;

VI – à recomposição das perdas decorrentes do enchimento do reservatório, como a destruição, eliminação ou inviabilização de infraestruturas, equipamentos, recursos e espaços de uso e fruição coletivos;

VII – aos pescadores e à atividade pesqueira na área do empreendimento, de modo a garantir a sobrevivência das pessoas e a continuidade dessa atividade mediante:

a) o acesso à água, com reassentamento dos pescadores o mais próximo possível da beira do lago ou do rio;

b) condições que permitam aos pescadores voltar a produzir, bem como infraestrutura para conservação, industrialização e comercialização do pescado, e capacitação em face dessa nova realidade;

c) recursos financeiros para manutenção, de caráter transitório, até o início da produção e obtenção de renda, com prazos estabelecidos pelo Comitê Local da PNAB.

Parágrafo único. O PDPAB deverá ser aprovado pelo Comitê Local da PNAB e homologado pelo órgão colegiado referido no art. 6º, antes da concessão da licença prévia do empreendimento.

Art. 6º A PNAB contará com um órgão colegiado em nível nacional, de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a sua formulação e implementação.

§ 1º Nos termos do regulamento, o órgão colegiado previsto no caput terá composição tripartite, com representantes do Poder Público, dos empreendedores e da sociedade civil, estes últimos indicados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

§ 2º Em toda barragem sujeita a licenciamento ambiental, nos termos do parágrafo único do art. 1º, desde a etapa inicial de planejamento da obra, será constituído um Comitê Local da PNAB, de composição tripartite e caráter provisório, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação do PDPAB.

Art. 7º Para o custeio do PDPAB, por ocasião da fixação do preço de referência do empreendimento hidrelétrico pelo governo federal para efeito de licitação, será estipulado um valor mínimo de recursos para investimentos sociais a cargo do empreendedor, que integrará o cálculo da tarifa de energia prevista.

§ 1º O empreendedor responde pela integral implementação das ações do PDPAB, mesmo que os custos reais superem o valor mínimo estipulado nos termos do caput.

§ 2º O regulamento estabelecerá regras sobre o valor mínimo de investimentos sociais em barragens não associadas a empreendimento hidrelétrico.

Art. 8º Observadas as diretrizes e objetivos do plano plurianual, as metas e prioridades fixadas pela lei de diretrizes orçamentárias e o limite das disponibilidades propiciadas pela lei orçamentária anual, a União poderá aplicar recursos para o resgate do passivo social decorrente da implantação de barragens antes do advento desta Lei, resguardado o direito de regresso contra os respectivos empreendedores.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Este projeto de lei toma por base o conteúdo da cartilha “Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)”, elaborada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Como é do conhecimento geral, o MAB é um movimento nacional autônomo, popular, reivindicatório e político em defesa dos direitos dos atingidos por barragens no País.

A principal justificativa para esta proposição é a luta que vem sendo travada, desde a década de 1970, pelas populações atingidas por barragens na defesa de seus direitos, já tendo garantido inúmeras conquistas, mas ainda não conquistado direitos legais. Isso ocorre porque, enquanto o Estado brasileiro vem há décadas instituindo um forte marco regulatório no setor elétrico para viabilizar a construção de usinas, tal legislação não vem sendo acompanhada por políticas e leis específicas para garantir os direitos das populações atingidas. Estas, na maioria das vezes, são simplesmente obrigadas a sair de suas terras, sem maiores contestações, para dar lugar às barragens e seus reservatórios.

É certo que, do ponto de vista ambiental, a legislação pátria avançou muito nos últimos anos, em especial a partir da década de



1980, com o advento da Lei 6.938/1981, que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A ela se seguiram as resoluções desse órgão, em especial a 001/1986, que passou a exigir Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório (EIA/Rima) para o licenciamento de diversos empreendimentos, entre os quais as “barragens para fins hidrelétricos acima de 10 MW”. Todavia, decorridas quase três décadas, as populações atingidas por barragens continuam vulneráveis, sem direitos assegurados em normas específicas. Essa situação é inaceitável!

O objetivo desta proposição, portanto, é garantir em lei os direitos dessas populações, que sirva de parâmetro normativo a ser seguido por todos os empreendedores na construção de barragens em qualquer lugar do território nacional. Até hoje, na prática, o processo de negociação de direitos dos atingidos vem

ocorrendo caso a caso e se mostrando extremamente conflituoso entre os interesses das empresas e as demandas sociais, quase sempre desaguando nas barras da Justiça, com efeitos deletérios para todas as partes envolvidas. Essa situação tornou-se mais difícil ainda para os atingidos com o processo de privatização das empresas estatais de energia iniciado nos anos 1990.

Na prática, as lutas dos atingidos por barragens ao longo dos últimos anos vêm demonstrando que as compensações e indenizações dependem muito da mobilização. Por isso, elas variam conforme o grau de organização desses atingidos, mudam de acordo com a localidade, têm um tratamento diverso por cada empresa e, por isso, são diferentes em cada hidrelétrica. Daí a necessidade de uma norma que garanta os direitos básicos dos atingidos e estabeleça as diretrizes gerais de negociação em cada caso.

Para alcançar esse objetivo, o projeto de lei em foco institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB), prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) e estabelece regras sobre os investimentos sociais a cargo do empreendedor, entre outras questões.

Inicialmente, é necessário atentar para o fato de que as obrigações e direitos ora estabelecidos se aplicam basicamente às barragens sujeitas a licenciamento ambiental mediante elaboração prévia de EIA/Rima, nos termos da legislação ambiental, mas também àquelas não

enquadradas nessa regra geral, que tiverem populações atingidas por sua construção, enchimento do reservatório ou operação, a critério do órgão licenciador.

Um dos pontos principais da proposição é que ela considera como PAB não só as pessoas com propriedades atingidas, mas igualmente as que tiverem sua atividade econômica afetada, como no caso dos pescadores, as que têm vínculo de dependência com a terra para sua reprodução física e cultural e até mesmo as chamadas “comunidades anfitriãs”, que acolherão as populações a serem reassentadas e que, indiretamente, terão seus meios e modos de vida afetados em razão da construção da barragem ou do enchimento do reservatório.

Também há que ressaltar, entre os direitos das PAB, a opção livre e informada pelas alternativas de reparação, que podem ser a reposição, a indenização, a compensação e a compensação social, sendo estabelecidos direitos específicos para as PAB que exploram a terra em regime de economia familiar. Vários outros dispositivos previstos garantem maior transparência e participação dos atingidos nos processos decisórios relativos aos impactos sociais do empreendimento.

Na prática, em cada barragem em processo de licenciamento ambiental deverá ser criado, a cargo do empreendedor, um Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB), com o objetivo de prever e assegurar os direitos estabelecidos na PNAB, com programas específicos para diversos tipos de populações atingidas e de setores afetados.

O PDPAB deverá ser aprovado pelo Comitê Local da PNAB e homologado por um órgão colegiado de âmbito nacional antes da concessão da licença prévia do empreendimento, órgão de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a formulação e implementação dessa Política. Tanto o Comitê Local quanto o órgão colegiado nacional deverão ter composição tripartite, com representantes do Poder Público, dos empreendedores e da sociedade civil.

Quanto ao custeio das ações do PDPAB, serão de responsabilidade integral do empreendedor. No caso de empreendimento hidrelétrico, por ocasião da fixação do preço de referência pelo governo federal para efeito de licitação, será estipulado um valor mínimo de recursos para investimentos sociais, que integrará o cálculo da tarifa de energia prevista. No caso de outras barragens, o regulamento deverá fixar as regras aplicáveis.

Por fim, a proposição prevê ainda a aplicação de recursos da União para o resgate do passivo social decorrente da implantação de barragens, resguardado o direito de regresso contra os

respectivos empreendedores. Naturalmente, a aplicação desses recursos deverá observar as diretrizes e objetivos do plano plurianual, as metas e prioridades fixadas pela lei de diretrizes orçamentárias e o limite das disponibilidades propiciadas pela lei orçamentária anual.

Assim, ante todo o exposto, e em vista da relevância deste projeto de lei, contamos com a inestimável colaboração dos nobres Pares para o seu aprimoramento e a sua rápida aprovação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em            de            de 2015.

Deputado NILSON LEITÃO